

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ANGELO JOSÉ SANTANA SILVA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROEJA: A DEMANDA DE
EMPREGABILIDADE PARA OS EGRESSOS DO CURSO DE MECÂNICA DO
IFPA**

FORTALEZA - CE

2012

ANGELO JOSÉ SANTANA SILVA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROEJA: A DEMANDA DE
EMPREGABILIDADE PARA OS EGRESSOS DO CURSO DE MECÂNICA DO
IFPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katia Regina Rodrigues Lima.

FORTALEZA - CE

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S586f Silva, A J S.
Formação profissional no PROEJA: a demanda de empregabilidade para os egressos do curso de mecânica do IFPA / Angelo José Santana Silva. ó 2012.
126 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) ó Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Educação Brasileira.
Orientação: Profa. Dra. Katia Regina Rodrigues Lima.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Formação profissional ó Belem (PA). I. Título.

CDD 371.227098115

ANGELO JOSÉ SANTANA SILVA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROEJA: A DEMANDA DE
EMPREGABILIDADE PARA OS EGRESSOS DO CURSO DE MECÂNICA DO
IFPA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katia Regina Rodrigues Lima..

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Kátia Regina Rodrigues Lima (Orientadora)

Prof^o Dr^a. Eliane Dayse Pontes Furtado

Profa. Dr^a Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Prof. Dr. José Eudes Baima Bezerra

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus Pais Zacarias Farias e Ester Santana, que sempre foram, e ainda são, meu refugio em todos os momentos de minha vida.

A minha amiga e Esposa Maria Bernadete Correa de Souza, que no dia-a-dia, na correria da vida, sempre cuidou para que eu pudesse realizar essa empreitada.

Aos meus filhos, Anderson Souza e Alessandro Souza, a razão pela qual me proponho enfrentar todos os intemperes dessa caminhada tão árdua e ao mesmo tempo tão prazerosa.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente e como não poderia deixar de ser, obrigado Senhor meu Deus. Obrigado pela força e inspiração, pelo perdão, pelas graças e bênçãos. Obrigado Mãe Santíssima, que me segurou várias vezes para que eu não desistisse, para que eu não desviasse da minha meta. Obrigado pela proteção e sapiência;

Obrigado por ter colocado em meu caminho pessoa tão amorosa e dedicada, como é minha orientadora Prof^a. Dr^a. Katia Lima, que juntamente com seu esposo Prof. Dr. Emmanoel, servem de exemplo de perseverança, dedicação e luta. Aos dois, meu agradecimento maior;

Obrigado por colocar-me nas mãos de tão abençoadas pessoas, minha banca examinadora, composta, além de minha orientadora, pelas professoras Eliane Dayse, Doutora, que sempre esteve presente nessa caminhada, fosse ministrando disciplinas, fosse em alguma reunião com o grupo do MINTER/IFPA, ou pelos corredores da UFC, sempre com seu fiel escudeiro Prof. Dr. Ribamar Furtado; e Sandra Gadelha, Doutora, que contribuiu de forma determinante para melhor construção desse trabalho;

Obrigado por ter-me dado oportunidade de estar com pessoas de grande capacidade intelectual, como é o caso dos professores do programa de Pós Graduação da UFC, especialmente Prof. Dr. Gerardo Vasconcelos, referência em humanidade, incentivo e superação; Prof. Dr. Elmo (titio), que com sua experiência e vivência proporcionou à turma momentos de pura reflexão; também aos colegas das linhas de pesquisa, em especial Favianne, Lia, e todos os demais, que constroem seus caminhos com dedicação e presteza; ainda nossos amigos da secretaria; da cantina da Gina ó são vários e necessários;

Obrigado pela benção de ter nascido de pessoas tão dedicadas e responsáveis, que me ensinaram a caminhar no amor de Deus e de Nossa Senhora, que me ensinaram a amar o próximo, a ser filho e pai, a ser perseverante e vencer barreiras, a ser humano e amigo: Meu pai e minha mãe, meus maiores amores;

Obrigado pelo amor e carinho que recebo de minha esposa Bernadete, e de meus filhos Anderson e Alessandro, sem os quais jamais teria condições de cair e levantar. Para eles, todo o meu agradecimento, meu amor e minhas vitórias;

Obrigado por meus familiares, meu avô Marajó, minha tia Margarida, tia Maria, meus irmãos Marinaldo, Regivaldo, Marcio José, Ronaldo, minha prima Sarah Batalha, meus demais tios, primos e sobrinhos, inclusive Diego, Rodrigo e Renata, que, sempre que tem oportunidade, dirigem-me palavras de incentivo e carinho;

Obrigado pelas amizades sinceras, por todos aqueles que no cotidiano de nossas rotinas aproximam-se para alentarem-se e nos alentar, pois a vida é difícil e precisamos estar renovando sempre nossa humanidade. Especialmente ao meu grande amigo de longas datas Prof. Dr. Luiz Cardoso e Cardoso, seus familiares e família; ao Prof. Domingos Conceição; Prof. Ivo Seabra, servo de Deus, e seus pais; e todos os demais que direto ou indiretamente estiveram cotidianamente em minha vida ó são muitos e sempre bem vindos;

Obrigado por meu trabalho no Campus Belém/IFPA e meus amigos verdadeiros Prof. Darlindo Veloso, Prof. Daniel Palheta, Prof. Fernando Cunha, Prof. Benedito Coutinho, meu amigo de todas as dificuldades Bandeira Junior, minha amiga Suely Correa e a turma da Biblioteca, minha amiga Andreza, Prof. Teodoro Maciel e Joel, que por diversas vezes permitiram o acesso aos arquivos e informações da Secretaria Acadêmica do Campus Belém; Aos dedicados bolsistas do Observatório do Mundo do Trabalho, Sara e Vitor, que foram companheiros irredutíveis nas pesquisas; aos inúmeros amigos da Instituição, que se for citar dá outra dissertação;

Obrigado pelo tempo em que estive compartilhando das mesmas atividades com a turma do MINTER/IFPA, fosse em Belém, fosse em Fortaleza; agradeço a convivência prazerosa e amiga;

Obrigado senhor! Obrigado por todos que esqueci de citar e que não são menos merecedores. A todos(as) minha mais sincera gratidão.

*O que muda o curso da história?
Reis? Potestades? Generais? Os ricos?
Certamente.*

*Mas, muito mais vezes são homens e mulheres
destituídos de poder e posição social significativa
quem mais profundamente remoldam este mundo.*

John C. Maxwell

*Nada há melhor para o homem do que comer, beber e
fazer que a sua alma goze o bem do seu trabalho.*

Eclesiastes 2: 24

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é desvendar as lógicas da formação profissional do IFPA e a demanda de empregabilidade para os futuros egressos do curso de Mecânica do Proeja, campus Belém. Para tanto, nos propomos verificar, a capacidade das atividades técnicas do mercado de trabalho em absorver trabalhadores técnicos na mesorregião metropolitana de Belém. Isto é, a compreensão sobre a dinâmica da inserção de mão-de-obra técnica nos grandes setores econômicos existentes na mesorregião metropolitana de Belém. Essa discussão passa pelas transformações ocorridas nos últimos tempos no mundo do trabalho, sobre as quais desenvolvemos uma análise no sentido das transformações no processo produtivo, considerando que na busca de uma saída para a atual crise do capitalismo, gestam-se transformações na forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado. Para consecução do objetivo da pesquisa procedeu-se a análise de dados de bases oficiais (RAIS/MTE; IBGE; CBO; DIEESE....) sobre a mão-de-obra técnica na mesorregião metropolitana de Belém no início do século XXI; de dados do IFPA sobre formação de técnicos no início do século XXI (cursos relacionados ao PROEJA); de dados para definir o grande setor da economia que mais aloca mão-de-obra técnica na mesorregião metropolitana de Belém, bem como mapeamento das empresas pertencentes ao grande setor, na mesorregião metropolitana de Belém, ligadas ao ramo de atividade selecionado. Foi realizada, também, entrevista semi-estruturada com o Diretor de Extensão e Integração Instituto Empresa do Campus Belém/IFPA, e com a Gerência de Recursos Humanos de uma representação da Woksvagem, multinacional no setor automobilístico, na mesorregião metropolitana de Belém. Procuramos, ainda, identificar as principais atividades propostas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a mecânica, e existentes no Projeto Pedagógico do Curso de Mecânica do IFPA, para, a partir desta identificação, definirmos as ocupações técnicas existentes no mercado da mesorregião metropolitana de Belém relacionadas com os cursos técnicos ofertados no campus Belém do IFPA. Procuramos dessa forma, estabelecer uma relação entre a realidade da oferta de vagas no mercado em Belém e a formação de profissionais técnicos no IFPA, a fim de criar mecanismos para a melhor compreensão da dinâmica do mercado de trabalho e sua compatibilidade com a oferta de cursos técnicos na Instituição. Os resultados permitiram concluir que: Em relação a realidade do mercado, verificamos que o desenvolvimento da economia acompanha as tendências do mercado global e o índice de desemprego é elevado. Apesar do grande setor de serviço apresentar o melhor desempenho na absorção de mão-de-obra, é o grande setor indústria que acolhe os egressos do curso de mecânica do Campus Belém/IFPA. Concluímos então, que existe certa consonância estabelecida nessa relação, onde o perfil do profissional exigido pelo mercado está contemplado no perfil do profissional formado. Contudo, existe certa dissonância entre a urgência do mercado de trabalho e o tempo de formação do técnico.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Formação para o Trabalho. Educação Profissional. PROEJA.

ABSTRACT

The objective of this research is to uncover the logical training of the IFPA and the demand for future employability of students who graduated from the Mechanical Proeja, Bethlehem campus. Therefore, we propose to verify the ability of the technical activities of the labor market to absorb technical workers in the metropolitan middle region of Bethlehem. That is, the understanding of the dynamics of the integration of skilled technical manpower in major economic sectors existing in the metropolitan middle region of Bethlehem. This discussion goes through changes occurred in recent times in the workplace, on which we develop an analysis in the sense of the transformations in the productive process, considering that in seeking a solution to the current crisis of capitalism, social movements gestate to changes in the form of work organization, a new form of regulation and a new social order agreed between capital, labor and state. To achieve the objective of the research carried out the analysis of data from official databases (RAIS / MTE, IBGE, CBO; DIEESE ...) on the hand-intensive technique in the metropolitan middle region of Bethlehem at the beginning of the century; IFPA data on training of technicians in the twenty-first century (related courses PROEJA) data to define the major sector of the economy that allocates more labor-technical work in the metropolitan middle region of Bethlehem, as well as mapping of the companies belonging the major sector in the metropolitan middle region of Bethlehem, linked to the selected field of activity. It was also performed, semi-structured interview with the Director of Extension and Integration Company Institute Campus Bethlehem / IFPA, and the Human Resources Management on a representation of Woksvagem multinational in the automotive sector, in the middle region of Bethlehem metropolitan. Sought also identify the main activities proposed in the National Catalogue of Vocational Courses for the mechanics, and existing educational project in the Course of Mechanics IFPA, for, from this identification, define technical occupations in the market from the middle of metropolitan Belém related technical courses offered on campus in Bethlehem IFPA. We seek thus to establish a relationship between the reality of the market supply of places in Bethlehem and the formation of technical professionals in IFPA, to create mechanisms for better understanding the dynamics of the labor market and its compatibility with the provision of technical courses the institution. The results showed that: In relation to market realities, we find that economic development follows the trends of the global market and the unemployment rate is high. Despite the large service sector provide the best performance in the absorption of manpower is the major industry sector that welcomes students who graduated from Bethlehem Campus mechanical / IFPA. We conclude that there is some line established in this relationship, where the professional profile required by the market is covered in the profile of the trained professional. However, there is some dissonance between the urgency of the labor market and training time technician.

Keywords: youth and adults Educational. Training for Work. Professional Education

LISTA DE SIGLAS

BIRD ó Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento
CAGED ó Cadastro Geral de Empregos
CBO ó Cadastro Brasileiro de Ocupações
CEB ó Câmara de Educação Básica
CEFET-PA ó Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
CERTIFIC ó Certificação Profissional Inicial e Continuada
CNE ó Conselho Nacional de Educação
CONFINS ó Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social
CREA ó Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CTPS ó Carteira de Trabalho e Previdência Social
CVRD ó Companhia Vale do Rio Doce
DIEESE ó Departamento Internacional de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAD ó Educação a Distância
EAFC ó Escola Agrotécnica Federal de Castanhal
EPT ó Educação Profissional e Tecnológica
EJA ó Educação de Jovens e Adultos
FAT ó Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC ó Fernando Henrique Cardoso
FIC ó Formação Inicial e Continuada
FMI ó Fundo Monetário Internacional
IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA ó Instituto Federal do Pará
IPEA ó Instituto de Pesquisa e Planejamento
LDB ó Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC ó Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL ó Movimento Brasileiro de Alfabetização
MRMB ó Mesorregião Metropolitana de Belém
ONG ó Organização não Governamental
PAS ó Programa Alfabetização Solidaria
PCNs ó Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE ó Plano de Desenvolvimento da Educação

PIS ó Programa de Integração Social

PIB ó Produto Interno Bruto

PLANFOR ó Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PPC ó Plano Pedagógico de Curso

PROCAMPO ó Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PROEJA ó Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROEP ó Programa de Expansão da Educação Profissional

PROJOVEM ó Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC ó Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA ó Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSI ó Processo de Substituição de Importação

RAIS/MTE ó Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego

RH ó Recurso Humano

SCA ó Sistema de Controle Acadêmico

SEAC ó Secretaria Acadêmica

SETEC ó Secretaria de Educação Tecnológica

SENAC ó Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI ó Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNED ó Unidade Descentralizada

UNESCO ó Organização das Nações Unida para Educação Ciência e Cultura

UFC ó Universidade Federal do Ceará

LISTA DE QUADROS

QUADRO I ó Pessoal ocupado nos grandes setores da economia, segundo as famílias ocupacionais na mesorregião metropolitana de Belém;

QUADRO II ó Condições Matrículas/vagas/diplomação nos cursos técnicos 1/2009 e 2011 ó campus Belém;

QUADRO III ó Numero de alunos matriculados e concluintes por curso técnico de nível profissionalizante no IFPA ó 2009;

QUADRO IV ó Numero de alunos matriculados e concluintes por área técnica nos regimes integrados e subsequentes do IFPA ó 2011;

QUADRO V ó oferta/previsão de vagas/cursos 2ª fase da expansão ó campus Abaetetuba;

QUADRO VI - oferta/previsão de vagas/cursos 2ª fase da expansão ó campus Bragança;

QUADRO VII - oferta/previsão de vagas/cursos 2ª fase da expansão ó campus Conceição do Araguaia;

QUADRO VIII - oferta/previsão de vagas/cursos 2ª fase da expansão ó campus Itaituba;

QUADRO IX - oferta/previsão de vagas/cursos 2ª fase da expansão ó campus Santarém;

QUADRO X ó Composição da mesorregião metropolitana de Belém segundo o IBGE;

QUADRO XI ó Numero de trabalhadores nos demais setores;

QUADRO XII ó Ocupações técnicas ó família ocupacional mesorregião metropolitana de Belém;

QUADRO XIII ó Agrupamento dos cursos técnicos por área profissional segundo resolução do CNE/CEB nº 04/99;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-1990	30
1.1 As transformações no mundo do trabalho	30
1.1.1 Crise capitalista, crise dos EUA e seus reflexos no Brasil	32
1.1.2 A solução pela via educacional	33
1.2 O modelo de competência e a tese da empregabilidade	37
1.2.1 Empregabilidade e competência	38
1.2.2 Ensino médio e profissional, competência e empregabilidade	45
1.3 A reforma da educação profissional nos governos FHC e Lula	48
1.3.1 O PROEJA no contexto da reforma	52
1.3.2 O aluno PROEJA, no perfil proposto pelo Documento Base	57
1.3.3 Expansão da Educação Profissional	60
2 O IFPA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CENÁRIO	66
ECONÔMICO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM ...	
2.1 O desenvolvimento econômico da mesorregião metropolitana de Belém	83
2.2 A capacidade de absorção de mão de obra técnica pelos grandes setores econômicos na mesorregião metropolitana de Belém	93
2.2.1 Ocupações técnicas por setores da economia, na mesorregião metropolitana de Belém	94
2.3 Políticas de contratação/demissão na mesorregião metropolitana de Belém ..	96
2.3.1 O técnico em mecânica e o mercado de trabalho na mesorregião metropolitana de Belém	99
2.3.2 O técnico do curso de mecânica do PROEJA	100
2.4 A relação das ocupações técnicas com os cursos do Campus Belém/IFPA	103
2.4.1 confronto entre oferta de vagas (Campus Belém/IFPA) e demanda (pelo mercado) de profissionais de nível técnico	115
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

No período pós anos 1990, ocorre maior avanço das políticas neoliberais e intensificação da abertura do mercado brasileiro ao capital internacional, o que leva, de certo modo, a uma necessidade de adequação das empresas brasileiras ao novo modelo produtivo. Nesse cenário o perfil da mão-de-obra a ser contratada pauta-se no paradigma da competência aprofundando o problema do desemprego, e reorientando as políticas da educação profissional e tecnológica. A referida exigência inaugura outro conceito de trabalho, que passa a caracterizar os mercados mundiais.

Trabalho nesse contexto passa a significar atividade agregada ao conhecimento, que exige do trabalhador uma base cultural, educacional, incluindo o domínio da tecnologia da informação. Veicula-se dessa forma, o discurso da empregabilidade que consiste na capacidade do trabalhador de inserção, manutenção ou reinserção no mercado de trabalho.

Esse novo perfil, pautado no paradigma da competência, seria a única forma do trabalhador conseguir o acesso ao mercado de trabalho, uma vez que o modelo econômico vigente comporta apenas o trabalhador que esteja apto a exercer tantas funções quantas forem necessárias proporcionando ao patrão maior margem de lucro possível.

Dentro dessa lógica, cada vez mais a qualificação e o domínio das tecnologias são exigências importantes para o acesso ao mercado de trabalho. Contudo, podemos verificar que ao mesmo tempo em que tais exigências constituem-se elementos de inserção, também excluem do mercado grande contingente de trabalhadores, uma vez que nem todos, ao longo de sua vida, conseguem sequer ter acesso a escola, tampouco às tecnologias.

A parcela da sociedade que sofre com essas mudanças no mundo do trabalho, são os jovens e adultos trabalhadores, com pouca ou nenhuma formação, e que dependem das ações do Estado para obter alguma formação profissional e se habilitar às escassas oportunidades que os mercados disponibilizam para o emprego.

Na década de 1990 o Estado neoliberal pouco se comprometeu com a educação de jovens e adultos trabalhadores, restringindo assim as condições de enfrentamento das mudanças no mundo do trabalho. O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -

PLANFOR¹, foi a principal política implementada neste período, mas não alcançou os objetivos proclamados, face a demanda crescente de jovens e adultos no grupo de desempregados.

Nas décadas subseqüentes o Estado demonstrou maior preocupação no sentido de resgatar as discussões acerca da formação do jovem e adulto trabalhador. Os trabalhadores passaram a ter uma atenção diferenciada quando se definiu como prioridade a educação do trabalhador, jovem e adulto com distorção idade/série.

Para atender tal propósito, ocorrem os investimentos na expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a conseqüente evolução da educação profissional. Em 2006, iniciou o que pode ser considerado a primeira fase dessa expansão.

A primeira fase da expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho. (BRASIL. ENSINO PROFISSIONAL, 2009, p. 9)

A segunda fase da expansão iniciou-se em 2007, e causa maior impacto na evolução da educação profissional e tecnológica, em função do nível de institucionalização implementado.

A segunda fase da expansão, iniciada em 2007, veio sob o tema ó uma escola técnica em cada cidade-pólo do país ó e previa-se a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. (BRASIL. ENSINO PROFISSIONAL, 2009, p. 9)

Esta é a forma mais recente da evolução da educação profissional e tecnológica, que não traduz, na prática, uma maior õinserção cidadãõ para a maioria dos jovens e adultos e trabalhadores existentes no Brasil. As dificuldades para a implantação e manutenção dos Institutos Federais, bem como de seus campi, deixa evidente o quanto precisa ser feito para que esse projeto torne-se efetivamente uma realidade. Logo, falar

¹ Esse programa propunha a democratização do acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, principalmente daqueles em estado de vulnerabilidade no mercado de trabalho, com a ampliação das ofertas de qualificação pública e gratuita.

da evolução a partir desse prisma é reverenciar uma institucionalização que ainda não se completou na prática da educação profissional.

Apesar disso, considera-se que

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular (...). Trata-se de um projeto progressista que atende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. (BRASIL. ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO, p.12)

Analisando, ainda, a expansão da educação profissional e tecnológica, em particular no Estado do Pará, podemos perceber que, mesmo todo investimento em infra-estrutura, pessoal docente e administrativo, não foram suficientes para garantir a oferta ampliada, dentro da proposta de modificar a vida social do jovem, adulto e trabalhador paraense.

Sabemos que a condição do trabalhador no Brasil está posta em função das transformações ocorridas na economia, principalmente no setor da indústria cuja dinâmica era centrada na produção em massa, e gradativamente cedeu espaço a uma produção flexível, baseada na inovação tecnológica e organizacional, o que André Gorz chama de revolução microeletrônica. Dessa forma, a extinção e criação de novos postos de trabalho fizeram com que as exigências em relação ao perfil do trabalhador fossem cada vez maiores. Prieb (2005, p. 49), comenta que

A chamada revolução microeletrônica em curso teria uma acentuada diferença com relação às grandes transformações tecnológicas do período de predomínio industrialista, pois enquanto aquelas manifestavam um nítido caráter centralizador, a microeletrônica pode tanto resultar em uma gigantesca centralização produtiva como em formas autônomas de produção.

A importância do IFPA² nesse contexto é crucial, não somente por seu papel formador de profissionais técnicos, tecnólogos e docentes/pesquisadores, mas, também,

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, criado pela Lei nº 11.892/2008, antiga Escola Técnica Federal do Pará, e CEFET/PA.

no fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias, buscando uma maior contribuição na construção do conhecimento científico.

Entretanto, o mercado, potencial destino dos técnicos egressos da educação profissional e tecnológica, tende a influenciar o tipo de formação desenvolvida no IFPA, acentuando a importância dos paradigmas construídos a partir das concepções sistêmicas de mercado no atual contexto da economia mundial. Tal entendimento determina um tipo de profissionalização pautada nas necessidades externas do mercado, exigindo da Instituição determinadas adequações como atualização tecnológica, remodelação de cursos, criação de novos cursos, etc. Embora haja uma preocupação do Instituto em direcionar os currículos para a pesquisa e extensão, ainda é embrionária ou quase inexistente, a compreensão, por parte das empresas, do que significa a pesquisa para o desenvolvimento tecnológico, comprometendo assim, o emprego do profissional técnico egresso do IFPA.

Exemplo disso é o que ocorre no Programa de Integração Escola/Empresa³, que destina certo número de diplomandos para o estágio obrigatório. Esses diplomandos são técnicos que recebem formação completa e ingressam parcialmente no mercado para o exercício de funções diversas, porém, muitas vezes acabam assumindo funções administrativas, desvirtuando o objetivo do estágio.

Outro exemplo é a formação de *ôchão-de-fábrica*⁴ observada ainda hoje em grande número de indústrias, mesmo na mesorregião metropolitana de Belém, no estado do Pará. Logicamente que a qualidade do profissional *ôtreinado* na fábrica, não é a mesma do egresso da Instituição Federal, uma vez que este além da formação técnica recebe formação geral nas diversas áreas das ciências.

Por outro lado, como o IFPA é responsável pela formação de parte dos técnicos existentes no estado, há o risco de se atribuir à Instituição a responsabilidade pela falta de mão-de-obra especializada para atendimento da demanda das empresas.

Além disso, observamos que nos últimos anos as instituições federais têm recebido incrementos que identificamos mais como respostas às necessidades do setor produtivo, do que propriamente das próprias instituições, como: ampliação dos recursos

³ Programa que tem por objetivo oportunizar ao formando do curso técnico o estágio para obtenção do diploma. Em geral configura-se a porta de acesso ao mercado de trabalho, visto que, muitos estagiários findam por ser contratados pela empresa.

⁴ Classificamos desse modo o processo de formação do trabalhador na produção, *in loco*, que para a pedagogia da fábrica na medida em que os integrantes das unidades econômicas aprendem os conhecimentos específicos para produzir os bens materiais para a sua sobrevivência, aprendem também, os vários valores, os comportamentos que são necessários para o estabelecimento de determinadas relações de produção. (KUENZER, 1986)

para o melhoramento da estrutura das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, incluindo o plano de expansão; maior acesso aos programas de iniciação científica, iniciação a docência, aumentando as possibilidades dos alunos participarem como bolsistas/pesquisadores; busca do cumprimento do papel social da Instituição Federal por meio da extensão, e maior envolvimento com a sociedade; ampliação das oportunidades de estágio para os diplomandos etc.

Assim, para que haja maior resposta da formação técnica ao setor produtivo do nosso Estado, é preciso a implementação de políticas educacionais para a educação profissional buscando valorizar a produção científica como dinamizador do mercado.

Consideramos que os ganhos com a implementação de políticas direcionadas para a educação profissional, bem como a co-responsabilidade do setor industrial, são significativos, tanto para a Instituição, e dessa forma para os técnicos nela formados, como para o mercado, especificamente a indústria, que tanto demanda mão-de-obra especializada no estado do Pará.

Vivenciamos, entretanto, insistente crise da educação que, historicamente está relacionada ao pouco investimento no setor e a ausência de políticas adequadas que (re) estruturam, (re) organizem o processo formativo, dotando-lhe de qualidade, eficácia e continuidade.

O espectro da evasão, mesmo na educação profissional e tecnológica, reflete o quanto a escola tornou-se pouco atraente para as gerações de jovens que nela ingressam. Isso ocorre não só pela precária estrutura das escolas públicas e sua comprometida qualidade de ensino oferecida às camadas menos favorecidas da sociedade, mas atualmente vem-se veiculando no meio acadêmico e midiático, os efeitos danosos que essa ãnova estrutura de mercadoö tem causado ao sistema educacional e às gerações de aprendentes que nele ingressam.

Os setores produtivos ditam as normas do mercado e do sistema educacional. Este por seu turno mostra-se incapaz de corresponder às demandas. Dessa forma, somente alguns setores da sociedade são beneficiados e uma parcela muito grande sofre o processo de exclusão ó da escola e conseqüentemente do mercado.

É interessante resgatar que o Relatório Cultura e Desenvolvimento da UNESCO (1997, p. 210), faz referência à possibilidade do aprendente ter acesso ao mundo do trabalho ressaltando que: ã(...) não basta apenas educar. É preciso empregar convenientemente o indivíduo educado, oferecendo aos jovens possibilidades de usar os conhecimentos adquiridos.ö

Nessa perspectiva e com todas as limitações acumuladas ao longo de sua existência, o IFPA tem caminhado no sentido de formar as novas gerações de forma a possibilitar-lhes o acesso ao mundo do trabalho.

Para tornar real essa possibilidade, a Instituição procura desenvolver estratégias para inserção dos formandos no mundo do trabalho, através de convênios de integração empresa/escola, adesão a programas financiados pelo governo federal, parcerias com ONGs, dentre outras.

A implantação dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no ano de 2007, é um dos exemplos de estratégia, que colocou a Instituição num outro patamar de formação na educação profissional. Agora com cursos profissionalizantes de nível médio integrado a educação de jovens e adultos, assume um novo desafio frente ao processo de reestruturação produtiva: formar um segmento excluído historicamente para o tão estreito mercado de trabalho.

Pesquisando sobre o mercado regional, verificamos que este se apresenta bastante instável em relação a absorção de mão-de-obra. Os setores da economia na região norte, embora apresentem resposta positiva com a implementação das políticas econômicas do governo, ainda são afetados por elementos da globalização, a exemplo da crise financeira norte-americana.

Na região metropolitana de Belém, o levantamento feito com base na RAIS/MTE (2008), nos grandes setores, ano base 2006, nos dá um panorama da inserção de mão-de-obra técnica na região no período (ver quadro I na página seguinte).

Quadro I- Pessoal Ocupado nos Grandes Setores da Economia, segundo as Famílias Ocupacionais - Mesorregião Metropolitana de Belém ó 2006

Ocupações Técnicas - Família Ocupacional (CBO 2002)	Grandes Setores					Pessoal Ocupado	
	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Agropec.	Absol.	Relativo.
Técnicos em eletrônica	135	9	410	344	2	900	13,4%
Técnicos em operação e monitoração de computadores	48	23	227	515	1	814	12%
Técnicos em eletricidade e eletrotécnica	324	135	69	131	13	672	10,0%
Técnicos de controle da produção	229	10	76	199	5	519	8%
Técnicos em telecomunicações	19	130	43	238	0	430	6%
Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e	105	18	163	64	1	351	5,2%

Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações	10	2	78	255	1	346	5%
Técnicos em geomática	1	55	16	258	0	330	5%
Técnicos em construção civil (edificações)	36	169	8	115	0	328	4,9%
Técnicos de planejamento e controle de produção	76	19	55	109	0	259	4%
Técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo	35	4	6	199	0	244	4%
Técnicos de laboratório industrial	88	33	4	112	2	239	4%
Técnicos em montagem, edição e finalização de filme e vídeo	16	56	87	34	0	193	3%
Técnicos de operação de emissoras de rádio	11	2	7	154	0	174	3%
Técnicos químicos	28	0	1	93	6	128	2%
Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos	16	33	25	44	0	118	2%
Técnicos em calibração e instrumentação	14	15	50	36	1	116	2%
Técnicos em turismo	1	1	6	105	0	113	2%
Técnicos em áudio	3	10	20	83	0	116	2%
Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes	1	3	0	11	0	15	0%
Técnicos do mobiliário e afins	0	1	0	1	0	2	0%
Técnicos em cenografia	2	0	0	12	0	14	0%
Técnicos em operação de aparelhos de projeção	2	0	10	17	1	30	0%
Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)	31	11	6	4	0	52	1%
Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha	11	0	4	3	0	18	0%
Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino	4	0	0	0	0	4	0%
Técnicos em mineração	23	0	1	9	0	33	0%
Técnicos em mecatrônica	0	0	5	0	0	5	0,1%
Técnicos em eletromecânica	23	6	23	4	2	58	0,9%
Técnicos mecânicos (ferramentas)	1	0	0	0	0	1	0,0%
Técnicos em mecânica veicular	6	0	2	2	1	11	0,2%
Técnicos em fotônica	0	0	11	20	0	31	0,5%
Técnicos em construção civil (obras de infraestrutura)	5	13	4	30	0	52	0,8%
Técnicos em aquíicultura	0	0	3	0	0	3	0,0%
Total das ocupações nos grandes setores	1304	758	1420	3201	36	6719	100%

Fonte: Elaborada a partir da RAIS/TEM (2008)

Observamos que o quadro I nos mostra uma forte tendência a concentrar maior número de técnicos no grande setor de serviço, e em termos absolutos, o mercado possui demanda muito grande na área de eletroeletrônica, justificada pelo

desenvolvimento tecnológico ocorrido nos últimos anos nos mercados globalizados. Já no ano 2008, observamos, após verificação na mesma base de dados, que houve uma tendência a reduzir o número de contratações de técnicos, observando que no grande setor Indústria, essa tendência foi muito expressiva. Isso indica que grande número de vagas de emprego foram fechadas, deixando de ser re-ofertadas. Contudo, observamos ainda, a inserção de outras formações técnicas, a exemplo de técnico em enfermagem, técnico em odontologia e técnico em patologia clínica, com número expressivo de inserções de mão-de-obra no mercado da mesorregião metropolitana de Belém.

O estado acumula um índice de analfabetismo em torno de 13,8% (IPEA). A economia cresce. Contudo, o que é divulgado em âmbito local, é que possuímos uma taxa de desemprego ainda elevada e que sobram vagas. A justificativa dada é a falta de mão-de-obra ãqualificada no estado do Pará.

Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa é desvendar as lógicas da formação profissional do IFPA e a demanda de empregabilidade para os futuros egressos do curso de Mecânica do Proeja. Esse objetivo surge da seguinte problemática: Qual a realidade do mercado de trabalho da região metropolitana de Belém? Que setores/subsetores apresentam possibilidade de alocação dos egressos do curso de Mecânica PROEJA do Campus Belém/IFPA? Que relação se estabelece entre a formação de mão-de-obra técnica no IFPA e a demanda dos grandes setores econômicos na região metropolitana de Belém? Como é definida a formação profissional dada aos alunos do curso de Mecânica PROEJA no Campus Belém/IFPA?

Por conta dessa problemática, nos últimos tempos, a discussão em torno da educação profissional e do mundo do trabalho, tem-se tornado uma constante em minhas pesquisas. Primeiramente, pelo fato de estarmos envolvido com levantamento de documentação sobre a história da Rede Federal de Educação Profissional no Pará, que passa, basicamente pela história do IFPA, e pelo ingresso no grupo de pesquisadores do Observatório Nacional do Mundo do Trabalho ó Núcleo Norte, no ano de 2008. Nesta ocasião, como pesquisador do mundo do trabalho, tive a oportunidade de acessar informações relativas ao desenvolvimento econômico do estado do Pará e a realidade das políticas de contratação/demissão nos grandes setores que o integram, momento em que construímos o Relatório nº 1, publicado em Setembro de 2008.

Passamos então a nos envolver com pesquisa sobre a relação existente entre a realidade da formação técnica no Instituto Federal do Pará e a capacidade do mercado local de absorver essa mão-de-obra formada.

Em nossas incursões, percebemos que a realidade do estado do Pará não é tão diferente do restante do Brasil no tocante às questões do desenvolvimento de sua economia e geração de emprego. Embora alguns setores tenham apontado no sentido de uma melhora (a exemplo do extrativo mineral, cuja perspectiva era de, até o ano de 2009, injetar grande quantidade de recursos na economia local e gerar novos postos de trabalho), em 2007, segundo o Dieese/PA, tivemos crescimento na taxa de emprego na ordem de 3,50% em relação a anos anteriores, o que não representa o retorno da maioria dos jovens/adultos ao mercado de trabalho. No ano de 2008, caminhávamos como uma das economias do Brasil que mais crescia, até a edição da crise norte-americana. O quadro atual é de otimismo, a cidade de Belém, atualmente, conta com uma população aproximada de 1,4 milhão de habitantes, dos quais a maioria é jovem, e enfrentam toda sorte de limitações ao mercado.

No que diz respeito a formação profissional, a Instituição Federal que habilita jovens/adultos para o mundo do trabalho é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará IFPA, que oferta cursos na modalidade concomitante, subsequente e integrado, bem como cursos tecnológicos, presenciais e a distância. O quadro II, ilustra a relação matrícula, oferta de vagas por ano e diplomações, no primeiro semestre de 2009, em comparação com o ano de 2011.

**Quadro II - Condições Matrículas/Vagas/Diplomação nos Cursos Técnicos
1º/2009 e 2011 ó Campus Belém**

ENSINO	INDICADORES	2009	2011
	Total de alunos	4.700 *140= 4.840	5.069 2.248= 7.317
	Total de cursos	56	48
	Total de vagas anuais	2.027 *140= 2.167	2.248 140= 2.388
	Total de alunos equivalentes (matrícula projetada)	4.700 *140= 4.840	8.600 140= 8.740
	Total de alunos diplomados	888	950

Fonte: Direção Geral ó GAB (2009)

Podemos observar que ingressam anualmente em torno de 2.100 novos alunos, com uma porcentagem de diplomação em torno de 40%. De forma mais detalhada, o quadro III, nessa página, nos mostra a matrícula por curso existente no Campus Belém/IFPA, no período 2009.

Quadro III - Número de alunos matriculados e concluintes por curso técnico de nível médio profissionalizante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará ó Campus Belém ó 2009

CURSO		REGIME	MATRICULA DO	CONCLUIN TE
MECÂNICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	28	27
ELETRÔNICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	40	0
ELETROTÉCNICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	26	26
EDIFICAÇÕES (PLANEJ.E EXEC.DE OBRAS)	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	40	0
MINERAÇÃO	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	29	29
EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENS.MÉDIO-PROEJA	INTEGRADO	ANUAL	27	0
MECÂNICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO-PROEJA	INTEGRADO	ANUAL	36	0
QUÍMICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	112	31
ELETROTÉCNICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO-PROEJA	INTEGRADO	ANUAL	7	0
EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	154	35
ESTRADAS INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	109	21
SANEAMENTO INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	35	0
AGRIMENSURA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	94	27
MECÂNICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	125	27
ELETROTÉCNICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	259	87
ELETRÔNICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	106	25
TELECOMUNICAÇÕES INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	120	42
INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO-PROEJA	INTEGRADO	ANUAL	23	0
MINERAÇÃO INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	106	31
EVENTOS INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	114	38
DESIGN DE INTERIORES INTEGRADO	INTEGRADO	ANUAL	112	33

AO ENS.MÉDIO				
INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	ANUAL	290	75
AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENS.MÉDIO	INTEGRADO	SEMESTRAL	84	0
MECÂNICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	89	11
METALURGIA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	153	31
ELETRÔNICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	55	5
AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	15	6
ELETROTÉCNICA(INST.MAN.SIST.EN ERG.ELÉT)	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	0	0
ELETROTÉCNICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	110	36
SEGURANÇA DO TRABALHO	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	30	20
GUIA DE TURISMO	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	57	11
TÉCNICO EM EVENTOS	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	118	53
TELECOMUNICAÇÕES	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	82	2
ESTRADAS(CONST. DO SIST. RODOVIÁRIO)	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	60	24
EDIFICAÇÕES(PLANEJ.E EXEC.DE OBRAS)	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	388	207
SANEAMENTO URBANO	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	42	18
SANEAMENTO	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	201	114
PESCA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	113	58
AQUICULTURA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	210	107
TÉC.EM QUÍMICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	79	32
AGRIMENSURA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	218	56
GEODÉSIA E CARTOGRAFIA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	85	21
MINERAÇÃO	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	86	16
DESIGN INDUSTRIAL	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	71	27
DESIGN DE INTERIORES	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	30	13
REDES DE MICROCOMPUTADORES	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	25	6
INFORMÁTICA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	249	87

Fonte: DRIAC/CAMPUS BELÉM/IFPA (2010)

Observamos que, em termos absolutos, no período apresentado, a formação voltada para a área de eletroeletrônica foi onde ocorreu maior quantitativo de diplomação, acompanhando, pelo menos é o que podemos observar nesta amostragem, as tendências atuais de oferta de vagas no mercado paraense.

No quadro IV, abaixo, que apresenta detalhamento de matrícula/concluintes por área técnica, a dinâmica de matrícula/concluintes aponta para maior incidência na área de construção civil, possivelmente por influência das atividades do PAC na região

Norte, que possibilitou a abertura de grande número de vagas. No Pará, a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte é um bom exemplo para ilustrar a realidade esboçada. Contudo, em termos globais, o setor de eletroeletrônica ainda se destaca em número de matrícula/diplomação.

Quadro IV - Número de alunos matriculados e concluintes por área técnica nos Regimes Integrados e Subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará ó Campus Belém ó 2011

CURSO/ÁREA		REGIME	MATRICULADO	CONCLUINTE
C. CIVIL	INTEGRADO	ANUAL	250	20
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	196	23
HOSPITALIDADE E LAZER	INTEGRADO	ANUAL	110	12
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	98	01
MINERAÇÃO	INTEGRADO	ANUAL	115	17
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	51	08
DESIGN	INTEGRADO	ANUAL	107	14
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	83	06
INFORMÁTICA	INTEGRADO	ANUAL	122	06
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	59	03
ELETROTÉCNICA	INTEGRADO	ANUAL	119	11
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	65	08
MECÂNICA	INTEGRADO	ANUAL	123	10
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	40	10
METALURGIA	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	107	11
ELETRÔNICA	INTEGRADO	ANUAL	118	16
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	60	08
TELECOMUNICAÇÕES	INTEGRADO	ANUAL	116	09
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	142	03
SANEAMENTO AMBIENTAL	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	176	06
RECURSOS PESQUEIROS	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	75	01
QUÍMICA	INTEGRADO	ANUAL	113	12
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	82	03
GEOMÁTICA	INTEGRADO	ANUAL	116	13
	SUBSEQUENTE	SEMESTRAL	199	27

Fonte: SEAC/SCA/CAMPUS BELÉM/IFPA (2011)

Por conta disso, é que nos propomos desvendar as lógicas da formação profissional do IFPA e a demanda de empregabilidade para os futuros egressos do curso de Mecânica do Proeja, no período 2008-2011, e identificar a relação que se estabelece entre cursos ofertados e a necessidade do mercado local.

O recorte cronológico acima proposto, dá-se em função das transformações ocorridas em 2008 no antigo CEFET/PA, que por força da Lei nº 11.892/2008, passa a condição de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará ó IFPA, bem como da implantação do Grupo Observatório do Mundo do Trabalho, Núcleo Norte, quando se estabelece uma forma mais criteriosa de estudo das condições apresentadas

pelo mercado de trabalho local, visando subsidiar a gestão nas políticas de criação/oferta de cursos no âmbito da Instituição.

O ano de 2011 foi estabelecido como marco final, por representar o momento da efetivação dos prazos e avaliação do cumprimento das metas estabelecidas pelo MEC para o IFPA, período até 2010, quando a Instituição passaria por avaliação interna (inicial), na qual seriam verificadas as condições de funcionamento, crescimento e contribuição para a formação da mão-de-obra regional.

Sabemos que no âmbito das políticas institucionais do IFPA, além do Programa de Integração Empresa/Escola, que insere boa quantidade de formandos no mercado de trabalho, a adesão aos programas do governo federal configurou-se ao longo desses últimos anos, estratégia para garantir ao técnico seu espaço no mundo do trabalho.

Tal atitude torna-se necessária porque sabemos que a Instituição não possui instrumento eficaz de acompanhamento da vida profissional do egresso. Consideramos então relevante esse trabalho de pesquisa, tendo em vista a contribuição para a organização das atividades de acompanhamento, junto ao setor competente, bem como no estabelecimento de diretrizes para futuras ofertas de cursos à sociedade belenense, em consonância com a realidade econômica de nossa cidade.

Com o intuito de buscar respostas à problemática apresentada na presente pesquisa, partiu-se para a escolha do método. Como nos indicam vários autores a exemplo de Lakatos e Marconi (2000), o método constitui-se um conjunto de atividades que nos permitem traçar o caminho a ser seguido.

Nosso método de investigação será o dialético, uma vez que nos propomos a conhecer o fenômeno em sua essência e compreendendo a realidade como resultante de múltiplas determinações. A realidade em foco é a realidade paraense, no período inicial do século XXI, verificando as mudanças no mundo do trabalho, o interior do processo produtivo da economia paraense, bem como a inserção da mão-de-obra técnica no mercado de trabalho.

Fizemos uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, analisando os dados de forma indutiva buscando captar a totalidade do fenômeno. A abordagem qualitativa apresenta algumas características que são destacadas por Bogdan e Biklen (1994): a) a fonte direta de dados é o ambiente natural e o investigador o instrumento principal; b) é descritiva; c) interessa mais o processo do que o produto; d) análise dos dados de forma indutiva; e) o significado assume importância vital.

A definição do *locus* e dos sujeitos da investigação deu-se de forma processual, que explicitaremos agora. Inicialmente levantamos dados referentes a turmas de alunos diplomados nos anos de 2008 a 2011, dos cursos técnicos, inclusive em mecânica, no atual campus Belém do IFPA, com o intuito de podermos construir um quadro de contingente a fim de ter uma idéia do quantitativo de técnicos formados na Instituição no referido período.

Procuramos com isso construir um quadro demonstrativo do quantitativo de mão-de-obra técnica saída do Campus Belém no período, de forma descritiva, a partir dos dados coletados.

Através de pesquisa na base de dados da RAIS/TEM, traçamos um quadro paralelo ao anterior do número de profissionais técnicos em atividade no mercado da Mesorregião Metropolitana de Belém (MRMB), ano a ano, no período assinalado anteriormente, objetivando maior conhecimento da dinâmica de emprego/desemprego de mão-de-obra técnica.

Outra base de dados utilizada foi a do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores ó PDF, da Federação das Indústrias do Estado do Pará, na qual buscamos localizar as empresas/setor instaladas na mesorregião metropolitana de Belém.

De posse desses dados, foi possível a formulação do problema, uma vez que não conseguimos visualizar de imediato, o potencial mercado, na região metropolitana de Belém, para os técnicos formados no curso técnicos de Mecânica do PROEJA, Campus Belém do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

Para termos condições de visualizar solução para esse problema, percebemos que teríamos que definir alguns critérios em nossa investigação:

- a) Como o número de cursos é expressivo, teríamos que fazer opção por um especificamente. Escolhemos então o curso técnico em mecânica, por apresentar-se também na modalidade PROEJA;
- b) Na análise do mercado, foi necessário definir o setor e subsetor a ser investigado. Optamos pelo setor da indústria, subsetores ligados a mecânica, por constituir-se área de maior oferta de cursos no Campus Belém/IFPA;
- c) Para a orientação da investigação optou-se pelo procedimento indutivo, uma vez que da observação do fenômeno, possibilitada pela coleta de dados e as produções e publicações sobre o tema, nos permite inferir sobre o mesmo.

Seguimos na realização do presente estudo, partindo ainda, de pesquisas realizadas como pesquisador do observatório nacional do mundo do trabalho, quando

verificamos que não se faz, no campus Belém, o acompanhamento do egresso do curso técnico, no sentido de sua mobilização no mercado de trabalho da MRMB.

A continuidade decorreu da observação da necessidade de fazermos a comparação entre a ocupação de vagas de técnico na indústria (que no caso em questão foi selecionado a do ramo da mecânica), extraindo dados da RAIS/MTE, e o número de diplomação no campus Belém do IFPA, dados conseguidos na Secretaria Acadêmica do Campus Belém. Verificamos então, a dimensão do potencial mercado para os futuros egressos do curso Técnico em Mecânica PROEJA.

A partir daí utilizamos os instrumentos que se fizeram necessários, tais como a entrevista semi-estruturada com o Diretor de Extensão e Integração Instituto Empresa do Campus Belém/IFPA, e com a Gerência de Recursos Humanos de uma representação da Woksvagem, multinacional no setor automobilístico, na mesorregião metropolitana de Belém.

Procuramos, também, identificar as principais atividades propostas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para a mecânica, e existentes no Projeto Pedagógico do Curso de Mecânica do IFPA, para, a partir desta identificação, definirmos as ocupações técnicas existentes no mercado da mesorregião metropolitana de Belém relacionadas com os cursos técnicos ofertados no campus Belém do IFPA. Procuramos dessa forma, estabelecer uma relação entre a realidade da oferta de vagas no mercado em Belém e a formação de profissionais técnicos no IFPA, a fim de criar mecanismos para a melhor compreensão da dinâmica do mercado de trabalho e sua compatibilidade com a oferta de cursos técnicos na Instituição.

Na mesorregião metropolitana de Belém, como nosso objetivo é verificar inserção de mão-de-obra técnica no mercado de trabalho, optamos por verificar a formação desses técnicos na instituição federal de educação profissional com mais tempo de atuação, que atualmente é conhecido como campus Belém, dentro da estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, criado em 2008, pela Lei nº 11.892.

A Instituição foi criada através da Lei Nilo Peçanha de 1909, e iniciou as atividades em 1910, evoluindo á condição de Centro Federal de Educação, no ano de 1999. Em 2008, com a criação dos Institutos Federais, ficou incorporado como campus Belém. Atualmente oferece aproximadamente 56 cursos de ensino médio integrado e subsequente, sendo mantidos pelo governo federal, além de cursos de licenciatura, tecnólogos, e cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Por fim, concebemos a pesquisa dividida em três fases.

1ª Fase

- 1 ó Coleta de dados nas bases oficiais (RAIS/MTE; IBGE; CBO; DIEESE....) sobre a mão-de-obra técnica na mesorregião metropolitana de Belém no início do século XXI;
- 2 ó Coleta de dados do IFPA sobre formação de técnicos no início do século XXI (cursos relacionados ao PROEJA);
- 3 ó Análise dos dados para definir o grande setor da economia que mais aloca mão-de-obra técnica na mesorregião metropolitana de Belém

2ª Fase

- 1 ó Mapeamento das empresas pertencentes ao grande setor, na mesorregião metropolitana de Belém, ligadas ao ramo selecionado, a partir dos critérios da pesquisa, das quais foi escolhida uma para aplicar o instrumento da pesquisa;
- 2 ó Fazer cronograma de visita ao RH da empresa selecionada.
- 3 ó Compilar informações e tratar dados;
- 4 ó Análise das informações obtidas e cruzamento com os dados da 1ª fase, visando verificar:
 - a) dinâmica de inserção de mão-de-obra técnica no mercado de trabalho na mesorregião metropolitana de Belém;
 - b) capacidade de absorção de mão-de-obra formada em instituição de ensino profissional federal na mesorregião metropolitana de Belém.

3ª Fase

- Construção do texto final

Direcionaremos a discussão no sentido de verificar a relação formação/mercado de trabalho, concentrando esforços na análise mais próxima, no contexto do início do século XXI, sem deixar de fazer referência ao processo que desencadeou a crise do emprego no mundo do trabalho.

O estudo está estruturado em duas partes. O primeiro capítulo que se intitula *A Evolução da Educação Profissional Pós-1990*, pretende discutir as transformações no mundo do trabalho, o modelo de competência e a tese da empregabilidade, bem como a reforma da educação profissional nos governos FHC e Lula.

O segundo versa sobre o desenvolvimento econômico da mesorregião metropolitana de Belém; a capacidade de absorção de mão-de-obra técnica pelos grandes setores econômicos, tendo como foco a empregabilidade, as políticas de contratação/demissão na mesorregião metropolitana de Belém; e a relação das

ocupações técnicas com os cursos do IFPA, que é intitulado *O IFPA e a Educação Profissional no cenário econômico da mesorregião metropolitana de Belém*.

O trabalho representa um esforço no sentido de construir uma teoria que evidencie a realidade do mercado de trabalho em Belém do Pará, e o cenário de formação profissional no Campus Belém/IFPA, servindo de suporte teórico e contribuindo na trajetória do PROEJA.

1. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÓS-1990

1.1 As transformações no mundo do trabalho

Nos textos contemporâneos, é comum, em estudos sobre classe operária, ou sobre classe trabalhadora, falar em mundo do trabalho. Essa expressão, considerada por Sergio Lessa (2007), quase misteriosa, tem caracterizado as discussões em torno do tema Trabalho.

IANNI (1994, p.2), no texto intitulado *Mundo do Trabalho*, fala do aspecto global que esse mundo assume com as transformações ocorridas no modo de produção capitalista nos anos finais do século XX.

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que este tornou-se global. Na mesma escala em que ocorre a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho.

Outros autores, a exemplo de Eric Hobsbawm, falam em *Mundos do Trabalho*, dando a ideia de que não existe apenas um mundo do trabalho, mas, vários mundos, cada um com suas especificidades e problemas, que sofrem os efeitos da globalização do modelo de produção capitalista, que invade as economias nacionais provocando a precarização das atividades produtivas, implantando um modelo flexível de produção.

Acerca disso Hobsbawm (1998, p.) observa que *A história não tem nenhuma fórmula simples para descobrir as conseqüências exatas dessas mudanças ou as soluções para os problemas que provavelmente gerará, ou já gerou e acrescenta que isso é um desenvolvimento histórico muito recente*.

Apesar da sábia observação deste grande historiador, devemos levar em consideração a crise econômica que se instalou no mundo a partir de meados dos anos

1970 e que continuou na década seguinte, provocada, dentre outros, pelo choque dos preços do petróleo que atingiu a economia europeia e teve seus reflexos no Brasil.

A realidade é que as mudanças operadas nos meios de produção, com o advento da microeletrônica e a introdução dessas inovações nos setores produtivos, afetaram profundamente a vida do trabalhador, no que diz respeito ao valor de sua mão-de-obra, a segurança no emprego, bem como a sua estabilidade no emprego.

SALES (2012) chama a atenção para um novo perfil de trabalhador, com novos conhecimentos, que pudesse se adaptar ao novo mundo do trabalho.

Foi então que um novo perfil de força de trabalho, formatado a partir de uma base renovada de conhecimentos que correspondesse, pelo menos em tese, às transformações do capitalismo contemporâneo, passou a ser vista como condição, senão a única, capaz de amenizar os efeitos das mudanças no campo do trabalho. As transformações ocorridas no processo de trabalho teriam refletido de forma tão intensa no mundo do trabalho que exigiram a readaptação dos trabalhadores à nova realidade. (SALES apud DOCUMENTO PLANFOR, p. 32)

Instala-se nesse momento um processo de transformação na própria forma de ser do trabalhador que ANTUNES (2004) chama de processo heterogêneo e complexo. Com as novas exigências do mundo do trabalho e as transformações ocorridas em função das mudanças no modelo de produção capitalista, a classe trabalhadora se diversifica a partir da construção de novos perfis na busca da qualificação exigida pelo mercado, e da incorporação das novas competências apresentadas.

Ela (a classe trabalhadora) incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital (...) e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalho não cria diretamente mais-valia, (...) também incorpora o proletariado rural, incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços (trabalho temporário), inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES, 2004, p. 342)

Logo percebemos que a classe trabalhadora, que tradicionalmente é apresentada composta apenas pelo proletariado fabril produtivo, teve sua composição fortemente ampliada, heterogeneizada, e complexificada, em virtude das inúmeras transformações na busca da superação das diversas crises do sistema capitalista.

1.1.1.Crise capitalista, crise dos EUA e seus reflexos no Brasil

O início do século XXI também foi sacudido por uma crise de grande monta, afetando economias em todos os lugares do mundo. Essas condições, sem dúvida, são determinadas pelo movimento unificado e a lógica-global-sistêmica do desenvolvimento mundializado atual do capital.

Mas, a crise financeira dos Estados Unidos da América agravou o cenário social não só dos norte-americanos como também de quase toda a economia europeia. Como parte de uma política econômica global, a crise do início do século XXI serviu para ampliar mais ainda as desigualdades entre as pessoas, agudizar a crise do emprego, e acentuar as transformações do mundo do trabalho.

O Brasil, dos anos 2009-2011, como vários outros países do mundo, teve profundamente afetado o mercado de trabalho pós-crise, conseqüentemente alterando o nível de (des)emprego e (des)equilíbrio da economia, embora a impressão ainda fosse de que a economia continuasse crescendo, e por isso a geração de emprego estivesse a melhorar.

Nessa conjuntura de transformações e precarização, os meios midiáticos divulgam uma nova tendência da Educação/Trabalho, na qual as possibilidades de resolução dos problemas de emprego pudessem ser resolvidas através de qualificação. Exemplo disso é o ocorrido no estado do Pará, onde os jornais de maior circulação estampavam *õsobram vagas mas faltam profissionais qualificadosõ*, prevendo que *õAté 2014 o estado vai ter que importar pessoal para ocupar 120 mil postos de trabalhoõ*.

Para ocupar os 120 mil novos postos de trabalho previsto para os próximos três anos, o Pará não terá outra opção a não ser importar profissionais. O abismo entre a demanda crescente por mão de obra qualificada e o reduzido número de vagas nas escolas de formação técnica e profissional colocam o estado em uma condição curiosa que não lhe é exclusiva: sobram vagas e faltam profissionais com a capacitação adequada para ocupá-la. (JORNAL O LIBERAL, DINHEIRO, 1º de maio de 2011).

Para resolver essa situação, o discurso de que a solução para o déficit profissional no estado do Pará seria o ensino técnico veio logo a seguir da constatação da sobra de vagas. O problema é que nem sempre a relação Trabalho e Educação é favorável ao trabalhador, principalmente por conta das transformações no modo de produção capitalista. E nem sempre essa evidenciação de um cenário positivo em

numero de vagas, condiz com a realidade do mercado de trabalho. A exemplo do que ocorreu no início do governo neoliberal, existe um discurso ilusório na relação demanda de mão de obra versus oferta de vagas de trabalho versus desenvolvimento da economia. Como ressalta Giovanni Alves (2010, p. 248),

O crescimento do desemprego industrial e da precariedade de emprego e salário não se vinculava apenas às contingências da recessão do governo, mas pertencia, de certo modo, à própria lógica do novo crescimento capitalista sob a era da mundialização do capital. Por exemplo: apesar do aumento relativo dos índices do PIB no país, (...), o desemprego cresceu principalmente em setores industriais e nos centros urbanos-industriais importantes como a grande São Paulo, onde o processo de reestruturação produtiva tornou-se mais acelerado nas principais indústrias. Surge, a partir daí, um *jobless growth* — expressão utilizada para caracterizar o crescimento da economia sem o crescimento proporcional do emprego.

1.1.2. A solução pela via educacional

Dentro dessa lógica o Governo brasileiro, do Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva, apresentou, no início do século XXI, um amplo programa voltado para a qualificação dos trabalhadores que ao contrário de promover uma qualificação efetiva, flexibilizou o ensino técnico profissional, precarizando as condições de acesso do trabalhador à educação profissional realmente qualificante. O problema não está apenas no acesso, mas no número de vagas e no tempo de duração dos cursos, insuficiente para que se efetive a formação propriamente dita, que possibilite a inserção do mesmo no mercado de trabalho.

Os casos que melhor expressam essa flexibilização e precarização são o da Rede CERTIFIC (Rede Nacional de Certificação Profissional Inicial e Continuada), e o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), ambos apresentados como programa de educação e acesso dos trabalhadores, jovens e adultos.

O Programa CERTIFIC, identificado como Rede-CERTIFIC, Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada, foi criado para atender, segundo o sítio do Ministério da Educação, trabalhadores, jovens e adultos com experiência e saberes acumulados, sem nenhum tipo de certificação. O trabalhador procura uma das instituições membro, e solicita, através de um processo comum, o reconhecimento de suas experiências, como explicado abaixo:

O que é

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC é uma política pública de inclusão social que se institui através da articulação do Ministério da Educação — MEC e Ministério do Trabalho e Emprego — MTE em cooperação com as instituições/organizações que a constituem, denominadas:

I ó **Membros Natos**: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação dos Programas de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada e pela acreditação de instituições para os mesmos fins.

II ó **Membros Acreditados**: instituições públicas de ensino que oferecem cursos da Educação Profissional e Tecnológica, instituições vinculadas às Confederações Nacionais, escolas de formação profissional vinculadas a sindicatos de trabalhadores ou organizações não governamentais com a finalidade de implantar e desenvolver os programas de certificação e formação profissional da Rede CERTIFIC.

III ó **Membros Associados**: órgãos governamentais e não governamentais com atribuições relacionadas à educação, certificação, metodologia, normalização, fiscalização do exercício profissional cuja finalidade é apoiar o funcionamento da Rede CERTIFIC.

Finalidade

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada ó Programa CERTIFIC.

Quem será beneficiado

São beneficiários da Rede CERTIFIC trabalhadores, jovens e adultos que buscam formação profissional e/ou reconhecimento formal dos saberes adquiridos na sua trajetória de vida e trabalho.

Como funciona

O trabalhador interessado em ter seus saberes profissionais reconhecidos formalmente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego deverá identificar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia ou Instituição Acreditada mais próximo que ofereça o Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada ó Programa CERTIFIC que contemple seu setor de atuação profissional (Ex. Construção Civil). Em seguida o trabalhador deverá inscrever-se, mediante edital público, para participar do processo de reconhecimento de saberes e se

necessário for de complementação de formação profissional através de Cursos de Formação Inicial e Continuada. Essas duas etapas ou apenas a primeira o reconhecimento de saberes o dará ao trabalhador o direito de receber memorial descritivo do conjunto avaliativo ao qual submeteu-se, e se este contemplou todos os quesitos previstos na profissão/ocupação a qual se inscreveu (Ex. Carpinteiro) o trabalhador terá sua Certificação Profissional. (MEC, 2011)

Na prática, o programa funciona como forma de precarização do acesso ao ensino técnico e certificação, uma vez que não se cumpre o rito formal, nas instituições para a realização da avaliação. Muitas vezes o trabalhador inicia um processo solicitando a certificação por avaliação de competência, que esbarra na falta de condições mínimas para que sua demanda seja analisada. Dessa forma, quando se utiliza a via educacional para resolver os problemas do novo e precário mundo do trabalho, encontra-se agudizando ainda mais os problemas da formação do trabalhador. ESTEVÃO (2012, p. 67) esclarece acerca do processo de formação que

A formação é entendida como um prática social específica e como uma verdadeira instituição que cumpre certas funções sociais relacionadas com a reprodução, a regulação e a legitimação do sistema social, entre outras, ao mesmo tempo que celebra determinados valores por vezes contraditórios ligados quer ao mundo empresarial e gerencialista, quer ao mundo cívico e da cidadania.

Enquanto reprodutora, reguladora, e legitimadora do sistema social, a formação deve acontecer a partir do cumprimento das normas que regem os setores da sociedade. Por conta disso, outro caso que ilustra de forma contundente a flexibilização e precarização do acesso e certificação do jovem e adulto trabalhador é o PRONATEC.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego o PRONATEC, foi criado pela Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Esse aspecto da formação técnica e tecnológica deveria garantir, principalmente ao trabalhador, uma condição real de formação e inserção no mercado de trabalho, com certificação técnica condizente com a exigência do mundo do trabalho.

A oferta é de cursos rápidos de curta duração, como os de instalador de rede de tv a cabo e via satélite, instalador e reparador de linhas e sistemas de telefonia, instalador e reparador de redes de computadores e operador de computador, pedreiro, padeiro, dentre outros, sem características técnicas, mais precárias que de qualidade.

A principal novidade do Pronatec é a criação da Bolsa-Formação, que permitirá a oferta de vagas em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), também conhecidos como cursos de qualificação. Oferecidos gratuitamente a trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, esses cursos presenciais serão realizados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por escolas estaduais de EPT e por unidades de serviços nacionais de aprendizagem como o SENAC e o SENAI. (MEC, 2011)

Essas medidas para a superação dos efeitos da crise do capitalismo no mundo do trabalho, não deram conta de produzir respostas positivas, em vista da falta de critérios práticos para o desenvolvimento das ações e por serem continuação de políticas fracassadas de governos anteriores, a exemplo dos governos neoliberais da década de 1990. Vale ressaltar que em relação ao nível de complexidade do mundo do trabalho, as demandas de ofertas de cursos geradas por essas ações não atendem as expectativas do mercado, e na maioria das vezes, não chegam a configurar mecanismos necessários e eficientes para superar obstáculos identificados no campo do trabalho, que é uma expectativa do governo.

É interessante resgatar esses eventos, uma vez que na história do desenvolvimento capitalista, os momentos de instabilidade geram medidas que, muitas vezes, modificam profundamente a dinâmica das sociedades, influenciando os vários setores da vida das pessoas. No que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, notamos que as medidas adotadas pelo governo tendem a precarizar o acesso e a certificação dos trabalhadores. ANTUNES (2006), em relação a isso, desenvolve uma análise no sentido das transformações no processo produtivo, considerando que na busca de uma saída para a atual crise do capitalismo, gestam-se transformações na forma de organização do trabalho, uma nova forma de regulação e um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado⁵. ALVES (2001), considera que essa crise no mundo do trabalho está relacionado justamente com o processo de crise econômica, que vai desencadear a mundialização do capital, visto que para o autor, a globalização foi a saída encontrada pelo capitalismo para a superação da crise:

⁵ Ver ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª edição. Cortez Editora: Editora da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2006.

Como iremos verificar, é só nos anos de 1980 que a globalização como mundialização do capital irá assumir um novo sentido sócio-histórico. A ofensiva do capital na produção adquire um caráter sistêmico e o avanço das políticas neoliberais nos principais países capitalistas indica um novo padrão da acumulação capitalista mundial. (ALVES, 2001, p. 36)⁶

Nossa contribuição é no sentido de situar a precarização da educação profissional e tecnológica dentro desse contexto do novo e precário mundo do trabalho, ressaltando que as gerações que se formaram dentro do contexto do (re)arranjo da economia mundial, pós-1980, e mesmo as que já encontravam-se formadas, bem como as que preparam-se para inserção nessa realidade, sofrem as consequências de um processo no qual a política de concorrência e a competitividade, ditam o ritmo das políticas de (des)emprego, num mercado (local ou global), com características flexíveis e precarizadas.

1.2 . O modelo de competência e a tese da empregabilidade

Como já vimos no tópico anterior, a atual configuração do mundo do trabalho é reflexo das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista com o passar do tempo. Tais mudanças processam-se também no próprio trabalhador quando sua formação humana é submetida a vontade da classe que domina os meios de produção, visando educá-lo de acordo com as necessidades da valorização do capital e da reprodução da força de trabalho como mercadoria (CARDOZO, 2009, p. 153).

Por conta disso, é comum justificar a insuficiência de postos de trabalho, que determina altos índices de desemprego, principalmente em países pouco desenvolvidos, com o discurso da pouca ou nenhuma qualificação do trabalhador. Esse é o discurso da empregabilidade usado por empresários, na tentativa de eximir-se da responsabilidade pelas sucessivas crises ocorridas no mercado, transferindo para o trabalhador a parcela de culpa. "Só existe desemprego porque o trabalhador não se qualifica, essa é a lógica do empresariado. Contudo, já estudamos que o volume de emprego depende do volume de produção.

Certamente que a exigência do mercado de uma maior qualificação do trabalhador passa a ser a estratégia para se conseguir um perfil desejado para as

⁶ Ver ainda ALVES, Giovanni. Dimensões da Globalização: O Capital e suas Contradições. Praxis, Londrina, 2001; ARRAIS NETO, Enéas; et al. Mundo do Trabalho: debates contemporâneos. Fortaleza-Ce. Editora UFC, 2004.

empresas, na busca da implantação do novo modelo de produção capitalista, no qual não cabe mais a lógica do saber-fazer, como nos ensina Teixeira de Mello (2009, p.102) já não bastava o saber-fazer. Outros saberes em ação, saberes mobilizados, deveriam, ser desenvolvidos ao longo da formação profissional, ou seja, o novo perfil requer um trabalhador mais flexível e com elevado nível de qualificação.

Essa qualificação pretendida para o trabalhador, dentro de uma concepção mais teórica, e tomando como referência Cardozo (2009, p.156), é uma elaboração coletiva que possui uma conotação sociocultural e histórica e implica uma distinção entre a qualificação dos empregos e a capacitação funcional e a capacitação dos trabalhadores.

Com o passar do tempo as mudanças na lógica trabalhista agudizaram as exigências de um perfil de trabalhador mais adequado ao novo modelo econômico, condizentes com as transformações tecnológicas e organizacionais. A própria concepção de qualificação não dá conta de expressar tudo aquilo que a nova realidade produtiva requer do trabalhador. Passa-se a falar em competências. Teixeira de Mello (2009, p. 103) expressa de forma bem clara essa transição:

Assim, as mudanças nas relações de trabalho e a própria segmentação desse passam a demandar dos trabalhadores não apenas as qualificações para o posto de trabalho e mesmo os conhecimentos formais objetivados pelo diploma, mas também outras habilidades cognitivas e comportamentais para enfrentar as situações inusitadas. Iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade, liderança, flexibilidade começam a construir um novo conceito nessa nova etapa da economia e da sociedade mundial: surge a noção de competência.

1.2.1. Empregabilidade e Competência

Mas, foi justamente o desenvolvimento técnico-científico nos setores produtivos, que exigiram do trabalhador um perfil adequado às transformações ocorridas no mundo do trabalho, que trouxe a baila a discussão em torno da noção de empregabilidade devido a percepção, por parte de alguns estudiosos, da nova dinâmica do emprego. Segundo SALES (2012, p. 88),

A noção de empregabilidade manifestou-se inicialmente em um contexto econômico marcado pela eliminação de postos de trabalho e pelo aumento da competição entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que exigiu competência técnica e científica para a força de trabalho se ajustar ao mercado de trabalho.

Na década de 1990, no Brasil, esse termo foi bastante discutido, principalmente no sentido de a capacidade de um profissional estar empregado e, conseqüentemente, ter a sua carreira protegida dos riscos inerentes ao mercado de trabalho. CARDOZO (2009, p.192), remete a discussão para uma abordagem mais da teoria do Capital Humano, ensinando que

A empregabilidade é um desses conceitos, cujo uso politico-ideológico fez com que fossem criadas novas abordagens nos processos educativos e nas relações de trabalho. A noção de empregabilidade em conexão com o enfoque da competência resgata os enfoques econômicos e individualistas da Teoria do Capital Humano e cumpre, no plano das significações ideológicas, uma função muito importante na sociedade capitalista contemporânea à medida que procura construir um consentimento entre os trabalhadores de que eles devem, individualmente, incrementar seu capital humano para aumentar as possibilidades de empregabilidade, condicionando assim tanto a qualificação quanto a capacidade de inserção e permanência no mercado de trabalho à aquisição individual de competências.

Essa teoria propõe algo muito próximo do significado de empregabilidade hoje, defendendo que quanto maior a especificidade de habilidades do trabalhador, menor a propensão em abandonar o emprego e serem demitidos durante crises empresariais. Ela também explica por que a maioria das promoções é feita dentro da própria empresa e não através da contratação - os trabalhadores precisam de tempo para aprender sobre a estrutura de uma empresa e sua "cultura" - e por isso os métodos de contabilidade incluíam o capital humano específico de empregados entre os princípios ativos da maioria das empresas. (BEKER, 1992, p. 43)

Nessa lógica, empregabilidade ganha um sentido mais ampliado uma vez que compreende não só a dimensão da permanência no emprego, mas ainda o acesso e outros elementos relacionados ao emprego. Podemos dizer então, que existe uma complexidade maior na abordagem da empregabilidade enquanto fenômeno que vai muito além da discussão sobre a quantidade de conhecimento acumulado em um indivíduo suas habilidades e competências. Outros aspectos devem ser levados ainda em conta como aqueles ligados ao capital cultural e social do indivíduo, bem como as relações construídas ao longo de sua vida social. SALES (2012, p. 92-93) ensina que

Embora a tese da empregabilidade se aproxime da concepção individualista da Teoria do Capital Humano, ela se diferenciou à medida que eliminou o vínculo entre o desenvolvimento do capital

humano individual e o capital humano social, que caracterizava essa teoria. A partir disso, uma maior inversão no capital humano individual amplia as possibilidades de empregabilidade do indivíduo. Ela, entretanto, não significa o acesso direto ao posto de trabalho, mas tão somente, tornar empregáveis aqueles contemplados pela educação profissional, provendo-os com as competências exigidas pela nova dinâmica do mercado de trabalho. Mercado, no qual, o emprego formal estaria perdendo espaço, sendo substituído por ocupações precárias, geralmente identificadas com a informalidade.

Outro aspecto que a teoria de BECKER (1992) evidencia é com relação a formação do indivíduo. Diz o teórico que,

um dos conceitos mais importantes da Teoria do Capital Humano é a distinção entre formação geral e formação específica do conhecimento. Indivíduos com conhecimento específico são úteis apenas para as empresas onde trabalham, enquanto indivíduos com conhecimento geral são úteis em outras empresas. Alguem com conhecimentos de informática possui formação geral, enquanto conhecimentos sobre a estrutura de autoridade e talentos de funcionários de determinada empresa particular, possui formação específica.

Esses dois aspectos da teoria do Capital Humano, da quantidade de conhecimento de um indivíduo e da dimensão desse conhecimento (geral ou específico), são percebidos nas análises atuais da empregabilidade, com o incremento de novos elementos relacionados com o mundo do trabalho e a ação do Estado, a exemplo do que GENTILLI (1999) concebe como empregabilidade:

A empregabilidade deve ser compreendida a partir de duas dimensões distintas, que, na maioria das vezes se confundem. A primeira seria a que concebe a empregabilidade a partir do significado assumido em relação aos processos de reestruturação produtiva, as mudanças no mercado de trabalho, as políticas de educação profissional, as mudanças nos modelos de qualificação e a articulação de todos esses processos com as políticas educacionais de caráter propedêutico e as exigências formuladas à escola. A segunda concebe essa noção como um dos princípios orientadores do processo de reestruturação moral e cultural que caracterizam o contexto de hegemonia neoliberal.

Para além de qualquer conceituação, o discurso da empregabilidade procura transferir para o trabalhador a responsabilidade pela sua condição, de empregado ou de desempregado, levando-o a aquisição de novos conhecimentos ou requalificando-se, com a finalidade de se manter empregado, ou de voltar para o mercado de trabalho. Dessa forma diz-se que o trabalhador tem empregabilidade, a medida que procura

incrementar seu capital humano, com as competências exigidas pelo mundo do trabalho. CARDOZO (2009, p. 193) teoriza que

As possibilidades do indivíduo inserir-se no mercado de trabalho depende da posse de competências que o habilitem para competir pelos empregos; entretanto, como o desenvolvimento econômico já não depende da inserção da maioria da população economicamente ativa na vida produtiva, a aquisição de competências que incrementam o capital humano individual pode aumentar as condições de empregabilidade, sem, contudo, garantir um lugar no mercado de trabalho que a cada dia está mais competitivo e restrito.

Nesse entendimento quem pode manter o trabalhador empregado, ou (re)inseri-lo no mercado de trabalho, são as competências adquiridas ao longo de sua formação, e (re)qualificação. Giovanni Alves (2007, p.249) contextualiza o que ele chama de mutações orgânicas do capital, que levam as exigências das novas competências no mundo do trabalho, colocando os conceitos de empregabilidade e competência como produto de um complexo ideológico surgido a partir das mudanças no sistema produtivo capitalista. HIRATA (1994, p. 131), sobre o assunto revela que

O novo conceito de produção exigiria, assim uma massa de conhecimentos e atitudes bastantes diferentes das qualificações formais requeridas pelas organizações do trabalho de tipo taylorista, e mais próximas daquelas requeridas pela empresa J (empresa japonesa, em oposição à empresa A americana; cf. M. Aoki, 1991). A atualidade do debate sobre a empresa J é provavelmente um dos fatores explicativos da importância adquirida, na evolução recente do debate sobre a qualificação, pela questão do seu nível de formalização: componentes implícitos e não organizados da qualificação versus componentes organizados (a expressão é de M. Aoki, 1991: 12 e seg.) e explícitos: educação escolar, formação técnica, educação profissional. Um enfoque por postos de trabalho e por alocação do indivíduo ao posto daria ênfase aos últimos; um enfoque por equipes de trabalho e responsabilização coletiva na execução do trabalho tenderia a enfatizar os primeiros. Ademais a qualificação tácita (...) ou social ou informal é amplamente solicitada para a implantação de novas tecnologias.

Hirata analisa que é justamente a tese da requalificação dos trabalhadores, a partir das novas exigências de produção que vai levar a superação do paradigma da bipolarização das qualificações, que por muito tempo caracterizou o processo de qualificação, e a evidência do modelo de competência.

O que dá para perceber é que as mudanças na dinâmica do funcionamento do sistema capitalista de produção, ao longo do tempo, levou ao surgimento de novas necessidades do capital, transferidas para a mão-de-obra, e paulatinamente incorporadas a mesma. O trabalhador, cada vez mais, torna-se único responsável pelo seu emprego, ou pelo acesso ao mercado de trabalho, tendo que, para tanto, buscar continuamente as qualificações que possam habilitar ao atendimento das competências que interessam ao capital.

O modelo de competência, então, é o gerador das transformações nas políticas de formação dos trabalhadores, seja no sistema educativo, seja na oferta de educação profissional, seja nos sistemas de gestão. Para Estevão (2012), a noção de competência é muito complexa, polissêmica, que aparece em substituição à qualificação. Enfatiza ainda que a noção de competência tem servido para vários fins, nomeadamente

Para designar atribuições ou prerrogativas formais, inerentes a um cargo ou a uma função, independentemente das características da pessoa. Tem sido utilizada, igualmente, para designar qualificações, ou seja, um conjunto de saberes ou capacidades de execução técnica, obtido seja pelo sistema formal de ensino, seja pela formação profissional, seja mesmo por qualquer outra modalidade de aprendizagem ao longo da vida. Podemos deparar-nos com o conceito de competência entendido como traços, qualidades ou características intrapessoais, ou como factores inerentes à personalidade de cada um. Finalmente, competência pode ser sinônima de comportamentos ou acções, querendo isto dizer que ela só existe na acção, em acto, e é susceptível de medida; tem, pois ver com resultados concretos de um desempenho. (ESTEVÃO, 2012, p. 109-110).

Mello (2009, 105) evidencia que,

com base no mundo do trabalho, a competência é considerada uma capacidade que só se evidencia numa situação de trabalho e que está sujeita a regras, procedimentos, instrumentos e consequências. Identifica resultados profissionais concretos que podem abranger funções diferentes, pois se refere a situações concretas de trabalho e não aos elementos estruturais de uma operação. Por isso não pode ser confundida com qualificação, haja vista que a dinâmica, num sentido de mobilidade, é elemento central das competências.

Hirata (1994) ensina que a competência é uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos e retomada em seguida por economistas e sociólogos na França. Estes estudiosos desenvolveram noções de competências enquanto competências profissionais, segundo uma lógica que integra várias dimensões e

formulações (ZARIFIAN, 2001); como a capacidade de agir em situações específicas e imprevisíveis, e como o atributo que se refere à subjetividade da pessoa e está diretamente ligada à capacidade de mobilizar saberes e atitudes necessárias para, de forma autônoma resolver problemas em dadas situações. (MELLO, 2009, p. 104).

Zarifian (2001) direciona ainda, as análises no sentido de uma individualização apresentada pela mudança em direção a um sistema de aprendizagem centrada no aluno, bem como à forma de organização das empresas, a partir da necessidade de se configurar uma organização criadora de competências para o trabalhador no seu itinerário profissional. Segundo o autor, as competências, enquanto propriedades instáveis, devem ser submetidas à objetividade e à validação para serem reconhecidas como legítimas, dentro e fora do exercício do trabalho.

Seja qual for o viés de discussão acerca da noção de competência, o que nos interessa é o que diz respeito ao uso, controle, a formação, a avaliação, e a validação da *performance* do trabalhador diante das novas exigências do mundo do trabalho. Nesse sentido, competência passa a integrar as necessidades de escolarização do trabalhador para responder às novas conformidades do trabalho assalariado, elemento que passou a ser usado pelo capital para determinar o perfil de trabalhador desejado.

Estas novas exigências, e esse novo perfil, que são produtos de um novo modelo produtivo desenvolvido a partir da introdução das novas tecnologias dentro do processo de produção, determinam, portanto, um tipo de trabalhador flexível, com conhecimentos e capacidades diversas, preparado para diagnosticar, antecipar soluções para problemas técnicos, com autonomia para melhorar a qualidade, e decidir como no fazer do trabalho, um trabalhador polivalente.

FRIGOTTO (2005) ressalta que é nesse embate de concepções de sociedade e trabalho que se insere a disputa pela educação como prática social mediadora do processo de produção, processo político, ideológico e cultural. Enfatiza ainda que as reformas educacionais dos anos 1990, buscavam uma mediação da educação para atender às novas exigências do capital globalizado e de produção flexível, buscando formar um trabalhador cidadão produtivo, adaptado, adestrado, treinado, mesmo que sob uma ótica polivalente. (FRIGOTTO, 2005, p. 73)

KUENZER (2009, 32) concebe que trata-se de um trabalhador de novo tipo, para todos os setores da economia, capaz de adaptar-se à produção flexível, destacando

A capacidade de comunicar-se adequadamente, com o domínio dos códigos e linguagem, incorporando, além da língua portuguesa, a língua estrangeira e as novas formas trazidas pela semiótica; a autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente; a autonomia moral, através da capacidade de enfrentar as novas situações que exigem posicionamento ético; finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido em sua forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica, da criatividade.

Como podemos observar, para tanta mudança no perfil do trabalhador, necessitou-se reformar, e até reformular, o ensino médio e profissional, especificamente no Brasil da década de 1990, dada a defasagem em relação às novas exigências do mercado de trabalho. O modelo de competência foi apresentado, então, como alternativa uma vez que representou uma proposta de renovação de perfil, condizente com as condições da força de trabalho do Brasil no período, com índices de baixa escolaridade altíssimos.

Afora a questão das condições de escolarização dos trabalhadores, a conjuntura econômica do Brasil no período, mostrou-se bastante favorável para justificar a viabilidade do modelo de competência. Dados do Cadastro Geral de Empregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indicam que no período entre janeiro de 1990 e dezembro de 2000, foram fechados aproximadamente 2,54 milhões de postos de trabalho no setor formal. Pode-se observar ainda, que na década de 1990, a dinâmica de geração de novos postos de trabalho formal no setor de indústria, apresentou comportamento negativo, com a queda do índice de emprego em torno de 8,5%. A taxa de desemprego, considerando todos os setores, no período, passou de 5,5%, no fim da década de 1990, para 7,6% no início dos anos 2000 (IBGE).

Como pode ser observada, a realidade do mercado brasileiro mesmo nos centros mais industrializados, não atendia às novas exigências do capital para o mercado. Buscou-se então reformar o ensino para o trabalhador, o ensino médio e profissional, a partir das orientações do Banco Mundial, a partir da premissa que as mudanças que estavam em curso no âmbito internacional eram irreversíveis, e o país teria que se adequar a elas para pleitear um modelo de desenvolvimento compatível com o apresentado pelo capitalismo.

Acerca disso FRIGOTTO (2005) considera que o desemprego é o problema social e político fundamental desde os anos 1980. O que está posto para o momento é

bastante preocupante, em vista das políticas adotadas pelo governo neoliberal, no atendimento às exigências do capital que tende a

desestabilização dos trabalhadores estáveis. Estes constituem aproximadamente um terço da população economicamente ativa do mundo. Essa desestabilização dá-se pela crescente incorporação de novas tecnologias ao processo de produção e a consequente intensidade do trabalho e da exploração e pela permanente ameaça de perda do emprego; instalação da precariedade do emprego, mediante a flexibilização do trabalho, trabalho temporário, terceirização etc...; aumento crescente dos sobrantes. Trata-se de contingentes não integrados e não integráveis ao mundo imediato da produção. (FRIGOTTO, 2005, p. 70).

É nesse cenário que a noção de competência é introduzida nos discursos escolares, nos documentos e nos discursos oficiais, propagandeando mudanças que levariam à solução dos problemas erigidos pelo novo paradigma capitalista. Tais soluções, para o trabalhador, foram preconizadas na reforma da Lei de Diretrizes e Bases ó LDB, Lei nº 9.394/96, e demais normativas regulamentadoras, a partir das quais foram formuladas políticas para a formação do trabalhador que encontravam-se dentro, e fora do mercado (massa de desempregados). FRIGOTO (2005, p. 71) considera que

Instauram-se políticas focalizadas de inserção social precária. Estas têm sido as políticas mais comuns dos países periféricos apoiados pelos organismos que são os guardiões dos grupos econômicos dos países centrais. As políticas de formação profissional que vêm se assumindo no Brasil desde a década de 1990.

1.2.2 Ensino médio e profissional, competência e empregabilidade

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ó LDB, em 1996, traz várias mudanças na dinâmica da educação no País. Além da separação da educação profissional da educação básica, pois existe um capítulo exclusivamente voltado para a educação profissional técnica, carrega em seu texto a responsabilidade de introduzir a noção de competência na reforma educacional.

As finalidades atribuídas ao ensino médio expressam essa integração da noção de competência, uma vez que no Art. 35, II, expõe como finalidade óa preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posterioresó, ou seja, que o educando seja formado para atender as

novas exigências do capital. No Inciso III, continua, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionados a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. São finalidades que contemplam o novo perfil exigido, de um trabalhador flexível e polivalente.

Também no conteúdo curricular do novo ensino médio está impregnado da noção de competência, a medida que o Art. 36 da LDB 9.394/96 propõe:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; (...) III - Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição; (...) § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; § 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. § 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Expressões como a compreensão do significado de ciência, das letras e das artes, a própria exigência das línguas estrangeiras, conotando a necessidade global, e o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna. Essa sentença é a maior expressão da presença da noção de competência na proposta do novo ensino médio. Outra, evidencia disso é: a preparação para o exercício das profissões técnicas, e a preparação geral para o trabalho.

KUENZER (2009, p. 32) faz uma análise no sentido da perspectiva dessas novas mudanças na proposta do novo ensino médio, afirmando que

Evidentemente, essas novas determinações mudariam radicalmente o eixo da educação média e profissional, caso ela fosse assegurada para todos, o que na realidade não ocorre. Ao contrário, as pesquisas que vem sendo desenvolvidas nessa área mostram que a oferta de oportunidades de sólida educação científico-tecnológica se dá para um número cada vez menor de trabalhadores incluídos, criando estratificação inclusive entre eles. Na verdade cria-se uma nova casta de profissionais qualificados a par de um grande contingente de

trabalhadores precariamente educados, embora ainda incluídos, portanto responsáveis por trabalhos também crescentemente precarizados. Completamente fora das possibilidades de produção e do consumo, e em decorrência, do direito à educação e à formação profissional de qualidade, uma grande massa de excluídos cresce a cada dia, como resultado do próprio caráter concentrador do capitalismo, acentuado por esse novo padrão de acumulação.

Como teorização possível, a reforma procurou promover a transição do indivíduo da escola para o mercado de trabalho, propondo formação de qualidade para o desempenho de atividades no novo sistema produtivo. O Art. 39, que trata da educação profissional, apregoa a integração da educação profissional com as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, a fim de conduzir o indivíduo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (LDB, Art.39). A ênfase é para as novas exigências do capital para o trabalho, que serão traduzidas para as Diretrizes Nacionais.

O aspecto do acesso à Educação Profissional de nível técnico e posterior certificação, seguiu a lógica da flexibilização, abrindo a possibilidade do ingresso sem a devida formalidade do processo seletivo, bem como a certificação sem cumprimento dos anos de formação. O Art. 41 abre essa possibilidade quando determina que o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para o prosseguimento ou conclusão de estudos. Atualmente essa possibilidade está concretizada na Rede-CERTIFIC, que não tem eficácia por sua proposição confusa e frágil. Também o Art. 42 determina certa flexibilização do acesso e certificação quando propõe a oferta de cursos especiais, abertos à comunidade sem considerar, necessariamente, o nível de escolaridade. O PRONATEC é a concretização dessa possibilidade, com oferta de cursos rápidos e baratos, de caráter superficial, desatrelados do currículo de formação geral, de características precárias, desvinculando o saber do fazer.

Certamente a reforma não está preocupada com esses aspectos inerentes ao acesso e a certificação, mas com a urgência de atender as exigências do novo modelo produtivo capitalista, garantindo, pelo menos teoricamente, as condições para o indivíduo adquirir competências para manter sua empregabilidade.

1.3 . A reforma da educação profissional nos governos FHC e Lula

Como já foi enfatizado anteriormente, a reforma da educação no Brasil foi uma exigência imposta pelo novo modelo de produção capitalista, e a necessidade de integrar a noção de competência a este processo (RAMOS, 2006). A efetivação dessa integração deu-se com a promulgação da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira ó LDB.

SALES (2012) afirma que foi no governo Fernando Henrique Cardoso, apesar das reformas constarem na pauta da agenda de governos anteriores, que foram gestadas as condições necessárias para a sua efetivação. Destaca que

O governo ao absorver as críticas do Banco Mundial sobre a elitização das escolas técnicas federais e a escassez de recursos, bem como as reivindicações do setor produtivo, via SNI, buscou aliar racionalização de recursos do ensino profissional às necessidades do mercado. Além disso, manteve a clássica dissociação entre educação formal e profissional como uma das medidas que viabilizaram a execução das demais propostas de orientação econômica. Essa dissociação teria se revestido de grande importância, uma vez que poderia possibilitar a otimização dos recursos e também aproximar o ensino profissional do mercado. Treinando os trabalhadores segundo as técnicas momentâneas do sistema produtivo. (SALES, 2012, p. 108)

Outro fator que possibilitou as reformas dentro do estabelecido pela LDB, forma as inovações contidas na Constituição Federal de 1988, principalmente no que diz respeito a educação profissional, principalmente de jovens e adultos. No tocante a esta última, podemos perceber que no período posterior a promulgação da Carta, novos paradigmas serão discutidos, a partir das transformações institucionais, e da adoção do modelo de competência na formação dos trabalhadores.

Além das questões de reorganização das Instituições, inclusive mudanças na denominação, a exemplo do que ocorreu com os CEFETs⁷ no lugar de Escola Técnica Federal, algumas políticas implementadas no pós-90, serão geradoras de muitas polêmicas, a exemplo do Decreto nº 2.208/97, que posteriormente será revogado pelo de número 5.154/2004.

A reforma do ensino médio e profissional, promulgada durante o governo FHC (1995-2002) está desencadeando mudanças estruturais

⁷ A Lei nº 8.984/94 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que, dentre outras coisas, contemplava a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica ó CEFET. Essas mudanças só se efetivarão a partir de 1999.

no sistema escolar brasileiro, induzidas por uma política de educação profissional que possibilitou a entrada, no cenário educativo de novos protagonistas (sindicatos, associações comunitárias, organizações não-governamentais) e a redefinição das responsabilidades no campo da gestão e do financiamento. (MANFREDI, 2002, p. 24)

Essa reestruturação, evidenciando a educação profissional, tem impactado sobremaneira a organização da formação técnica do jovem e adulto, e dos trabalhadores, principalmente se considerarmos as transformações que ultimamente tem marcado o mundo do trabalho.

Importante esclarecer que quando nos referimos a educação profissional, formação técnica de jovens e adultos, bem como formação do trabalhador, construímos nossa discussão no âmbito das instituições de ensino técnico e tecnológico, principalmente da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, a Educação Profissional, apresentada como modalidade educacional pela LDB de 1996, passa a figurar com algumas novidades, principalmente na forma como é relacionada aos níveis de ensino. A integração ao ensino médio é uma das formas que provocará muita polêmica. Inicialmente com o estabelecido na LDB, que será regulamentado pelo Decreto 2.208/97. Muitos autores e estudiosos da educação consideraram esse decreto um retrocesso aos avanços conquistados até então para a educação, uma vez que:

1. Repõe a dualidade estrutural, não reconhecendo a educação básica como fundamental para a formação científico-tecnológica sólida dos trabalhadores, demandada pela nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas, contrariando uma tendência que é mundialmente aceita e defendida por empresários, trabalhadores e governos;

2. Supõe ruptura entre o acadêmico, desvalorizado por não ser prático, e o tecnológico, não reconhecendo o caráter transdisciplinar da ciência contemporânea, reforçando a idéia de duas redes, para acadêmicos e para trabalhadores, ao melhor estilo taylorista, que separa dirigentes de especialistas, concepção que hoje é questionada até pela organização capitalista da produção.

Dessa forma, a Educação Profissional pós-1990 funcionará sob a égide do decreto 2.208/97, que ao contrário de atender os anseios da sociedade, adequará esta modalidade de ensino aos moldes do governo neoliberal, fortalecendo os espaços privados de formação do trabalhador, em detrimento das instituições públicas voltadas para este fim. Sobre esse aspecto evidencia-se que

apesar da supremacia jurídica da LDB 9.394/96 sobre o decreto 2.208/97, este acabou ganhando força para legalizar e legitimar o movimento já iniciado na sociedade civil de fortalecimento dos espaços privados voltados para a qualificação da força de trabalho, cada vez mais estimulados pelo próprio Estado brasileiro para o desempenho de tal função (...). (CÊA, 2005, p. 3)

O que deveria ser um avanço no desenvolvimento da educação profissional percebemos como um engessamento da mesma, funcionando como meio de *ôtreinarô*, através de cursos de curta duração, jovens e adultos para atender uma sub-demanda do mercado, com tendência a aumentar o contingente de trabalhadores informais. Essa constatação está clara quando analisamos os cursos ofertados pelo convênio realizado com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, em 1999. Embora os cursos, muitas vezes, fossem ofertados por instituição oficial, o tempo de formação e o tipo de curso caracterizava um tipo de formação precarizada, na qual o aluno obtinha alguns conhecimentos práticos sobre lapidação, conservação de alimentos, mecânica de autos, eletricidade, dentre outros, sem, contudo produzir a elevação dos níveis de escolaridade de sua clientela.

No que diz respeito ao funcionamento dos cursos regulares nas Instituições de Ensino Profissional e Tecnológica da Rede Federal, a oferta dos cursos obedecia a um cronograma próprio, com algumas alterações curriculares, e o controle orçamentário rigoroso, principalmente dos programas, para o cumprimento das metas apresentadas pelo governo e os organismos internacionais.

Até o fim do *decree submission*⁸ a educação profissional, bem como as instituições federais de ensino profissional e tecnológica, amargaram um período de *ôquase sucateamentoô*, com recursos minguados para a manutenção de toda a estrutura física e administrativa, bem como para a aparelhagem e modernização dos seus laboratórios e oficinas. Ficando também comprometida a ampliação de vagas para jovens docentes oriundos do ensino fundamental, e para jovens e adultos em idade de ingresso ao mundo do trabalho.

A partir de 2003, a educação passa a ter outra expectativa em relação as políticas públicas, principalmente a educação profissional. O decreto 5.154/2004 revoga

⁸ Fazemos referência ainda ao Decreto n 2.208/97 que norteou a oferta de educação profissional até o fim do governo neoliberal no Brasil.

o 2.208/97, depois de muita discussão entre grupos que não conseguiam ver alternativas na forma como o governo neoliberal tratava a educação. Frigotto (2005, p. 22-23) narra que

No início de 2003, a aposta em mudanças substantivas nos rumos do país, com a eleição do presidente Lula e com a perspectiva de um governo democrático popular, levou-nos a seguir alguns nomes para as Diretorias do Ensino Médio e de Educação Profissional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC), bem como a assessorar a realização dos Seminários Nacionais (...). Esse processo manteve-se polêmico, em todos os encontros, debates e audiências realizados com representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais.

Muito mais que um rompimento com a política educacional do governo anterior a 2003, o decreto 5.154/2004, representou um marco a partir do qual vários programas e políticas seriam apresentados a sociedade brasileira. Os trabalhadores e uma parcela específica dessa sociedade (a EJA), passou a ter uma atenção diferenciada, priorizou-se a educação continuada do trabalhador e do jovem e adulto em distorção idade série.

Passou-se então a implementar uma educação para todos, inclusiva, a exemplo do Programa Recomeço⁹, que introduz recursos específicos na rede pública para merenda escolar, livro didático, dentre outras coisas (este programa é denominado hoje Fazendo Escola). Segundo RODRIGUES (2006), é um

programa de apoio a estados e municípios para a educação fundamental de jovens e adultos que residem em bolsões de miséria (...) que busca parcerias com os governos estaduais, as prefeituras municipais e a sociedade civil, [com fins de] institucionalizar a educação de jovens e adultos como política pública no sistema de ensino brasileiro.

Alguns projetos (com prazo de validade) foram pensados para a educação de jovens e adultos, a exemplo do PROJOVEM, instituído pela Lei nº 11.129/2005, definido como programa emergencial e experimental, com prazo de duração de dois anos, prorrogável por igual período; Projeto Escola de Fábrica, instituído pela Lei nº

⁹ Atualmente denominado Programa Fazendo Escola, consiste em dar apoio a estados e municípios para a educação fundamental de jovens e adultos no enfrentamento do analfabetismo e baixa escolaridade de jovens e adultos que residem em bolsões de miséria (SGROTT-RODRIGUES, 2006).

11.180/2005, para jovens de baixa renda. Na redação do § 1º, do Art. 2º, vincula o tempo de permanência do jovem ao tempo do curso. A Portaria nº 2.080/2005 estabelece o âmbito dos CEFETs, ETFs, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade EJA. Também nesta linha de oferta, o Decreto nº 5.478/2005, institui no âmbito das Instituições Federais de Ensino Tecnológico, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos o PROEJA. Esses programas têm um caráter inclusivo e de educação continuada de trabalhadores.

1.3.1. O PROEJA no contexto da reforma

Este Programa surge com uma perspectiva de evoluir para uma política pública. O próprio Documento Base expressa a intenção de incluir o PROEJA como modalidade na educação básica, enfatizando que:

Tal horizonte aponta para a perenidade da ação proposta, ou seja, para além de um Programa, institucionalizando uma Política Pública de integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. (MEC. DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007 p. 9)

Isto se torna oportuno devido a existência, diagnosticada pelo IBGE, de grande quantidade de Jovens e Adultos, também em Belém, na situação de distorção idade/série no nível ensino médio, e/ou que concluíram o ensino fundamental e não deram continuidade nos estudos. Contudo, pensar o PROEJA como mais um programa instituído com objetivo de corrigir distorções, é continuar incorrendo no erro histórico de conceber a EJA como um instrumento para fins meramente compensatório.

Mais que uma simples oportunidade de nivelamento ou de recuperar o tempo perdido, o PROEJA no Campus Belém/IFPA constitui-se em um momento de ingresso numa etapa, nova, do processo educativo-profissionalizante, para nossos jovens e adultos que perderam o contato com as coisas da escola. Longe dos estigmas legados a Educação de Jovens e Adultos (educação supletiva, corretiva, niveladora, dentre outros), o que está se implantando neste momento são, em nosso entendimento, modalidades de cursos técnicos de nível médio, para jovens e adultos em idade de ingresso nos mundos do trabalho.

Embora tudo nos leve a pensar o PROEJA como uma EJA do ensino médio articulado a formação para o trabalho, entendemos que na prática, temos a formação profissional (que não pode ser aplicada de forma supletiva ou outra coisa do gênero, visto que não temos como vislumbrar distorção nessa modalidade de ensino, pois não existe idade muito menos série para se aprender uma profissão), concebida como instrumento de viabilização de uma formação plena do cidadão, uma vez que faz-se necessário a aquisição de certos conhecimentos propedêuticos (que precedem os cursos profissionalizantes como etapa preparatória indispensável) para que o jovem e adulto do PROEJA tenham acesso aos conhecimentos técnicos de respectiva profissão. Logo, não se trata de ensinar coisas práticas ao aluno, mas de ensinar uma profissão.

Essa constatação deve ser levada em consideração no pensar o PROEJA-Campus Belém/IFPA. O fato é que nosso jovem e adulto necessitam de determinados conhecimentos propedêuticos, para que se caracterize certa formação geral, proposta pelo Documento Base do PROEJA, conforme o qual deveremos ensinar aos nossos alunos do PROEJA, ao mesmo tempo, as ciências e as humanidades e prepará-los para o trabalho. Isso significa que existe uma obrigatoriedade de fazermos esta integração com o ensino médio (o Decreto manda reservar, no mínimo, mil e duzentas horas para este fim) ou pelo menos provocá-la. Contudo, é imperioso que tenhamos claro que para colhermos bons resultados, não devemos estar reproduzindo nenhum modelo de escola, tampouco deixar que nosso curso adquira características de (não) profissionalizante por priorizar em demasia o conteúdo do ensino médio.

A LDB de 1996, em seu Art. 37, define que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No âmbito do PROEJA, pensar para quem a educação ofertada é destinada, requer pensar três categorias distintas:

1. Do nível médio da educação básica o PROEJA destina-se àqueles que concluíram o ensino fundamental, ou possuem o médio inconcluso e estão fora da faixa etária para tal nível;

2. Da EJA - o PROEJA destina-se àqueles que não concluíram e os que não tiveram acesso ao ensino médio e estão em situação de distorção idade/série, segundo o que institui a LDBEN/96;

3. Da educação profissional o PROEJA destina-se a todos os que estejam aptos ao aprendizado de uma determinada profissão. Atualmente essa aptidão passa

pela aquisição dos conhecimentos propedêuticos, no ensino médio, que habilita o aluno ao ingresso no mundo dos conhecimentos profissionalizantes.

Quando analisamos a questão dos níveis em processo de integração, em separado, percebemos que a questão da distorção aparece como um critério balizador, visto que os esforços de integração do ensino técnico, muitas vezes, foram interpretados como uma predisposição para se atrair alunos academicamente fortes para dentro das instituições de ensino profissionalizante, destaque às Escolas Técnicas Federais, ou elitizá-las.

Dessa forma, podemos dizer seguramente que o PROEJA não foi idealizado para uma elite, como também não se destina a atender somente os desvalidos da sorte. Apropriando-nos das palavras do Professor Emanuel Quaresma, do Campus Belém/IFPA, o PROEJA foi idealizado para todo cidadão brasileiro, mas esse cidadão deve estar incluído em um público que se encontra fora da escola há bastante tempo e que na maioria dos casos, em idade avançada em relação às séries que serão oferecidas pelo programa, logo, um aluno de EJA.

Vale ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos, como todo processo histórico racional, tem suas particularidades, suas generalizações e seus momentos de permanência e ruptura, devidamente delineados ao longo da história da educação no Brasil e no Mundo. E foi na década de 30, do século XX, que esta modalidade de ensino ganhou contornos melhores definidos, por conta das políticas educacionais adotadas pelo Governo Vargas¹⁰, no sentido de ampliar a oferta de ensino a todos os seguimentos sociais.

GADOTTI (1992) revela que,

nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 1950, a educação de adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 1950, duas tendências significativas na educação de adultos: a educação de adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e a educação de adultos entendida como educação funcional (profissional).

¹⁰ SGROTT-RODRIGUES (2006), comenta, que o papel do Estado foi reformulado a partir da Revolução de 30, definindo-o como Estado Central e traçando um Plano Nacional de Educação, coordenado e fiscalizado pelo governo federal.

Não obstante essas duas correntes, na década de 1970, permaneceram ligadas ao entendimento de uma educação não-formal e como suplência da mesma. O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em dezembro de 1967, tem iniciada sua operação em grande escala (setembro de 1970), dentro deste contexto, contrariando as proposições freireanas¹¹. Em "Educação de Massa e Ação Comunitária", este sistema era assim definido:

O MOBRAL é um organismo vivo, em plena evolução [...] MOBRAL é vida, na aparente simplicidade de tudo aquilo que a natureza criou. MOBRAL é vida, na complexidade e riqueza de sua essência e de suas manifestações. (CORRÊA, 1983, p. 17)

No ano de 1971, A Lei de Reforma nº 5.692, dedica um capítulo inteiro a perspectiva do atendimento de jovens e adultos através do ensino supletivo. No seu Art. 24 previa que

O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Diante das transformações econômicas propagadas no Brasil, o milagre econômico do governo militar, o ensino supletivo simbolizou o milagre da educação, com agudos propósitos de resolver as problemáticas que se apresentavam no campo da educação, em desacordo com o padrão de crescimento do País. Em poucos dias foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. Na década de 1950 alguns fracassos levaram a extinção dos esforços. Contudo, sobreviveu a rede de ensino supletivo fruto da iniciativa, assumida pelos estados e municípios.

Como o texto nos sugere, essa tendência permaneceu por longo tempo permeando a educação de adultos, até que em 1985, em virtude do processo de redemocratização, a educação de adultos sofre, o que é considerado por vários autores, os impactos da Nova República. A extinção do sistema MOBRAL e a criação

¹¹ Paulo Freire propôs uma educação libertadora. Sua metodologia de alfabetização de adultos, sugeria uma reflexão sobre o contexto existencial, sobre as causas dos problemas e as vias para sua superação, a partir do que ele chamava de palavra geradora.

da Fundação Educar, representaram um momento de ruptura no processo que se instalou ao longo desses anos na educação de adultos.

Será a Constituição de 1988 que apontará, novamente, para uma perspectiva otimista, agora, da educação de jovens e adultos¹². Em seu Art. 208, sinaliza que aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade certa, têm seu ingresso garantido e gratuito. Contudo, a extinção da Fundação Educar, em 1990, cria um clima de vácuo no cenário da EJA. Somente mais tarde o governo federal cria o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania)¹³. A LDB aprovada no final de 1996 (Lei 9394/96), em seu Art. 4º, reitera o previsto na CF, no que diz respeito a educação de jovens e adultos, contudo, a Emenda nº 14 de 1996, provoca mudanças consideráveis principalmente em relação a questão orçamentária, levando a redução da matrícula e ao entendimento de desobrigação dos poderes públicos da oferta universal da educação de jovens e adultos. Acontece neste momento, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos na qual o governo lança o Programa de Alfabetização Solidária (PAS)¹⁴. Fora da esfera governamental, é implementado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)¹⁵ e, financiado com recursos do FAT, o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR)¹⁶.

. Sem dúvida as décadas finais do século XX, foram palcos de profundas mudanças nas concepções e políticas para a EJA, ou como preferem alguns autores, para uma nova EJA. Essa nova formatação implica em pensar a EJA enquanto política pública que preveja, dentre outras coisas, segundo Ireland (2005, p. 93),

tempo escolar negociado a partir do aluno que será atendido; respeito aos horários possíveis para o aluno trabalhador, seja no que se refere à duração das aulas por dia, seja no total de dias previstos na semana; respeito à produção de conhecimento avaliado pelo tempo de aprendizagem do aluno e não exclusivamente pelo calendário escolar relacionado ao ano civil; entendimento do espaço de produção do conhecimento para além da sala de aula, buscando a integração necessária da escola com o dia-a-dia na luta pela sobrevivência no

¹² A Lei 9394/96, diferentemente da Lei 5692/71 que utilizava o termo ensino supletivo para educação de adultos, passa a utilizar o termo educação de jovens e adultos, para denominar a educação dos que não concluíram em tempo as etapas obrigatórias do ensino regular.

¹³ Este programa foi criado ainda no governo Collor, com objetivo de transferir recursos a municípios e instituições para desenvolverem a alfabetização e continuação do ensino, só que não se efetivou.

¹⁴ Criado no governo FHC, tinha como proposta articular o poder público, os empresários e as universidades para um esforço conjunto contra o analfabetismo.

¹⁵ Gestado em 1998, consiste em uma proposta de políticas pública de educação de jovens e adultos no campo, coordenado pelo INCRA.

¹⁶ Concebido em 1995, visando a educação básica de trabalhadores, por conta disso, comportam iniciativas destinadas a elevação da escolaridade de jovens e adultos no campo e na cidade.

campo do trabalho, na convivência familiar e nos demais grupos sociais a que pertença o aluno; busca de novas formas de avaliação de modo a reconhecer-se formalmente as aprendizagens que são trazidas pelos alunos jovens e adultos quando retornam à escola.

A realização de fóruns, desde de 1996, nos quais os diversos segmentos que atuam no campo da EJA (poder público, universidades, Sistema S, movimentos sociais e sindicais e ONG's), discutem as viabilidades para a construção de políticas locais e nacionais de EJA, bem como intercambiar experiências diversas nos campos da formação e da concepção metodológica, representaram o esforço conjunto de manter-se viva a discussão em torno das políticas públicas de educação de jovens e adultos.

O entendimento que tecemos, é que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, ainda caminha à pé, contudo, com melhores perspectivas no âmbito da legislação pertinente e dos poderes públicos. A novidade está no sentido de se enfatizar e reafirmar a EJA como parte constitutiva do sistema regular de ensino que propicia a educação básica, no sentido da prioridade de que ele deve ser alvo, com todos seus componentes estruturais, por parte das autoridades e da população. (GADOTTI & ROMÃO, 2006, p. 55).

1.3.2. O Aluno do PROEJA, no perfil proposto pelo Documento Base

O novo modelo de mercado exige que o indivíduo se adeque às mudanças. Dessa forma, o PROEJA apresenta o perfil do aluno a partir das perspectivas do documento base, que num primeiro momento, indica que os alunos do PROEJA são jovens e adultos com trajetórias escolares descontinuas (p. 9)¹⁷. A possibilidade da descontinuidade de estudos, também pressupõe prejuízos na aquisição de noções básicas necessárias para o entendimento de conhecimentos *a priori*, relacionados às disciplinas técnicas.

Essa perspectiva é, certo modo, preocupante para o docente da área técnica, uma vez que, para que se efetive a atuação profissional-técnica, o aluno deve ser detentor de determinados conhecimentos que deveriam ser apreendidos ao longo de sua formação básica, e atender o que preconiza o documento base, no sentido da

¹⁷ Se considerarmos a população de Belém pouco mais de 1.200.000 habitantes, segundo estimativas do TRE/PA 2005, desse número, 9,17% possuem só o ensino fundamental completo, 22,15% possuem o ensino médio incompleto. No total, temos 290.551 habitantes, potenciais alunos do PROEJA-CEFET-PA.

Formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando a transformação dos interesses sociais e coletivos especialmente os de classe trabalhadora (MEC, DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 32-33)

Apesar de tradicionalmente a EJA ser relacionada ao processo de alfabetização de adultos, a clientela do PROEJA distingue-se no que tange a perspectiva da detenção de um conhecimento mínimo, sedimentado, apesar do curto período de tempo que frequentou a escola (em relação ao tempo que encontra-se dela afastado), que o isenta do rótulo de analfabeto. O PROEJA busca resgatar e reinserir no sistema escolar brasileiro [estes] jovens e adultos possibilitando-lhes acesso a educação e a formação profissional na perspectiva de uma formação integral (MEC, DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 3)

Embora consigamos vislumbrar a possibilidade de não atribuir a condição de analfabeto aos jovens e adultos do PROEJA, a condição de excluído é uma característica marcante desta clientela. Oriundos, em geral, das classes menos favorecidas, esses jovens e esses adultos carregam consigo um histórico de descontinuidade de estudos, resultado de diversas intermitências, de experiências traumáticas e desmotivadoras, na vida e/ou na escola, que na maioria das vezes o joga à margem [da sociedade] como elemento sem significação nos empreendimentos comuns.

O documento base expressa claramente esse perfil quando diz que

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, [...]; negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais (...) (MEC, DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 21)

Essa condição justifica a necessidade de uma política pública que busque envolver esse excluído num processo de inclusão, onde tenha condições de se perceber enquanto sujeito, buscando a elevação de sua baixa auto-estima e o resgate de sua dignidade como homem, como ser integral, capaz de afirmar sua identidade social e

política, e reconhecer a identidade de seus pares. Pensar este perfil, desta forma, significa também pensar

(...) um indivíduo socialmente competente, um sujeito político, um cidadão capaz de atuar sobre a realidade e, dessa forma, ter participação ativa na história da sociedade da qual faz parte na construção da sua própria história (MEC, DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 21)

Essas características adquiridas ao longo da formação pelos jovens e adultos do PROEJA possibilitarão uma relação diferenciada com o mundo do trabalho, visto que, sabemos que historicamente, essas relações foram profundamente marcadas pelos discursos do pleno emprego, da promessa integradora e da empregabilidade, que legaram a sociedade o agravamento do processo de exclusão das classes subalternas. O PROEJA caminha no sentido de não deixar órfãos os nossos jovens e adultos na aventura de manter-se empregado ou de conquistar o seu lugarzinho ao sol, promovendo para tal uma educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, assumindo uma política de educação e qualificação profissionais, não para adaptá-lo e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (MEC. DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 29)

Isso significa dizer que o PROEJA objetiva formar o jovem e o adulto no sentido da aquisição de competências empregatícias flexíveis, capacitando-os para responder aos desafios que um mercado altamente seletivo impõe. Por conta disso,

os sujeitos alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outros referenciais culturais, sociais, históricos, laborais, ou seja, terão possibilidades de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo. (MEC. DOCUMENTO BASE DO PROEJA, 2007, p. 33)

A crítica que fazemos é no sentido da insuficiência no número de vagas para atendimento da demanda existente. No ano de 2007, foram abertas três turmas de PROEJA no Campus Belém do IFPA, totalizando noventa vagas. Considerando a demanda existente, esse quantitativo representa uma parcela muito pequena.

1.3.3. Expansão da educação profissional

Outro aspecto que podemos enfatizar em relação a evolução da educação profissional, é o investimento na expansão da Rede. Em 2006, iniciou o que considerou-se a primeira fase da expansão

A primeira fase da expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho. (MEC. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, 2011).

A segunda fase da expansão inicia-se em 2007, e causa um maior impacto na evolução da Educação Profissional e Tecnológica, em função do nível de institucionalização implementado.

A segunda fase da expansão, iniciada em 2007, veio sob o tema *uma escola técnica em cada cidade-pólo do país* e previa-se a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. (MEC. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, 2011).

Esta é a forma mais recente da evolução da educação profissional e tecnológica, que não traduz, na prática, uma maior *in*serção cidadão para a maioria dos jovens e adultos e trabalhadores existentes. As dificuldades para a implantação e manutenção dos Institutos, bem como de seus campi, deixa bem a mostra o quanto precisa ser feito para que esse projeto seja efetivamente uma realidade. Logo, falar da evolução a partir desse prisma é reverenciar uma institucionalização que ainda não se completou na prática da educação profissional.

Apesar disso, considera-se que

Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular (...). Trata-se de um projeto progressista que atende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a

vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. (MEC. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, 2011).

Analisando a expansão no IFPA, podemos perceber que, mesmo todo investimento em infra-estrutura, pessoal docente e administrativo, não são suficientes para garantir a oferta ampliada, dentro da proposta de modificar a vida social, concretizando um alcance real da sociedade. A oferta nos campi recém implantados ilustra bem essa constatação, conforme tabelas que seguem:

Quadro V - Oferta/Previsão de Vagas/Cursos ó 2ª Fase da Expansão - Campus ABAETETUBA

CAMPUS/CURSOS	2009	2010
Edificações Integrado	51	60
Informatica Integrado	60	60
Saneamento Integrado		60
Total	111	180
Agroindustria Subseq.	31	
Pesca Subsequente	24	
Informatica Subsequente	25	25
Saneamento Subsequente	34	
Aquicultura Subsequente	49	30
Unidade Ponta de Pedras		
Edificações Subsequente	23	
Pesca Subsequente	21	
Informatica Subsequente		25
PROEJA		
Edificações Integrado		30
SUPERIOR		
Lic. Biologia	40	40
Lic. Pedagogia	439	
Lic. Educação para o Campo	60	
Pós-Graduação Latu Sensu		
Educação no campo, agricultura familiar e sustentabilidade na Amazonia	53	53
PROCAMPO	60	
SABERES DA TERRA	53	
UAB		
Moju	96	
Tailandia	121	
SECAD		
Moju	175	
Tailandia	208	
e-TEC BRASIL		
Moju	166	
PROEJA-Fic		
Moju	30	

Acará	240	
PAR		
Moju		350
Cametá		200
Tailândia		100

Fonte: Arquivo do autor.

**Quadro VI - Oferta/Previsão de Vagas/Cursos ó 2ª Fase da Expansão - Campus
BRAGANÇA**

CAMPUS/CURSOS	2009	2010
Informática Integrado		40
Edificações Integrado		40
Eventos Integrado		40
Pesca Integrado		40
Aquicultura Integrado		40
Total		200
Eventos Subsequente	70	40
Edificações Subsequente	70	40
Aquicultura Subsequente	35	40
Pesca Subsequente	35	40
Superior		
Lic. Educação no Campo	60	
Lic. Física	40	40
Tecnólogo Gestão Ambiental		40
Pós-Graduação Latu Sensu		
Especialização em PROEJA		30
PROCAMPO	60	
UAB		
Salinópolis	124	
SECAD		
Salinópolis	210	
PROEJA-Fic		
Augusto Correa	30	
Vizeu	30	
Capanema	30	
PAR		
Bragança		200
Salinópolis		200

Fonte: Arquivo do Autor.

**Quadro VII - Oferta/Previsão de Vagas/Cursos ó 2ª Fase da Expansão - Campus
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**

CAMPUS/CURSOS	2009	2010
Agropecuária Integrado	69	
Agrimensura Integrado	35	
Edificações Integrado	35	40
Saneamento Integrado	34	
Meio Ambiente Integrado		40
Total	173	80
Eventos Subsequente	80	
Agrimensura Subsequente	40	
Edificações Subsequente	40	
Saneamento Subsequente	40	
Segurança no Trabalho Subsequente	40	
Informática Subsequente		40
Agronegócio Subsequente		40
SUPERIOR		
Lic. Educação no Campo	60	
Tecnólogo em Gestão Ambiental		50
Tecnólogo em Gestão Hospitalar		50
Engenharia em Agronomia		50
PROCAMPO		
C. do Araguaia	60	
Santana do Araguaia	85	
UAB		
C. do Araguaia	146	
Tucumã	226	
Redenção	180	
Santana do Araguaia	149	
SECAD		
C do Araguaia	210	
Tucumã	140	
Redenção	137	
Santana do Araguaia	140	
PROEJA-Fic		
Xinguara	30	
Água Azul do Norte	30	
Redenção	30	
PAR		
C do Araguaia		200
Tucumã		250
Redenção		250
Santana do Araguaia		250

Fonte: Arquivo do autor

**Quadro VIII - Oferta/Previsão de Vagas/Cursos ó 2ª Fase da Expansão - Campus
ITAITUBA**

CAMPUS/CURSOS	2009	2010
Informática Integrado		40
Edificações Integrado		40
Saneamento Integrado		40
Total		120
Informática Subsequente		40
Edificações Subsequente		40
Saneamento Subsequente		40
SUPERIOR		
Tecnólogo em Análise de Desenvolvimento de Sistemas		40
Tecnólogo em Gestão Hospitalar		40
PROCAMPO		250
SABERES DA TERRA		250
UAB		500
e-TEC BRASIL	131	
PROEJA-Fic		450
PAR		
Jacareacanga		150
Novo Progresso		200

Fonte: Arquivo do autor.

**Quadro IX - Oferta/Previsão de Vagas/Cursos ó 2ª Fase da Expansão - Campus
SANTARÉM**

CAMPUS/CURSOS	2009	2010
Floresta Integrado		40
Edificações Integrado		40
Informática Integrado		40
Mineração Integrado		35
Agropecuária Integrado		30
Zootecnia Integrado		30
Total		215
Saneamento Subsequente	40	40
Informática Subsequente	40	40
Pesca Subsequente	30	30
Aquicultura Subsequente	30	30
Mineração Subsequente	35	35
Agropecuária Subsequente	30	30
Meio Ambiente Subsequente		30
Turismo Subsequente (Guia de Turismo)	35	35
PROEJA		
Edificações Integrado		40
Informática Integrado		40
SUPERIOR		
Lic. Física		40

Lic. Quimica		40
Lic. Biologia		40
Bacharelado em Educação Física		40
PROCAMPO	60	60
UAB		
Santarém		200
Juruti	98	
SECAD		
Juruti	210	
e-TEC BRASIL		
Juruti	50	
PROEJA-Fic		
Santarém		90
PAR		
Juruti		200
Monte Alegre		200
EXTENSÃO(Central Ciências)		
Agente Ambiental	20	20
Carpintaria	20	20
Eletricista	20	20
Informática	20	20

Fonte: Arquivo do autor.

Três aspectos são importantes ressaltar nessa análise. O primeiro está relacionado com a formação õrespeitando as especificidades regionaisõ, que pode determinar uma formação para um determinado tipo de mercado, impedindo que a mão-de-obra técnica tenha mobilidade para além da sua região. O segundo tem haver com o próprio desenvolvimento regional, no sentido da colocação desse profissional no mercado de trabalho, uma vez que determinados setores, como a indústria, possuem uma capacidade de absorção limitada. E o terceiro, faz referência a nova tendência evolutiva da educação profissional, embora resguardando suas inúmeras limitações, que é a Educação a Distancia (EaD), que tem demonstrado um poder de abrangência muito grande, podendo ser desenvolvida em regiões de difícil penetração. Mas é uma fase que precisa ser objeto de estudo separado, por sua especificidade.

2. O IFPA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CENÁRIO ECONÔMICO DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

O Pará com suas características geoeconômicas, heterogêneas, representa potencial econômico, em processo de reestruturação nos setores da Indústria, Serviços, Comércio e Agropecuária, em todas as suas mesorregiões. Para uma melhor visualização dessa heterogeneidade, objetivando uma percepção numa escala menor do Estado do Pará, destacaremos alguns aspectos das mesorregiões que formam o Estado.

Inicialmente o SUDESTE PARAENSE que tem como principal cidade o município de Marabá, distante 530 km de Belém. É a região paraense que mais tem evoluído em comparação com a mesorregião Metropolitana de Belém. Possui uma extensão territorial de 297.344,257 Km² e uma população de aproximadamente 1.412.777 habitantes, distribuídos em 39 municípios organizados em sete microrregiões, de acordo com o IBGE, assim distribuídos: 5 municípios na microrregião de Marabá, 4 municípios na microrregião de Conceição do Araguaia, 7 municípios na microrregião de Paragominas, 5 municípios na microrregião de Parauapebas, 7 municípios na microrregião de Redenção, 5 municípios na microrregião de São Felix do Xingu e 6 municípios na microrregião de Tucuruí. Suas principais cidades em importância econômica são: Marabá, Tucuruí, Paragominas e Parauapebas. Talvez por conta dessa importância, o desenvolvimento da educação profissional deu-se nas cidades de Marabá e Tucuruí, com as presenças do IFPA através dos Campi de Marabá Rural e Marabá Industrial, e Tucuruí.

Por conta do processo de expansão mais recente, foi implantado o Campus de Conceição do Araguaia. Ambos têm contribuído com a formação de mão de obra técnica para os setores da indústria e Construção Civil, Serviços e Agropecuária.

Campus Tucuruí

O campus de Tucuruí surgiu com a Portaria nº. 1.769, de 21.12.94 que,

criou a antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Tucuruí - UnED, pertencente à então Escola Técnica Federal do Pará (ETFFPA), hoje IFPA-Campus Tucuruí, inaugurada em 10/04/1995, para viabilizar o projeto de interiorização do ensino técnico profissionalizante que visa à formação de mão-de-obra especializada para atender às necessidades das empresas da região sudeste e sul do estado do Pará, como Eletronorte, Camargo Corrêa Metais, Companhia Vale do Rio Doce, etc. (IFPA, 2011)

Seguindo a lógica neoliberal, o atual Campus Tucuruí foi criado num dos planos de expansão da educação profissional para atender as necessidades do novo sistema produtivo no Pará. Sua função formadora de mão-de-obra qualificada já demonstrava as tendências da educação profissional na reforma que se anunciava. Alguns cursos iniciais foram ofertados como Eletrotécnica e Saneamento.

Após a promulgação da Lei nº 9.394/96, a oferta de cursos se amplia, seguindo o curso das reformas operadas na educação brasileira.

Posteriormente, outros cursos em diferentes modalidades foram oferecidos em decorrência da demanda do mercado de trabalho. Criaram-se em 1996 o Curso de Processamento de Dados, e em 1997 os cursos Técnicos Especiais em Eletrotécnica e Processamento de Dados com duração de 2 anos, oferecidos a alunos egressos do ensino médio. (IFPA, 2011)

As políticas neoliberais de FHC, dentro da proposta da reforma, possibilitaram várias transformações na Instituição, como necessidade de adequação às novas exigências do capital. Em 1999, através do Decreto nº 18/MEC, a ETFPA é transformada em Centro de Educação Tecnológica do Pará o CEFET-PA.

Com a mudança de governo pós-2002, agora Lula da Silva, novo ciclo de mudanças inicia-se, e nova (contra) reforma da educação toma curso com a aprovação do Decreto nº 5.154/2004. Dessa forma, as demandas sociais, bem como as necessidades do mercado, dinamizam as ofertas e ampliam os programas e políticas para a Educação Profissional. Nesse sentido no Campus Tucuruí

Em 2006, foi implantada a primeira turma do curso técnico de Edificações, na modalidade subsequente. No final de 2007, ocorre a implantação do PROEJA, Programa de Educação de Jovens e Adultos da Educação Profissional, cuja finalidade é possibilitar a formação profissional para jovens e adultos que há muito tempo se encontravam fora das salas de aula, o que permitirá sua inclusão no mundo do trabalho. O primeiro curso a ser ofertado foi o de Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, cuja formatura acontecerá em maio de 2011. Em 2008, foi ofertado o curso de Técnico em Eletrotécnica, dando continuidade à implantação da educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de jovens e adultos o PROEJA. (IFPA, 2011)

Ainda nesse governo foi publicada a Lei nº 11.892/2008, que transformou os CEFETs em Institutos Federais, e as unidades descentralizadas passaram a ser Campus.

A partir dessas transformações novas ofertas foram possibilitadas em todos os níveis da educação.

Em abril de 2009, foi implantado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), para formação superior de 60 professores da rede pública atuantes nas escolas do campo, em parceria com os municípios de Breu Branco, Tucuruí, Itupiranga, Novo Repartimento, Jacundá, Goianésia do Pará e Nova Ipixuna. Este programa inaugura um novo desafio para o Campus Tucuruí, pois é sua inserção no campo, que irá contribuir para a melhoria da vida das pessoas do campo. O curso ofertado foi de Licenciatura Plena em Educação do Campo com dupla Habilitação em Ciências Humanas, e em Ciências da Natureza e Matemática, com duração de 4 anos. Esse curso objetiva formar um profissional com uma visão integradora do ser humano e atuando de forma a promover a transformação no contexto social do campo. O Campus também implantou em fevereiro de 2010 o PROEJA FIC, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada, integrada com o ensino fundamental, em parceria com as Prefeituras Municipais de Breu Branco e Tucuruí. Este programa de inclusão social e qualificação profissional proporcionou o ingresso de 270 alunos em 7 (sete) cursos, a saber: Agente de Operação de Estação de Tratamento de Água, Auxiliar Técnico de Laboratório de Análise, Auxiliar de Controle de Endemias, Auxiliar Técnico de Manutenção de Computadores, Auxiliar de Piscicultura e Beneficiamento do Pescado, Auxiliar de Topografia e Pedreiro de Acabamento. O Campus Tucuruí iniciou em 2010 os Cursos de Licenciatura do Programa Nacional de Formação de Professores Articulado entre os governos federal, estadual e municipal, ofertando cinco cursos de licenciatura nos municípios de Goianésia do Pará e Pacajá, a saber: Biologia, Física, Geografia, Informática e Pedagogia. Ainda, em 2010, houve o ingresso de alunos para o curso Técnico em Aquicultura, na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA), sendo ofertado novamente em 2011, que cada vez mais com a preocupação crescente de atender um público discente que mantenha alguma relação com a área específica do curso. Para tanto, tem-se aperfeiçoado os processos seletivos especiais para essa modalidade de ensino. (IFPA, 2011)

Campus Marabá Rural

A Escola Agrotécnica Federal de Marabá de natureza autárquica, criada pela Lei nº 11.534 de 25.10.2007, juntamente com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, através da Lei nº 11.892 de 29.12.2008, passaram a constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), transformando-se no Campus Rural de Marabá. (IFPA, 2011)

O Campus Marabá rural criado pela Lei nº 11.892/2008, tem sua inserção recente na estrutura do IFPA, mesmo sua criação original data do ano de 2007, um contexto muito recente da história do Instituto.

Segundo consta de seu histórico teve origem nas lutas camponesas pela reforma agrária. Atualmente está inserido no processo de atendimento das novas exigências do mercado de trabalho, apesar de, no discurso, ainda desenvolver suas atividades no sentido do atendimento das necessidades dos ãovos do campo. Segundo seu histórico

Essa escola teve sua origem na mobilização e organização da luta camponesa por reforma agrária e pela constituição de condições favoráveis ao desenvolvimento e sustentabilidade da produção familiar no sul e sudeste paraense. Essa luta tem como conquista mais visível a instituição de aproximadamente 500 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária para atender a 80.000 famílias. Dessa forma, a Agrotécnica de Marabá surge, também, como uma forma de contribuir com o Programa Nacional de Reforma Agrária, especialmente no tocante a formação de profissionais, geração e difusão de conhecimentos para atender a demanda da Agricultura Familiar e Comunitária. A luta pela terra envolveu, sempre, demandas por políticas públicas de apoio a produção e de garantia dos direitos de cidadania dentre eles, o direito à educação básica e técnico-profissionalizante das famílias camponesas. Dessas demandas, foram emergindo experiências de educação formal ou informal das famílias camponesas, coordenadas tanto por instituições estatais como pelos próprios sujeitos do campo, através de suas organizações sociais e sindicais e por entidades de apoio. Por isso, a constituição da primeira escola federal tendo como referência metodológica a Pedagogia da Alternância, representa uma tentativa de assegurar o direito à escola aos povos do campo que atenda suas demandas e considere seus saberes e culturas no processo formativo. Para além da construção de prédios, ampliação de vagas, ofertas de cursos em diversos níveis e valorização docente, o desafio é o de construir uma proposta pedagógica e curricular que atenda aos princípios e perspectivas da educação do campo. (IFPA, 2011)

Campus Conceição do Araguaia

O campus Conceição do Araguaia também é de criação recente, vindo no bojo da expansão da educação profissional atual.

Em 2008, com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará cria cinco novas Unidades de Ensino Descentralizada (UNED) no Estado, nos Municípios de Abaetetuba, Bragança, Conceição do Araguaia,

Itaituba e Santarém. A UNED Conceição do Araguaia inicia suas atividades acadêmicas lançando quatro cursos subsequentes, Técnico em Agrimensura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Edificações e Técnico em Saneamento. (IFPA, 2011)

Como implantação recente, o campus encontra-se situado no processo de atendimento as demandas da nova ordem produtiva capitalista, propondo-se à oferta de vagas em cursos técnicos Integrado ao ensino médio, cursos subsequentes, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas e pós-graduação. Além do investimento na educação a distância atingindo municípios vizinhos da Região Sul e Sudeste do Pará também ofertando vagas com ensino de qualidade

Do ponto de vista econômico, a mesorregião apresenta uma economia diversificada. Apoiado pelos governos, estadual e federal, com incentivos fiscais, investimentos em infra-estrutura, como as rodovias BR-010 e BR-153 e a estrada de ferro Carajás, de propriedade da CVRD, de grande capacidade de transporte de carga e passageiros, contribuem para a comercialização e escoamento da produção.

A mesorregião contribuiu com algo em torno de 19,52% na produção de postos de trabalho do Estado, no período analisado. Sua situação sócio-econômica é refletida nos indicadores sociais e econômico que reúnem informações sobre o nível de desenvolvimento do território. Um destaque negativo são os inúmeros conflitos fundiários que se instalaram como reação ao processo de apropriação indevida de terras, pertencentes aos nativos, através da grilagem que se configurou prática corrente para o aumento das terras dos grandes latifundiários na região.

A mesorregião SUDOESTE PARAENSE que tem como principal cidade o município de Altamira distante 1000 Km de Belém, possui uma extensão de 415.788,848 km² e uma população de aproximadamente 483.423 habitantes, distribuídos em 14 municípios organizados em duas micro-regiões, segundo o IBGE, assim distribuídos: 8 municípios na microrregião de Altamira e 6 municípios na microrregião de Itaituba.

As principais cidades em importância econômica são: Altamira, Novo Progresso e Itaituba. É considerada a mais amazônica de todas as mesorregiões paraenses, por conta de sua localização em relação a selva amazônica, e sua condição de isolamento.

Na educação profissional, destaca-se a presença do IFPA através dos Campi de Altamira e Itaituba, que têm contribuído com a formação de mão de obra técnica para os setores da indústria e serviços.

Campus Altamira

O Campus Altamira foi criado no ano de 1986, como parte integrante do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, do Projeto Educacional e Trabalho, I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. Foi criado então no contexto do (re) arranjo do estado democrático após vinte e um anos de ditadura militar. Em seu histórico consta que

Em parcerias com especialistas da Delegacia do MEC/PA, Escola Agrotécnica Federal Magalhães Barata/PA, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Secretaria de Estado de Educação do Pará, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/PA, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Universidade Federal do Pará, a ETFFPA elaborou uma Proposta de Expansão do Ensino Técnico, Industrial e Agrotécnico no Estado do Pará, que foi encaminhada ao Ministério da Educação, sendo aprovada com algumas alterações por meio das Portarias do Ministro Jorge Bornhausen n.ºs 152 e 153, de 12 de março de 1987, que criavam as Unidades Descentralizadas da Escola Técnica Federal do Pará, nos municípios de Marabá e Altamira. (IFPA, 2011)

Campus de Itaituba

Também o Campus de Itaituba teve sua inserção na história recente do IFPA, através do plano de expansão preconizado pela Lei nº 11.892/2008, em atendimento ao Plano de Desenvolvimento da Educação. Em seu histórico consta que

O Campus Itaituba é, por assim dizer, um produto da implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará ó IFPA, criado no município de Itaituba, para o acolhimento de um público historicamente colocado a margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações. O Campus de Itaituba está localizado no município principal da região do Tapajós, mesorregião paraense de Itaituba. (IFPA, 2011)

Do ponto de vista econômico, é uma região com baixo desenvolvimento, observando que o extrativismo vegetal e mineral é superior a atividade agrícola. O extrativismo vem se expandindo desde a década de 1970, com a ajuda do governo através da abertura de estradas e do assentamento de famílias de migrantes na região.

Destacam-se, os setores de Serviços, seguido da Indústria e Comércio. A mesorregião contribuiu com 3,60% na produção de postos de trabalho do estado, com forte movimentação recente de criação de postos de trabalho temporários, em função das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A principal cidade, Altamira, sofre um processo de atrofia econômica e conseqüentemente social, pois não foram feitos investimentos necessários uma vez que a infra-estrutura é precária. Esta mesorregião apresenta um isolamento relativo em relação ao resto do estado, visto que a principal via de escoamento local é a Transamazônica que possui trechos intrafegáveis, principalmente no período de inverno da região Norte.

A mesorregião NORDESTE PARAENSE que tem como principal cidade o município de Bragança distante 200 km de Belém, é a segunda mais populosa do Pará, possuindo uma extensão territorial de 83.074,047 Km² e uma população de 1.664.761 habitantes aproximadamente, distribuídos em 49 municípios organizados em cinco micro-regiões, segundo o IBGE, assim distribuídos: 7 municípios na microrregião de Cametá, 13 municípios na microrregião do Guamá, 11 municípios na microrregião do Salgado, 5 municípios na microrregião de Tomé-Açu e 13 municípios na microrregião Bragantina.

Suas principais cidades em importância econômica são: Abaetetuba, Cametá, Bragança, Curuçá, Salinópolis e Igarapé-Miri.

O desenvolvimento da Educação Profissional nesta mesorregião é bem recente, em relação ao desenvolvimento das atividades do IFPA na região, tendo ampliado a oferta de cursos nos Campi Castanhal, Bragança e Abaetetuba, com formação de mão-de-obra técnica no setor da Agropecuária, indústria e serviço.

Até 2008, o Campus Castanhal formava mão de obra na área de agropecuária, como Escola Agrotécnica de Castanhal, tendo sua estrutura vinculada a do IFPA por força da Lei nº 11.892/2008.

Campus Castanhal

A história do campus de castanhal tem início quando

A Escola Agrotécnica Federal de Castanhal -PA foi fundada em 1/12/1921, na ilha de Caratateua (Outeiro - PA) como Patronato Agrícola Manoel Barata, autorizada pelo Decreto Nº. 15.149. O nome Manoel Barata foi dado em homenagem ao político abolicionista e republicano Manoel de Mello Cardoso Barata, ou como ficou mais

conhecido Manoel Barata, que nasceu em 4 de agosto de 1841 e faleceu alguns anos antes do patronato agrícola ser fundado, em 13 de Outubro de 1916. (IFPA, 2011)

A Instituição tem sua origem no contexto dos anos 1920, como escola agrotécnica, na ilha de Outeiro, Belém do Pará. Em 1972 foi transferida para o município de Castanhal, como Escola Agrotécnica Federal de Castanhal ó EAFC.

A EAFC-PA chegou ao município de Castanhal ainda com a denominação de Colégio Agrícola Manoel Barata, e somente quando foi promulgado o Decreto N° 83.935, de 04/09/1979, seu nome foi alterado para Escola Agrotécnica Federal de Castanhal- PA , conforme estava previsto no Art. 1° deste Decreto. (IFPA, 2011)

Da mesma forma que a Agrícola de Marabá foi transformada em Campus, a Agrotécnica de Castanhal também foi incorporada ao Instituto Federal do Pará, pela Lei nº 11.892/2008.

Campus Bragança

O campus Bragança surge quando

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia ó IFPA, foi implantado em 14 de setembro de 2008 no município de Bragança, que se encontra situado no nordeste do Estado do Pará, distante 210 km da cidade de Belém, com uma área geográfica de 2.090,234 Km² e uma população de 105.980 habitantes, segundo IBGE/2008. Ressalte-se que a o Campus de Bragança objetiva o desenvolvimento da indústria pesqueira, turística e da construção civil, visto que a região apresenta um potencial considerável nestas áreas. (IFPA, 2011)

O aspecto do atendimento ao mercado constante nas apresentações dos Campi é traço marcante. Essa proposta, certo modo, atende, na prática, os princípios da formação de um indivíduo para o exercício da profissão técnica, direcionado ao mercado de trabalho. O campus Bragança não se diferencia dos demais visto que o atual modelo de educação profissional, caminha nessa direção. Em relação ao seu histórico consta que

Com a passagem em 2008 para Instituto Federal foram criados campi em várias regiões do Estado do Pará, onde o município de Bragança foi contemplado com o Campus Bragança. O Campus de Bragança adequou-se ao grande potencial da região nas áreas de estudo já

citadas, oferecendo cursos de Técnico em Turismo Eventos, Pesca, Aquicultura e Edificações, preocupando-se com a inclusão dos cidadãos bragantinos e comunidade em geral no mercado de trabalho e na formação da cidadania. Iniciou sua atividade educacional em 20/10/2008, com aula inaugural tendo sido realizada em meio a um evento educacional com realização de uma palestra sobre Educação Profissionalizante no Estado do Pará em 14/10/2008, prestigiada pelas autoridades locais, professores e alunos da instituição. (IFPA, 2011)

Campus Abaetetuba

De implantação recente, o Campus Abaetetuba iniciou suas atividades juntamente com os *campi* de Conceição do Araguaia, Itaituba, Bragança, e Santarém, sendo parte integrante do projeto de Expansão da Educação Profissional no estado do Pará.

Apresenta uma economia diversificada e crescente, nos setores da agropecuária e indústria, o que impulsiona os setores do comércio e serviços, garantindo uma crescente ocupação dos postos de trabalhos nestes setores da economia. É importante destacar que o nordeste paraense possui a melhor rede rodoviária do Estado, observando-se grande parte dos municípios interligados por rodovias e os que não possuem acesso por terra, são acessíveis por via fluvial (pequeno número), facilitando o escoamento da produção. A mesorregião contribuiu com 9,96% na produção de postos de trabalho do Estado, no período analisado.

O BAIXO AMAZONAS cuja principal cidade é Santarém, distante 1.520 km de Belém, é a mesorregião que possui uma extensão territorial de 340.452.728 km², a quarta mais populosa do estado do Pará, com uma população de aproximadamente 695.950 habitantes, sendo que a maior parte concentra-se na zona rural em muitos municípios, superando a população urbana, o que demonstra a predominância de atividades rurais entre as populações desta mesorregião.

De acordo com a divisão administrativa do estado, é formada por 14 municípios organizados em três microrregiões, segundo o IBGE, assim distribuídos: 2 municípios na microrregião de Almerim, 5 municípios na microrregião de Óbidos e 7 municípios na microrregião de Santarém. Suas principais cidades em importância econômica são: Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Almerim.

Caracteriza-se pela existência da floresta úmida amazônica e por numerosas ilhas e lagoas que acompanham a calha do rio Amazonas. Apesar de sua importância econômica, é a mesorregião de mais difícil acesso no estado do Pará.

Em relação a educação profissional, o IFPA tem implantação recente, através do Campus de Santarém, com oferta de cursos na área da indústria principalmente, devido a economia da mesorregião ser baseada na agricultura, extrativismo mineral e de madeira, pecuária, pesca e um crescente potencial para a indústria turística, com grande destaque para a vila de Alter-do-Chão.

Campus Santarém

No ano de 2009,

Santarém foi presenteada com a chegada do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará. A comunidade local agora vive a expectativa de experimentar o cotidiano desse Instituto. Haja vista que no cenário que ora se configura no país, a Educação Técnica assume fundamental importância no contexto social, político, econômico e cultural. (IFPA, 2011)

Talvez o Campus Santarém tenha sido o último Campus da segunda fase de expansão a entrar em atividade. Com uma história recém construída, pois foi criado pela Lei nº 11.892/2008, juntamente com o IFPA, o campus Santarém parece ser o único a demonstrar em seu histórico o total alinhamento com o compromisso de atender as exigências do novo modelo econômico capitalista.

Com o discurso de romper com a dualidade existente na educação profissional, a aplicação do saber fazer, promover o acesso ao mercado de trabalho, possibilitar ao indivíduo o desenvolvimento da prática a partir dos conhecimentos apreendidos, a Instituição foi implantada e iniciou suas atividades na região. Em seu histórico consta que

No ensejo das comemorações do centenário o Instituto Federal do Pará ó Campus de Santarém assume o compromisso de formar cidadãos na sua integralidade, rompendo a dicotomia que perdurou por anos entre Educação e Trabalho. Numa sociedade globalizada não basta o jovem õsaberö, mas primordialmente que ele saiba õsaber fazerö. Haja vista que a formação integral alia conhecimentos, tecnologia e preparo para o mercado de trabalho. Dessa forma, o Instituto vem possibilitar a realização do sonho de muitos discentes que almejam concluir o Ensino Médio e sair dele com uma profissão, a fim de engajar-se numa sociedade que a cada dia torna-se mais seletiva e competitiva. Talvez hoje, um dos maiores desafios do Ensino Básico Científico Tecnológico, seja aliar o conhecimento epistemológico a uma prática que possibilite a formação, o invento e a criação para que os discentes possam vivenciar a práxis social. Para

atingir os pilares da Educação Básica e Profissional, o IFPA Santarém está preparando seus laboratórios de mineração, informática e edificações, biblioteca, espaços pedagógicos, além da aquisição de barcos e carretas que facilitarão as aulas de campo. É dentro de uma perspectiva de qualidade do ensino que contempla a diversidade cultural que o IFPA traz para a sociedade santarena os cursos de Técnico em Informática, Técnico em Saneamento, Técnico em Pesca, Técnico em Agropecuária, Técnico em edificações, Técnico em aquicultura, Técnico em Mineração e Técnico em guia de turismo. (IFPA, 2011)

A mesorregião contribuiu com 6,76% na oferta de postos de trabalho do estado, no período analisado.

A mesorregião do MARAJÓ, cuja principal cidade é Soure distante 80 km de Belém, com acesso somente por via aérea e fluvial. Possui uma extensão territorial de 104.139,299 km² e uma população calculada em 425.163 habitantes, distribuídos em 16 municípios organizados em três micro-regiões, segundo o IBGE, assim distribuídos: 7 municípios na microrregião do Arari, 5 municípios na microrregião do Furo de Breves e 4 municípios na microrregião de Portel.

É a mesorregião de menor expressão sócio-econômica do estado. Também é uma das áreas mais antigas da história do Pará, a maioria de seus atuais municípios tem suas origens fincadas no período colonial, séculos XVII e XVIII, formados a partir de povoados jesuíticos, de sesmarias. Possui uma história marcada por intensas mudanças econômicas e sociais, principalmente a partir do final do século passado. Apresenta uma enorme insuficiência e precariedade em termos de infra-estrutura econômica, seja nos transportes, seja de produção de energia, telecomunicações, bem como de armazenagem. O fornecimento de energia elétrica em toda a mesorregião se dá em pequenas usinas térmicas movidas a óleo diesel.

Em relação a educação profissional, a partir do IFPA, podemos localizar ações recentes na área da educação a distancia em alguns municípios, e ações no sentido da implantação de um campus no município de Breves. Outro exemplo de presença do IFPA na região é o pólo avançado de Ponta de Pedras.

Em relação a indústria turística, os municípios como Soure e Salvaterra, destacam-se no turismo rural que tem participação forte na economia local. A mesorregião conta ainda com a Floresta Nacional de Caxiuna, no município de Portel, que tem presença de alguns animais em estado selvagem, que sobrevivem em virtude das dificuldades de acesso do homem a essas áreas.

Numa tentativa de superação das dificuldades infra-estruturais, os governos estadual e federal, assinaram convênio para implementação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó que visa revitalizar a economia da região em todos os setores, até 2011. São diretrizes desse plano, as seguintes: a) Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; b) fomento às atividades produtivas sustentáveis; c) infra-estrutura para o desenvolvimento; d) inclusão social e cidadania; e, e) relações institucionais e modelo de gestão.

A Mesorregião Metropolitana de Belém

O estudo da presente dissertação dá-se na Mesorregião Metropolitana de Belém, com uma configuração proposta pelo IBGE, conforme quadro abaixo. Dentre os municípios que formam a MRMB, foi selecionado o município de Belém, para análise da oferta de postos de trabalho, e de educação profissional técnica em mecânica, para os alunos de PROEJA.

Quadro X - Composição da Mesorregião Metropolitana de Belém Segundo Divisão do IBGE

Metropolitana de Belém	Belém	Ananindeua
		Barcarena
		Belém
		Benevides
		Marituba
		Santa Bárbara do Pará
	Castanhal	Bujaru
		Castanhal
		Inhangapi
		Santa Izabel do Pará
		Santo Antônio do Tauá

Fonte: organizada pelo autor baseado no IBGE

A região Norte do Brasil como um todo teve seu desenvolvimento ligado às atividades extrativas, sendo sua infra-estrutura organizada em função dos setores econômicos nela existentes. Seu principal aeroporto localiza-se em Belém. O sistema portuário tem sua maior expressão, atualmente, no município de Barcarena, embora

historicamente as Docas do Pará, situada na cidade de Belém, tenha representado a força da exportação e importação do estado por muito tempo. A construção de sua malha viária é recente, data do período da política de integração do governo militar, na década de 1970, e possibilitou a instalação de várias indústrias no Estado e na MRMB, renovando o parque industrial paraense.

Nesse período as atividades de educação profissional desenvolvidas na Instituição Federal do Estado também passava por transformações, acompanhando a dinâmica de implantação de novas indústrias no Pará. O cenário mostrou-se propício à transferência das atividades de educação profissional, da Escola Industrial, desde 1931 localizada na rua Jerônimo Pimentel, com a Travessa Dom Romualdo de Seixas, para a nova sede localizada na Av. Almirante Barroso, onde passaria a ser chamada de Escola Técnica Federal do Pará. Iniciou-se a oferta dos cursos técnicos, passando a contribuir com a formação de mão-de-obra técnica da nova demanda do mercado de trabalho paraense.

O ritmo de desenvolvimento econômico será freado com os problemas da economia nacional, levando ao fechamento de muitos postos de trabalho, afetando a demanda técnica no estado.

No cenário mundial a coisa não era muito diferente. Em 1989, em Washington, nos Estados Unidos, realizou-se um evento com governos e ministros de vários países capitalistas desenvolvidos para decidirem o que fazer com aqueles cuja economia crescia num ritmo muito lento. Os governos e ministros que participaram do evento discutiram um conjunto de medidas que foram propostas e assinadas com o compromisso de aplicá-las em seus países, como foi o caso do Brasil.

Algumas das medidas que estavam no documento, que o Brasil assinou, são as seguintes: privatizar empresas estatais, abrir portos para exportação e importação de produtos e mercadorias, permitir a entrada de bancos e várias empresas multinacionais, a liberdade comercial e econômica, conter os investimentos no campo social, permitir que os juros ficassem altos para atrair os investimentos externos, reduzir a presença do Estado na oferta dos direitos sociais, favorecer a liberdade para circulação de capitais externos para entrar e sair do país sem atropelos e prejuízos e realizar as reformas: tributária, da previdência, do Judiciário, do Estado e da educação.

No Pará, após ser constatado anos de estagnação econômica e, conseqüentemente, social, definiu-se a transformação econômica como prioridade para o desenvolvimento do estado. A solução encontrada foi a mudança do modelo

extrativista para o de processador de matéria prima, assim como o de verticalização da produção mineral, incorporando novas etapas ao processo produtivo de forma integrada, sofisticada; ampliando e diversificando o parque industrial paraense; aumentando a geração de emprego e renda; e agregando valor aos produtos da pauta de exportação do Pará.

No início da década de 1990 vários fatores, de ordem político-econômica, corroboraram para um quadro de instabilidade econômica no Brasil, desde o ajuste da economia local à nova realidade nacional e mundial, reestruturação econômica, inflação em alta, pouco investimento em alguns setores como construção civil, situação que irá perdurar durante grande parte desta década, sob a lógica do Estado neoliberal. Além disso, a dinâmica da economia mundial sofreu reformulações por conta da hegemonia capitalista no final da década de 1980, que imprimiu mudanças na base operacional do setor produtivo industrial. Com isso, observamos um decréscimo na ocupação de postos de trabalho com o fechamento de aproximadamente 29.011 postos de trabalhos no período.

A ocupação de postos de trabalho no estado do Pará sofreu variações negativas, nos setores de construção civil, indústria, comércio e serviços, notando-se variação positiva apenas no setor agropecuário, que aponta nestes anos, para a possibilidade de crescimento pelas condições favoráveis à expansão desta atividade, bem como por configurar-se grande fornecedor de matéria-prima para vários ramos de indústria a exemplo das de calçado e de gêneros alimentícios, totalizando uma participação na economia na ordem de 1,74% no período.

O início da era neoliberal no Brasil, dessa forma, da privatização das empresas estatais, do plano real, temporariamente, provocou uma falsa sensação de segurança, em virtude do aumento do poder aquisitivo da população, que logo evidenciou a fragilidade da economia nacional. Isso associado à crise do capital, que divulgou um processo de globalização das economias nacionais, que na realidade serviu para a superação das dificuldades que o sistema capitalista enfrenta. As mudanças na dinâmica da produção, cuja característica maior foi da flexibilização, afetou sobremaneira a estrutura do emprego formal nos diversos setores das economias nacionais.

O caso do estado do Pará pode ser considerado reflexo dessa nova dinâmica que se processa a nível nacional. O setor de serviços passou a apresentar um nível de crescimento na ordem de 58.051 novos postos criados no estado. Isso pode estar relacionado às reformas implementadas no período pelo governo federal. A necessidade

de reformar o Estado passava pela discussão de problemas que dizem respeito a questões como privatização e terceirização de setores e atividades da economia nacional, a redução do Estado no sentido da não intervenção na economia, que conseqüentemente aumentou o espaço de atuação de organismos financeiros internacionais dentro do País, como FMI e BIRD. Com a implementação do Plano Real, tivemos um reaquecimento do comércio que, no Pará apresentou o segundo melhor nível de crescimento na oferta de novas vagas de emprego formal, na ordem de 10.411 novos postos. O setor agropecuário também apresentou crescimento positivo na oferta de novos postos de trabalhos, devido, principalmente, à expansão dos rebanhos e um crescente aumento do consumo nacional de carnes e derivados, elevando o número de abates no Pará.

No final da década de 1990, observamos um quadro mais positivo da economia do estado, com os setores da economia apresentando evolução na oferta de novos postos de trabalho formal, destacando-se o setor de serviço, que ofertou 40.156 novos postos no período.

Nos anos que iniciaram o século XXI, foi possível observar todos os setores da economia paraense com evolução positiva, com destaque para o setor de serviços que gerou 133.004 novos postos de trabalho formal, bem acima da média dos cinco anos anteriores. Contudo, setores que apresentaram crescimento anteriormente, tiveram evolução menor, a exemplo do setor de construção civil, que abriu apenas 4.203 novos postos, contra 16.346 anteriores. Em 2003, o setor fechou em torno de cinco mil postos de trabalho formal.

Apesar desse desempenho a nível estadual, o setor de construção civil, após 2003, foi beneficiado com a queda das alíquotas do Cofins (contribuição para o financiamento da seguridade social) e do programa de integração social o PIS, de 7,6% para 3%, que atraiu investimentos importantes para o setor. A Caixa Econômica Federal disponibilizou 300 milhões para financiamento de obras nos segmentos de infraestrutura, habitação e saneamento, que gerou uma expectativa de aumento no nível de emprego formal para os períodos vindouros.

Vale ressaltar que apesar do bom desempenho na geração de novos postos de emprego formal para o período, no âmbito da economia nacional, o estado do Pará, em termos de geração de emprego, teve um dos mais baixos desempenhos regionais, na ordem de 32.218 novos postos de trabalho.

Dessa forma, dentro da nova realidade econômica, ao contrário de presenciarmos uma constante evolução dos postos de trabalho no Pará, teremos um contexto de instabilidade na oferta de novas vagas de emprego influenciando na oferta de cursos técnicos para os trabalhadores, bem como na qualidade da formação de mão de obra técnica para o mercado paraense.

A dinâmica da ocupação do emprego formal, em relação a aspectos do mundo do trabalho, no Estado do Pará, tende a seguir uma lógica mundial do capitalismo, onde o desemprego é predominante, o emprego informal cresce vertiginosamente, e setores da economia que antes não eram tão representativos, como o de serviços, passam a se destacar na distribuição setorial dos postos de trabalho.

Podemos considerar que essas mudanças são reflexos de um contexto marcado pelo endividamento e pela hiperinflação latente, fatores de ordem político-econômica estarão corroborando para um quadro de instabilidade econômica no Brasil desde muito tempo. O maior crescimento de desemprego, na década de 1980, ocorreu no período de 1981 a 1983. No entanto, esse desemprego foi rapidamente absorvido após 1984, chegando em 1989 a seus menores índices da década, principalmente devido ao impulso dado pela geração de empregos no setor público. Essa conjuntura pode ser considerada como agente negativo na evolução da geração de postos de trabalhos nos setores da economia, no estado do Pará. Com exceção do setor da agropecuária que registrou aumento de 2.823 novos postos de trabalho, os demais setores registraram o fechamento de 29.011 postos de trabalhos. O setor de serviços nesse momento foi o mais afetado, com o fechamento de 8.659 postos de trabalhos.

Na década de 1990, marcada pela retomada do crescimento econômico do país, período de 1993 a 1997, as taxas de desemprego continuaram elevadas, praticamente insensíveis ao ritmo da atividade produtiva no País. Este cenário parece não influir na geração de emprego no estado. Contudo, pode-se observar a retomada do crescimento da geração de postos de trabalhos, agora com destaque para os setores do comércio e de serviços, além da agropecuária que continuou crescendo. Esses setores foram responsáveis pela oferta de 71.687 postos de trabalhos no Estado. O destaque negativo fica por conta dos setores da construção civil e da indústria, que continuam com taxa de desemprego crescente, esses setores fecharam 72.569 postos de trabalhos, no período de 1986 a 1996.

No final da década de 1990 e início do século XXI, a economia paraense apresenta um quadro bastante positivo, com todos os setores, apresentado evolução na

oferta de novos postos de trabalho formal. Nesse período, foram gerados 346.348 novos postos de trabalhos, Agora o destaque ficou por conta do setor de serviços, que gerou, sozinho, 173.160 novos postos de trabalhos, reflexo da nova dinâmica do mercado nacional. Os setores do comércio, da indústria, da construção civil e da agropecuária geraram 173.188 novos postos de trabalhos.

Podemos dizer então que a realidade da evolução da oferta de emprego no estado, passa pelos efeitos geradores de emprego das mesorregiões, e numa escala micro, nos municípios que compõem as microrregiões. Dessa forma, a análise da variação da geração de emprego nos setores da economia, já elencados anteriormente, explicam o desempenho do estado na análise macro. Por isso, muitos fatores que influenciam na dinâmica da economia estadual, como um todo, explicam as transformações processadas nas mesorregiões paraenses.

Nesse sentido, a mesorregião Metropolitana de Belém, tem uma trajetória marcada por crescimento instável, com desempenho negativo na participação da oferta de emprego formal, uma vez que em 1986 respondeu por 75,1% dos empregos formais do estado, e em 2006, sua participação foi de 57,6%. O setor da Indústria foi o que mais fechou postos de emprego formal, totalizando 1.823 postos. O setor de serviço abriu 106.698 novos postos no período, reflexo da crise estrutural do capital que ocasionou uma movimentação de empresas de um lado para o outro do mundo, determinando situação de concorrência desigual, que passou a exigir novas bases técnicas para o sistema produtivo local, visando fazer frente aos desafios que vinham de fora, internos ou externos.

O mercado capitalista também passou a exigir um novo perfil de trabalhador que estivesse de acordo com as mudanças apresentadas, com uma maior capacidade intelectual para entender as diferentes etapas da produção, levando a um aumento na escolaridade e qualificação profissional desses trabalhadores, o que vai de certo modo acarretar problemas para permanecer mais tempo no mercado de trabalho, para os que estarão pleiteando seu primeiro emprego.

Em relação a faixa etária do trabalhador, a mesorregião Metropolitana de Belém, que nos últimos vinte anos apresentou números negativos de trabalhadores na faixa de 18 a 24 anos, possui a maioria dos seus trabalhadores formais concentrados nas faixas acima de 30 anos, com maior concentração na faixa de 40 a 49 anos, apresentando um contingente de trabalhadores adultos em uma economia antiga onde os setores do comércio e de serviços empregam a maioria da mão-de-obra formal. Isso

reflete na faixa de assalariamento que na mesorregião metropolitana de Belém, tem seu melhor resultado na faixa de assalariamento entre 1 até 3 mínimos, provavelmente por conta da evolução da oferta de emprego formal no setor de serviço, onde configuram os postos das empresas públicas que representa um número considerável de trabalhadores.

2.1. O Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Metropolitana de Belém

Os dados da RAIS/MTE relativos à evolução do emprego formal na mesorregião Metropolitana de Belém expressam a realidade econômica da região, marcada pela inflação crescente principalmente no final da década de 1980. O índice de desemprego elevado se agrava na década de 1990 com a ascensão do projeto neoliberal.

O setor de indústria apresentou retração na oferta de novas vagas, retomando quadro mais positivo somente pós-2000, embora modesto.

O comércio, pela dimensão dos números percentuais, é o setor que apresenta maior índice de retração, contudo mantendo um nível de contratação positivo no subsetor varejista.

Na cidade de Belém, a descentralização da área antiga de comércio, ocorrida por conta do crescimento horizontal da cidade, possibilitou a abertura de novos centros comerciais, bem como a consolidação de grupos empresariais do ramo de farmácia e supermercado, contribuíram para que o setor de comércio mantivesse um bom nível de contratações formais. Mas, o setor que mais gerou emprego nos últimos tempos, em números absolutos, foi o de serviços, seguido do comércio e indústria que ainda apresenta um crescimento modesto.

Em termos de participação relativa, os setores da agropecuária, construção civil e de serviços, mantiveram-se, aproximadamente, estáveis, contudo, houve crescimento significativo do comércio e diminuição da indústria. A contribuição de cada setor, na geração de emprego, apresentou a seguinte variação: o setor de serviços passou de 63,08% (166.779 postos de trabalho) em 1986, para 66,71% (166.515 postos de trabalho); em 1991, em que pese ter apresentado um crescimento em participação relativa, apresentou uma queda, em termos absolutos, na oferta de postos de trabalho; em 1996, volta a crescer em termos relativo, atingindo o seu máximo, e absoluto, apresentando 71,92% (216.510 postos de trabalhos), em 2001, apresenta perda em termos de participação relativa, embora tenha apresentado um pequeno crescimento em termos absoluto gerando 66,91% (218.536 postos de trabalho), em 2006 volta a

diminuir a participação relativa, porém, atinge o seu máximo em termos absoluto, apresentando 64,28% (273.477 postos de trabalho); A construção civil, apresentou queda, em termos relativos e absolutos, passando de 5,47% (14.452 postos de trabalhos) em 1986, para 4,53% em 1991, atingindo o seu mínimo em 1996 com 3,41% (10.273 postos de trabalhos), em 2001, volta a crescer na oferta de postos de trabalho em termos absoluto e atinge o seu máximo em participação relativa com 5,91% (19.296 postos de trabalhos), em 2006 atinge o seu máximo em termos absoluto na oferta de postos de trabalho, apresenta 5,23% (22.243 postos de trabalhos); na Agropecuária houve um crescimento na participação absoluta e relativa passando de 1,10% (2.907 postos de trabalhos) em 1986, para 1,48% em 1991, atingindo o seu máximo em 1996 com 2,31% (6.943 postos de trabalhos), a partir de 2001, inicia uma leve queda, apresentando 1,63% em 2001, passando para 1,52% (6.456 postos de trabalhos) em 2006; O comércio registrou a maior variação, passou de 13,39% (35.403 postos de trabalhos) em 1986, para 11,99% em 1991, passando por 12,47% em 1996, para 15,85% em 2001, indo até 18,88% (80.357 postos de trabalhos), atingindo o seu máximo, em 2006. A maior queda ocorreu na indústria que passou de 16,96% (44.842 postos de trabalhos) em 1986, para 15,28% em 1991, indo até 9,89% (31.676 postos de trabalhos), atingindo o seu mínimo, em 1996, passando de 9,70% em 2001, para 10,11% (43.019 postos de trabalhos) em 2006.

A evolução dos postos de trabalho na Mesorregião Metropolitana de Belém, como observamos na análise anterior, por setores da economia, reflete no desempenho dos subsetores, localizando nos setores de serviço, comércio e indústria os melhores resultados, e, conseqüentemente, os subsetores nos quais foram observados melhores desempenhos estão contidos nos respectivos setores. Dessa forma, procederemos uma análise de alguns sub-setores, para um melhor dimensionamento do desenvolvimento econômico da mesorregião metropolitana de Belém, observando aqueles que mais se destacaram na ocupação de postos de trabalho, em termos absolutos, nos últimos tempos.

a) Principais Subsetores

A análise da geração de postos de trabalho por subsetores revela, que dos subsetores que mais cresceram, o de serviço de administração pública e autárquica, é o que apresenta melhores resultados a partir do início da década de 1990, apesar da política econômica desfavorável iniciada pelo governo federal, que previa grande

número de demissões para o sub-setor. O comércio varejista e atacadista oscila de acordo com as modificações na economia. A expansão do número de estabelecimentos nos subsetores do comércio varejista e atacadista, favoreceram os subsetores. A construção civil teve seu melhor desempenho no início do século XXI. Este resultado pode ter sido motivado por conta de novas políticas de investimento e incentivos fiscais, implementadas no estado.

b) Demais Setores

Em relação aos demais setores, apesar de alguns apresentarem oferta de postos de trabalho formal expressiva, e perspectiva de crescimento para períodos futuros, a exemplo da indústria metalúrgica, do extrativo mineral, não conseguiram alcançar um patamar de destaque, demonstrando a crise enfrentada pela indústria nos últimos tempos.

Para melhor visualização da situação da indústria na mesorregião metropolitana de Belém, formulamos quadro abaixo demonstrado, da evolução do número de trabalhadores nos demais subsetores.

Quadro XI - Número de trabalhadores nos Demais Subsetores

Demais Subsetores	Número de Trabalhadores				
	1986	1991	1996	2001	2006
Ind. extrativa mineral	1233	1046	1142	203	394
Ind. de prod. minerais tem metálicos	4524	3513	1395	1532	2114
Ind. metalúrgica	2194	1528	2307	3068	4160
Ind. mecânica	289	342	193	222	430
Ind. do material elétrico e de comunic.	360	150	111	59	458
Ind. do material de transporte	953	469	467	496	715
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	1701	1982	1895	1557	1920
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	2146	1371	400	444	1262
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,..	1875	1896	2034	1460	2282
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	4256	3137	2073	1987	2885
Ind. de calçados	43	21	16	14	164
Ind. serviços de utilidade pública	4576	4350	3496	3773	3675
Instituições de crédito, seguros e capitalização	8021	7078	5794	5673	7340
Outros / ignorado	2848	21354	2646	0	0
Total	35019	48237	23969	20488	27799

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/TEM (2008)

Apesar dessa configuração nos subsetores, podemos dizer que o setor industrial na mesorregião Metropolitana de Belém é jovem, e sua expansão é recente. Muito da infra-estrutura existente remonta o final da década de 1970, reflexo do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, definido na história econômica como o processo de substituição de importações do PSI. A implantação de grandes projetos na Amazônia beneficiou o estado do Pará com a construção de estradas, aeroportos, ferrovias, construção de terminais para abastecimento de derivados de petróleo e construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Esses fatores contribuíram para o desenvolvimento dos subsetores da indústria, com destaque para o da madeira e do mobiliário, produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, metalúrgica, têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria.

A base para a formação da mão de obra dentro dos subsetores econômicos da Mesorregião Metropolitana de Belém, é o sistema SIO, o IFPA e a formação de chão de fábrica, que muitas vezes, com exceção do Instituto Federal, não proporcionam ao trabalhador um grau de certificação, ou continuação de sua vida escolar. Por conta disso, No que se refere ao grau de escolaridade, grande parte destes trabalhadores possuem tempo de estudo superior a 8 anos, sem desconsiderar a expansão do mercado informal na mesorregião.

No subsetor da indústria, a realidade é muito diversificada, mesmo porque existe uma concentração desse tipo de atividade no município de Belém, devido fatores históricos, havendo também a concentração da atividade de formação de mão de obra nessa região. Dessa forma, podemos demonstrar a evolução dos anos de estudo do trabalhador no subsetor como a seguir.

Subsetor da Indústria da Madeira e do Mobiliário

A maior concentração de indústria de madeira e mobiliário da mesorregião metropolitana de Belém está na capital do Estado. Nessas, a escolaridade predominante entre os trabalhadores formal é fundamental incompleto. Com o passar do tempo, foi possível perceber uma elevação considerável de trabalhadores com graus de escolaridade fundamental completo e médio, indicando melhoria no grau de escolaridade destes trabalhadores.

Dependendo do tipo de atividade e de indústria do ramo madeireiro, a mão-de-obra utilizada, nem sempre requer grau de escolaridade elevado, podendo ser treinada no chão de fábrica. Esse é o caso dos estabelecimentos que empregam trabalhadores para o

aplainamento, aparelhamento ou polimento da madeira, atividades que requerem a operação de máquinas simples, entre outras, serra e plainadeira elétrica.

Para trabalhar com beneficiamento em nível de contraplacamento, compensado e semelhantes, operar máquinas com maior grau de modernidade, e dos processos químicos utilizados, são empregadas mão-de-obra com grau de escolaridade de nível médio.

Subsetor de Indústria de Produtos Alimentícios, bebidas e álcool etílico.

Neste subsetor, durante muito tempo, o operariado empregado com grau de escolaridade fundamental incompleto era maioria. Possivelmente em função da complexidade das atividades, bem como da fiscalização por parte de órgãos do governo, gradativamente, um número maior de trabalhadores com graus de escolaridade, fundamental completo e médio foram identificados, indicando melhoria no grau de escolaridade do trabalhador deste setor. A elevação no número de trabalhadores com nível médio é muito recente, sendo percebido melhor, nos anos iniciais do século XXI.

Subsetor de Construção Civil

No subsetor da construção civil, tradicionalmente se observa a concentração de trabalhadores com grau de escolaridade fundamental incompleto. Isto se deve a uma grande quantidade das atividades braçais. Com o passar do tempo, pode-se dizer que a mecanização do setor bem como a falta de investimento, força a dispensa de número considerável desse tipo de trabalhador, principalmente na década neoliberal, quando podemos perceber uma redução considerável no número de trabalhadores com nível fundamental incompleto. Esta redução não significa a melhoria no grau de instrução deste trabalhador. Somente nos anos iniciais do século XXI podemos observar o aumento do número de trabalhadores com graus de escolaridade, fundamental completo e médio.

Subsetor de comércio varejista.

É uma das atividades mais antigas da mesorregião Metropolitana de Belém, responsável pela manutenção financeira da economia local em vários momentos da história econômica da cidade de Belém, respondendo por grande número de postos de trabalho formal. É um dos setores que mais cresce na mesorregião metropolitana de Belém e no Estado como um todo. O comércio varejista é o que mais sofre transformação devido a evolução na tipologia das unidades comerciais. O Surgimento

de modernos empreendimentos comerciais de grande porte, dentre os quais, destacamos os de farmácia e de supermercados, tem sido responsável por um elevado número de trabalhadores formais com nível de escolaridade de nível médio. Nos anos iniciais do século XXI, percebemos a participação de um número relativo de trabalhadores com nível de escolaridade superior.

Subsetor de comércio atacadista

No caso do comércio atacadista o nível de escolaridade do trabalhador seguiu a lógica da evolução dos outros subsetores, com gradativo aumento dos anos de estudo, podendo ser percebido número considerável de trabalhadores com ensino médio já a partir de 2001. No contexto atual, predomina no subsetor trabalhadores com ensino médio e Fundamental completo.

Subsetor de serviços de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos.

No subsetor de comércio e administração de imóveis, observamos evolução no grau de escolaridade do trabalhador, concentrando grande número nos graus de escolaridade, médio e fundamental completo.

Subsetor de serviços de transporte e comunicações

Considerado um dos setores estratégicos para o desenvolvimento regional, os transportes e comunicações possuem um quadro de trabalhadores cujo grau de escolaridade apresentou evolução mais destacada a partir do final da década neoliberal, concentrando maior número de trabalhadores com graus de escolaridade, fundamental completo e médio.

São vários os aspectos que influenciarão nesse aumento da escolaridade da mão-de-obra deste subsetor na mesorregião metropolitana de Belém. No que se refere aos transportes, os reflexos das políticas de integração, que se materializaram com a construção das rodovias e das ferrovias, materializam também a exigência de mão-de-obra técnica, principalmente em estradas, que pudesse atuar junto aos profissionais da engenharia.

No caso das comunicações, a modernização do setor aliada aos avanços da informática, abre novos postos de trabalho para um tipo de trabalhador com conhecimentos técnicos na área de telecomunicações, principalmente.

Subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, Redação...

Neste subsetor, inicialmente observamos a concentração de grande número de trabalhadores formais no nível fundamental incompleto (primeiro quinquênio), passando a ser observado a melhoria no nível de escolaridade nos anos iniciais do século XXI, quando percebemos maior concentração de trabalhadores nos níveis fundamental completo e médio.

As mudanças operadas no mundo globalizado têm dinamizado muitos setores relacionados ao processo de acolhimento e atendimento de pessoas em trânsito, seja a negócios, seja a passeio. A grande perspectiva de deslocamentos contínuos de um lugar para outro do mundo, demanda uma gama de serviços que atendam as necessidades das pessoas em trânsito, executados por profissionais detentores de certas qualificações técnicas, como serviços de hotelaria, restaurante, guias de turismo, dentre outros.

A indústria do turismo nos últimos anos é responsável pela maioria das demandas deste subsetor, disponibilizando profissionais com habilitações específicas em hotelaria e hospitalidade, turismo receptivo, eventos, e língua estrangeira.

Subsetor de serviços médicos, odontológicos e veterinários

O setor de saúde, principalmente no tocante a saúde do trabalhador e da população em geral, apresenta papel estratégico no desenvolvimento regional, exigindo maior qualificação de seus trabalhadores. Dessa forma, observamos que em todo o período analisado, o grau de escolaridade do trabalhador concentra-se nos níveis fundamental completo, médio e superior.

Configurando-se em área específica, este subsetor apresenta demanda crescente de profissionais de nível superior e técnicos de enfermagem, em todos os setores clínicos. Com a expansão da rede particular de atendimento médico-hospitalar, principalmente, somada a demanda de hospitais e clínicas da rede pública municipal, estadual e federal, principalmente, a partir do terceiro quinquênio, tornou-se imprescindível o emprego da mão-de-obra técnica.

Subsetor de serviços de ensino

O subsetor de ensino que reúne trabalhadores formais nas diversas atividades é o que apresenta maior nível de escolaridade, destacando o elevado contingente de

docentes. Com o passar do tempo, podemos observar que o trabalhador com nível superior destaca-se. Também notamos crescimento no número de trabalhadores de nível médio em atividades meio, do subsetor educacional, por conta da reestruturação dos estabelecimentos de ensino e maior exigência da legislação, em relação a escolaridade para o exercício dessas atividades.

Subsetor de serviços de administração pública direta e autárquica

A empresa pública, principalmente após a promulgação da carta de 1988, que imprime várias mudanças nos estatutos dos trabalhadores públicos estaduais, municipais e federais, tem o grau de escolaridade destes mudado consideravelmente, apesar de percebermos que no período analisado predomina o trabalhador de nível médio e fundamental completo. A medida que avançamos na análise, podemos perceber ligeiro aumento no número de trabalhadores com grau de escolaridade superior, devido não só ao aumento de funções que exigem tal escolaridade, mas por conta dos programas de qualificação implementados, bem como pelo caráter competitivo do atual modelo econômico mundial.

Subsetor de agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal

O subsetor de agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, concentra grande número de trabalhadores que pela natureza dos serviços, possuem baixo grau de escolaridade. Embora estejamos falando da mesorregião metropolitana, as áreas nas quais estes tipos de atividades são desenvolvidas, encontram-se reduzidas devido o grau de urbanização dos municípios integrantes dessa mesorregião. A maior concentração de trabalhadores formais deste subsetor está no grau de escolaridade fundamental incompleto, podendo ser observado modesto aumento no número de trabalhadores com graus de escolaridade, fundamental completo e médio.

Em termos gerais podemos analisar que na maioria dos subsetores analisados, da mesorregião metropolitana de Belém, a evolução dos anos de estudo do trabalhador é melhor percebido nos anos iniciais do século XXI.

Quanto ao tempo de idade do trabalhador da mesorregião metropolitana de Belém, podemos dizer que a maioria das vagas de emprego formal ocupadas são por trabalhadores com idade entre vinte e quatro e trinta anos, visto que as empresas preferem em pregar o trabalhador com experiência na carteira de trabalho.

Trabalhadores na faixa etária até 17 anos, considerada pela legislação trabalhista como trabalhador menor, tem presença considerável, nos serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, bem como, no subsetor de comércio varejista. Esta concentração ocorre principalmente devido limitações determinadas pela lei trabalhista, que possibilita a existência de programas de inserção do menor nos estabelecimentos que oferecem serviços administrativos de escritório e outros que estejam de acordo com a Constituição Federal. Na Faixa Etária 18 a 24 anos, destacamos uma problemática que atinge grande parte dos seus componentes que é a primeira experiência. Em geral, na mesorregião metropolitana de Belém, o primeiro registro na Carteira de Trabalho dos jovens desta faixa etária é do exercício de atividades no comércio, com característica temporária.

Outra situação na qual podemos encontrar este jovem é no exercício da função pública, nas empresas públicas, uma vez que a idade mínima para ingresso nas mesmas é 18 anos.

A faixa etária 25 a 29 anos, é a de ingresso efetivo no mercado a medida que o jovem vai adquirindo experiência registrada na CTPS, ou se estabilizando na empresa pública. Geralmente o trabalhador passa a buscar melhor colocação no mercado, procurando aumentar o grau de escolaridade, qualificar-se, a fim de permanecer empregado até a aposentadoria. Na sua maioria, os trabalhadores que compõem esta faixa etária são os que conseguem permanecer nas atividades. Já as faixas etárias de 30 a 29 e 40 anos ou mais, é composta por trabalhadores que adquiriram certa estabilidade no emprego. Nesta faixa, o trabalhador que não está no mercado formal tem certa dificuldade para retornar. A maior concentração de trabalhadores nessa faixa etária está no subsetor de Administração Pública direta e Autarquias pelo caráter da estabilidade e do próprio acesso via concurso público. Nos demais subsetores selecionados para os fins do presente estudo, percebemos participação desta faixa etária em números modestos.

Quanto a remuneração da mão de obra na mesorregião metropolitana de Belém, a evolução do número de trabalhadores formal por faixa salarial acompanha, em alguns momentos, a variação estadual, com poucas exceções, podendo ser observado que a concentração de trabalhadores em determinada faixa poderá apresentar-se diferenciada de um subsetor em comparação com o outro.

Também essa concentração reflete um contexto de transformações econômicas, principalmente a partir da década de 1980, momento em que o nível de transferência de

população das áreas interioranas para a cidade, que percebemos desde a década de 1940, evidencia um cenário no mercado de trabalho local, parte de uma economia inflacionada, contrastando um grande contingente de mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação.

A lógica do preço do salário, também é fator determinante da concentração de trabalhadores em determinadas faixas, visto que durante muito tempo o valor do salário tem sido fixado pelo estado, embora desde meados da década de 1990, tenha-se instituído a livre negociação entre trabalhadores e empregadores.

Dentro do recorte que analisamos, e dentre os principais subsetores selecionados, podemos perceber claramente os reflexos do comportamento da economia estadual sobre a concentração de trabalhadores em determinadas salariais, conforme tabelas e gráficos abaixo.

Na década de 1980 e início dos anos 1990, apesar de apresentar-se como período de crise, as concentrações positivas podem ser observadas na maioria dos subsetores elencados nas faixas acima de três salários mínimos. Apenas o subsetor de agricultura apresentou maior concentração na faixa de 1 a 3 salários.

A década de 1990 vai ser a grande herdeira do processo inflacionário desenvolvido na década anterior. O período, 1991 a 1996, na mesorregião Metropolitana de Belém, apresentou concentração de trabalhadores formais desigual, visto que nos subsetores do mobiliário, produtos alimentícios, e construção civil, os grupos de menores salários foram os mais afetados. Nos subgrupos que pertencem ao setor de serviço, comércio e agricultura, podemos perceber uma tendência a concentrar maior número de trabalhadores na faixa de 1 a 3 salários.

Realmente a década neoliberal trouxe muitas novidades no campo da economia que impactaram de forma negativa nas condições de aquisição de renda do trabalhador. O período 1996 a 2001 consolida na maioria dos subsetores elencados, maior concentração de trabalhadores na faixa de 1 a 3 salários. A lógica do Estado mínimo, as desobrigações do estado com as políticas de emprego e renda, deixam cada vez mais ao encargo das empresas determinarem o custo do trabalho, controlando dessa forma, a concentração de renda e trabalho na economia local.

O período inicial do século XXI, apesar de apontar para uma mudança nas políticas de geração de emprego e renda, inicia com as dificuldades legadas do plano real. A política econômica adotada a partir de 2002 criou uma perspectiva de valorização do salário do trabalhador e reorientou o crescimento econômico para a

abertura de mais vagas formais sem, contudo, conseguir redimensionar a concentração de trabalhadores nas faixas salariais. Neste período essa concentração segue a dinâmica do período anterior, com algumas exceções, como é o caso do subsetor de Administração Pública, que concentra maior número de trabalhadores na faixa de 3 a 5 salários.

2.2. A Capacidade de Absorção de mão de obra Técnica pelos grandes setores econômicos na Mesorregião Metropolitana de Belém.

Direcionaremos nossa atenção neste tópico, às ocupações técnicas na mesorregião metropolitana de Belém, bem como aos trabalhadores técnicos ocupados nas atividades a elas inerentes.

Estatisticamente falando, as atividades técnicas na mesorregião metropolitana de Belém empregam uma parcela ainda modesta da população, por conta do acesso limitado aos cursos técnicos, seja na Rede de Educação Profissional, seja no sistema *õSõ*. Outro fator é o baixo poder aquisitivo da grande maioria da população que não permite investimento em qualificação profissional.

Informações da RAIS/TEM nos permitem afirmar que nos últimos anos ocorreu uma concentração de mão-de-obra técnica na área de eletroeletrônica, principalmente de Técnicos em Eletrônica, Técnicos em Operação e Monitoração de Computadores, e Técnicos em Eletricidade e Eletrotécnica.

Com base nas pesquisas realizadas para o presente trabalho, observamos grande número de técnicos que encontra-se fora do cadastro de ocupações por conta da característica de suas atividades, ou como autônomo, ou como trabalhador *freelance* em várias empresas, é o caso dos técnicos em refrigeração, mecânica de automóveis, dentre outros.

Na verdade nos deparamos com situações diversas. Em alguns casos temos técnicos formados pelo Sistema *õSõ* (SENAI principalmente), técnicos capacitados pela própria empresa, com cursos realizados em outros estados, principalmente na área de mecânica de automóveis, e técnicos treinados por outro mais experiente, na própria empresa, sem a devida certificação, são os formados no chão da fábrica.

É importante frisar que esse caráter do tipo de situação do técnico tem relação com o tipo de empresa e com as atividades nelas desenvolvidas. Também observamos que a maioria das empresas atua em vários setores, possuindo muitas vezes um quadro de funcionários *freelance*, sem vínculo empregatício com a empresa. O que importa

nessa análise é que essas situações nos permitem ter a noção do tamanho do mercado disponibilizado para a alocação da mão de obra técnica na mesorregião metropolitana de Belém.

Segundo SOUZA (1985, p.9), dentro de determinados padrões tecnológicos que indicam quantos trabalhadores são necessários para a produção de cada um dos bens e serviços que se produzem o volume global do emprego depende do volume global de produção. Atualmente o que observamos na mesorregião metropolitana de Belém é certa instabilidade na manutenção dos postos de trabalho, apesar dos órgãos oficiais terem registrado saldo positivo em janeiro de 2012.

2.2.1 Ocupações técnicas por setores da economia, na Mesorregião Metropolitana de Belém

As ocupações técnicas possuem nomenclaturas próprias, contudo o trabalhador técnico possui a possibilidade de atuar em várias áreas técnicas, devido muitas atividades possuírem certas semelhanças, a exemplo das atividades da área de eletroeletrônica. Na mesorregião metropolitana de Belém, podemos reconhecer as principais ocupações técnicas, conforme tabela a seguir:

Quadro XII – Ocupações Técnicas e Família Ocupacional Mesorregião Metropolitana de Belém

OCUPAÇÕES TÉCNICAS - FAMÍLIA OCUPACIONAL MESOREGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	Número de Trabalhadores				VARIÇÃO (2003/2006)
	2003	2004	2005	2006	
Técnicos em eletrônica	668	802	868	900	34,73%
Técnicos em operação e monitoração de computadores	695	758	757	814	17,12%
Técnicos em eletricidade e eletrotécnica	592	622	679	672	13,51%
Técnicos de controle da produção	417	441	460	519	24,46%
Técnicos em telecomunicações	438	470	454	430	-1,83%
Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e	279	259	300	351	25,81%
Técnicos em geomática	169	236	324	330	95,27%
Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações	297	281	354	346	16,50%
Técnicos em construção civil (edificações)	313	315	295	328	4,79%
Técnicos de planejamento e controle de produção	225	290	290	259	15,11%
Técnicos de laboratório industrial	186	215	204	239	28,49%
Técnicos em aquicultura	2	1	3	3	50,00%
Técnicos em construção civil (obras de infraestrutura)	125	59	66	52	-58,40%
Técnicos em fotônica	2	5	27	31	1450,00%
Técnicos em mecatrônica	1	2	4	5	400,00%
Técnicos em eletromecânica	50	52	56	58	16,00%
Técnicos mecânicos (ferramentas)	7	8	6	1	-85,71%
Técnicos em mecânica veicular	8	16	17	11	37,50%
Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos	87	102	129	118	35,63%

Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)	30	40	24	52	73,33%
Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha	21	20	16	18	-14,29%
Técnicos em calibração e instrumentação	89	70	77	116	30,34%
Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino	5	5	5	4	-20,00%
Técnicos em mineração	17	28	19	33	94,12%
Técnicos químicos	95	90	63	128	34,74%
Técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo	186	187	213	244	31,18%
Técnicos de operação de emissoras de rádio	134	146	150	174	29,85%
Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes	18	18	19	15	-16,67%
Técnicos de mobiliário e afins	2	2	1	2	0,00%
Técnicos em turismo	73	89	95	113	54,79%
Técnicos em áudio	95	104	121	116	22,11%
Técnicos em cenografia	24	12	11	14	-41,67%
Técnicos em montagem, edição e finalização de filme e vídeo	52	191	140	193	271,15%
Técnicos em operação de aparelhos de projeção	50	39	39	30	-40,00%

Fonte: Elaborado a partir da RAIS/TEM (2008)

Podemos observar na tabela, a título ilustrativo, como foi o comportamento do mercado em relação a absorção de mão de obra técnica na Mesorregião Metropolitana de Belém no início do século XXI. Como, segundo o que já foi comentado anteriormente, o número de técnicos no mercado da mesorregião metropolitana de Belém é modesto em relação a população economicamente ativa. A renda média do trabalhador técnico também sofreu, com o passar do tempo, variações por conta do modelo econômico adotado pelos governos. No período pós-neoliberalismo, verificamos uma tendência a desvalorização da mão-de-obra técnica em termos da remuneração, na mesorregião metropolitana de Belém. Mesmo porque, pela ordem natural do mercado, ocorrendo um aumento no número de técnicos, a lógica da lei da oferta e da procura passa a regular as relações trabalhistas modificando o valor do trabalho técnico.

Isso explica porque no início do século XXI, ocorre um aumento do número de trabalhadores técnicos, em relação aos anos anteriores, com renda média na faixa 1 a 3 salários, equiparando-os com a faixa do trabalhador formal não técnico. Apesar dessas alterações, o número de postos de trabalho formal da mesorregião metropolitana de Belém, em 2006, atingiu um total de 425.552. Desses, 1,57% ocupavam postos de trabalhos técnicos. De uma maneira geral observa-se que certo número de ocupações se destaca quanto ao quantitativo de postos de trabalho, bem como, a estabilidade na oferta desses postos de trabalho, no período analisado, a exemplo dos técnicos em eletrônica, com 900 postos de trabalho formal; técnicos em operação e monitoração de computadores, com 814 postos de trabalho formal; técnicos em eletricidade e eletrotécnica, com 672 postos de trabalho formal; técnicos de controle da produção, com

519 postos de trabalho formal e técnicos em telecomunicações, com 430 postos de trabalho formal.

2.3 . Políticas de contratação/demissão na mesorregião metropolitana de Belém

Nos últimos anos o estado do Pará tem experimentado uma onda de perspectiva de desenvolvimento e investimento na área de construção civil, indústria de mineração, dentre outros, amplamente explorado pelo meio midiático.

Matérias do tipo "Pará apresenta melhor desempenho da região", do jornal Diário do Pará, do dia 18/11/2011, na qual divulga o desempenho do mercado local e a dinâmica de geração de emprego e renda no estado, levam-nos a crer que vivemos numa realidade diferente do resto do mundo globalizado.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (Dieese) em setembro deste ano o Pará teve saldo positivo na geração de emprego com carteira assinada. No comparativo entre admitidos e desligados, o Estado gerou 5.875 postos de trabalho, melhor desempenho da região norte. Foram registrados 12.377 contratações formais em toda região. (JORNAL DIÁRIO DO PARÁ, ECONOMIA, 2011, p. B6)

Nossas pesquisas nas bases de dados da RAIS/MTE, CBO e CAGED, revelam que de fato o Estado experimenta um momento de crescimento econômico com certa geração de emprego e renda. Outra matéria do jornal O LIBERAL, dinheiro, de 1º/03/2011, já comentada em capítulo anterior, intitulada "sobram vagas mas faltam profissionais qualificados", chama a atenção para uma "deficiência" de mão-de-obra qualificada no mercado local.

A região metropolitana de Belém nesse contexto, ora tem desempenho negativo, quando é divulgado que "o interior superou a região metropolitana de Belém no número de empregabilidade formal nos últimos doze meses, com 61% das contratações" (DIÁRIO DO PARÁ, 2011, p. B6), ora tem o desempenho positivo quando é divulgado que "nos últimos doze meses, foram gerados 15.379 novos postos de trabalho na capital, o um terço do total do estado" (O LIBERAL, DINHEIRO, 2011, p. 08).

Essa dinâmica do mercado paraense, que tem seus reflexos na mesorregião metropolitana de Belém, é decorrente, em grande parte, de projetos na área da mineração, da construção civil, a expansão do agronegócio. Projetos como Salobo em

Marabá, projeto Onça Puma em Ourilândia do Norte, a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, a usina siderúrgica de Marabá, dentre outros, somam um montante considerável de novos postos de trabalho, gerados ou a serem abertos, a médio e a curto prazo, grande parte de caráter temporário, precário, que são utilizados como programas de marketing político pelo governo, e/ou explorados exaustivamente pelo meio midiático.

Dentro desse contexto a discussão sobre empregabilidade está na pauta do dia, concebida como a capacidade que a força de trabalho tem para se adequar às necessidades do mercado, ou do novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES, 2010).

Esse aspecto da empregabilidade é muito bem assimilado pelo meio empresarial e os setores responsáveis pelos recursos humanos. Em trabalho de campo realizado em empresa da área de mecânica, foi perguntado ao responsável pelo RH, **O que a empresa entende por empregabilidade. O mesmo respondeu que:**

Seria a capacidade do profissional de se adequar às diferentes oportunidades que lhes são concedidas. (Responsável pelo RH da EMPRESA)¹⁸

O aspecto a ser destacado na fala da entrevistada é o discurso da flexibilização e da mobilidade do trabalhador – a capacidade do profissional de se adequar – atribuindo a responsabilidade pela sua empregabilidade, através da aquisição de competências exigidas pela empresa – oportunidades que lhes são concedidas – e que podem garantir sua permanência no mercado de trabalho.

A flexibilização, no sentido da possibilidade de uma indivíduo altamente qualificado, polivalente, fazer frente às exigências crescentes do mercado, na concepção de IANNI (1994, p. 4)

Implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho.

¹⁸ Para preservar a identidade do informante e da empresa investigada denominamos a empresa de Empresa.

A questão das competências, são requisitos de qualificação, que na concepção de CARDOZO (2009, p. 81), procuram articular habilidades cognitivas e comportamentais e leitura e interpretação dos dados formalizados para transformá-los em ação, abstração, expressão oral, escrita e visual e responsabilidades, lealdade, comprometimento, capacidade para o trabalho em equipe, motivação, curiosidade, iniciativa e autonomia.

Também foi perguntado ao responsável pelo RH, **O que a empresa entende por competência.**

O profissional competente é aquele que consegue usar a sua qualificação para conseguir um bom desempenho dentro da empresa. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

A qualificação citada pela entrevistada são ações que o indivíduo agrega ao seu capital humano ao longo da sua trajetória no mundo do trabalho, seja através de formação técnica, seja no cotidiano de sua atividade profissional dentro da empresa. Hirata (1997, p. 130) ensina que as qualificações exigidas no interior desse novo modelo produtivo, representado pelo modelo empresarial japonês, contrastam fortemente com aquelas relacionadas com a lógica taylorista de remuneração, de definição de postos de trabalho e de competências: trata-se da capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e concertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, isto é, ser simultaneamente operário e engenheiro.

Quando o trabalhador responde positivamente à esse perfil, desempenhando suas funções a contento da empresa, considera-se que possui bom desempenho, contém as qualificações requeridas, e pode prolongar sua permanência no emprego. Mas, **O que a empresa entende por qualificação?** A concepção de qualificação está expressa no depoimento abaixo.

Qualificação é fundamental a qualquer profissional. Um profissional que busca qualificação está aberto a atualizações e aperfeiçoamentos fundamentais para seu crescimento dentro da empresa. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

Essa percepção simples de qualificação real (HIRATA, 1997), por parte da entrevistada, carrega o sentido do conjunto de competências e habilidades técnicas,

profissionais, escolares, sociais, contemplados na citação como atualizações e aperfeiçoamentos, que a entrevistada considera fundamentais para o crescimento do trabalhador na empresa. Hirata traduz a complexidade conceitual de qualificação a partir de teóricos franceses, enfatizando que

A riqueza da noção de qualificação foi ressaltada por esses últimos estudiosos [Kergoat e Freyssnet], que salientaram a sua multidimensionalidade: qualificação do emprego, definida pela empresa a partir das exigências do posto de trabalho, e que serve de base ao sistema de classificação na França; qualificação do trabalhador, mais ampla do que a primeira, por incorporar as qualificações sociais ou tácitas que a noção de qualificação do emprego não considera essa dimensão da noção de qualificação do emprego não considera essa dimensão da noção de qualificação sendo, por sua vez, suscetível de decomposição em qualificação real (conjunto de competências e habilidades, técnicas, profissionais, escolares, sociais) e qualificação operatória (potencialidades empregadas por um operador para enfrentar uma situação de trabalho, cf. M. Saily in A. Lerolle, 1992:7); finalmente, a dimensão da qualificação como uma relação social, com o resultado, sempre cambiante, de uma correlação de forças capital-trabalho, noção que resulta da distinção mesma entre qualificação dos empregos e qualificação dos trabalhadores. (HIRATA, 1997, p. 132)

2.3.1. O técnico em mecânica e o mercado de trabalho na mesorregião metropolitana de Belém

A análise dos dados compilados da RAIS/MTE, ano base 2011, relativos ao número de trabalhadores técnicos, e técnicos em mecânica empregados no estado do Pará e na mesorregião metropolitana de Belém, revelam que: o número de trabalhadores técnicos no estado do Pará, registrados na base de dados, era de aproximadamente 1.334 trabalhadores, sendo que, 1.013 de técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos; 255 de técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos; 34 técnicos mecânicos (ferramentas); e 32 técnicos em mecânica veicular. Na mesorregião metropolitana de Belém, encontramos 592 trabalhadores, dos quais 400 técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos; 169 técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos; 26 técnicos em mecânica veicular; e 07 técnicos mecânicos (ferramentas).

A evolução dos registros de técnicos no setor da indústria mecânica, empregados na mesorregião metropolitana de Belém, com base nos dados adquiridos, deu-se de tal forma que o número de técnicos mecânicos na fabricação e montagem de

máquinas, sistemas e instrumentos, cresceu na ordem de 17,64%, no ano base, em relação ao ano anterior; com relação ao técnico mecânico na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos, ocorreu diminuição no número de registro na ordem de 3,9%; foi observado maior baixa nos registros de técnico em mecânica veicular, na ordem de 49% aproximadamente; ao contrário dessa situação, o número de registros de técnico mecânico (ferramentas), aumentou consideravelmente.

Como podemos perceber pelos registros da base RAIS/TEM, dependendo do contexto econômico, a dinâmica de acesso e permanência do profissional técnico em mecânica na mesorregião metropolitana de Belém, tem comportamento instável, visto que a oscilação do número de técnicos em mecânica, para algumas ocupações ocorre de forma positiva, e para outras, de forma negativa.

2.3.2. O técnico do curso de mecânica do PROEJA

No que diz respeito a formação de técnicos em mecânica na mesorregião metropolitana de Belém, o Campus Belém do IFPA, oferece curso nas modalidades Técnico Integrado ao Ensino Médio, PROEJA, e subsequentes. Desses nos interessa para o presente estudo o curso de Técnico Mecânico do PROEJA.

Inicialmente vamos verificar o perfil definido pela Instituição, no curso, bem como o perfil exigido pela empresa, onde se realizou a entrevista. O perfil do técnico em mecânica do Campus Belém, deve estar de acordo com o proposto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Segundo o Catálogo, o técnico em mecânica

Atua na elaboração de projetos de produtos, ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos conforme normas técnicas e normas relacionadas à segurança. Controla processos de fabricação. Aplica técnicas de medição e ensaios. Especifica materiais para construção mecânica. (MEC, CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS, 2009)

Em matéria publicada pelo jornal O LIBERAL, no dia 03/10/2011, Caderno PODER, sobre convênio firmado entre a empresa Vale e o Instituto Federal do Pará, para implantação do curso de mecânica em município paraense, está expresso o perfil do profissional exigido pela empresa

A Vale e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), assinam hoje, um convênio de cooperação para

implantação de cursos técnicos em mecânica nas cidades onde a Vale mantém suas operações. O objetivo é contribuir com a formação e qualificação de novos profissionais para o mercado de trabalho. A assinatura do convênio será realizada às 09 horas, na reitoria do IFPA, na Avenida Almirante Barroso.

(...)

O curso Técnico em Mecânica oferecerá formação integrada abrangendo técnicas e conhecimentos específicos sobre a área. Os alunos aprenderão a planejar, aplicar e controlar procedimentos de instalação e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos conforme normas técnicas e normas relacionadas à segurança, bem como controlar processos de fabricação e aplicar técnicas de medição e ensaios. (O LIBERAL, Poder, 2011)

Como podemos observar, o perfil do técnico em mecânica é o mais amplo possível e voltado para a indústria. Propõe a formação de um profissional flexível e polivalente, atuando em várias áreas, desde a elaboração de projetos, até a especificação de materiais, condizente com as exigências do novo processo produtivo capitalista. Podemos observar a proximidade existente com o perfil proposto pelo MERCOSUL Educativo para a área da indústria.

A partir deste acordo, os técnicos de nível médio da Área da Indústria, formados pelos sistemas educativos do MERCOSUL, respondem ao Perfil profissional genérico que apresenta competências nas funções de projetar, operar, montar, instalar, manter e administrar. (MERCOSUL EDUCATIVO, 2005, p. 15)

Logo, o perfil profissional na concepção mais recente diz respeito a um conjunto de competências e habilidades exigidas para o exercício de uma determinada profissão. Partindo desse pressuposto, foi perguntado à entrevistada do RH, **que perfil profissional é exigido pela empresa para admissão de profissionais na área de mecânica. Obtivemos com resposta:**

Profissional que tenha habilidades para exercer as mais variadas funções na área da mecânica de automóveis. Este profissional pode ter certificação de técnico em mecânica ou não. Alguns funcionários foram admitidos sem essa certificação, porém passaram por treinamentos, aperfeiçoamentos e atualizações que lhes deixaram aptos a colaborar com a empresa. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

Vários aspectos podem ser observados na resposta da empresa. Primeiro o caráter da polivalência e a habilidade para exercer as mais variadas funções, profissional

qualificado. É recorrente a questão da exigência de um profissional flexível, com conhecimentos diversos, com competências adquiridas, podendo exercer sua mobilidade, desenvolver várias atividades no processo produtivo. Outro aspecto muito curioso é a exigência ou não da certificação o que importa é o capital humano, o conhecimento prático para desenvolver as funções às quais for destinado. Caso o indivíduo não seja portador de certificação, a empresa treina, aperfeiçoa, ou atualiza, de acordo com as necessidades do momento. Essa é outra característica dos mercados capitalistas globalizados. Foi perguntado ainda se **há profissionais em condições de assumir tal tarefa (condizente com o perfil apresentado)**. A entrevistada respondeu que,

Sim. A empresa consegue encontrar profissionais que atendam suas necessidades, tenham estes, certificação ou não. A Wolksvagem oferece cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

Quando foi perguntada **de onde se originam esses profissionais (alunos técnicos de IF ou isso não conta)**, respondeu:

A ampla maioria dos profissionais que têm certificação são procedentes do SENAI. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

Bem, como a própria empresa declarou, a questão da certificação não tem muito peso na hora de escolher o profissional, isso não conta. Mas o fato da maioria dos profissionais contratados pela empresa, com certificação, ser do Sistema S (SENAI), indica que existe algum tipo de articulação entre empresas e Sistema S. Por isso quando foi perguntado à empresa se **há articulação entre a empresa e o IFPA visando ajustar a formação dos egressos de seus cursos às necessidades da empresa**, a entrevistada afirmou:

Não há articulação entre a empresa e o IFPA. Essa articulação seria interessante tanto para a empresa quanto para os egressos do IFPA, porém o IFPA nunca fez nenhum contato com a empresa. O SENAI, por sua vez, criou um canal de comunicação com a empresa, que sugere que o IFPA crie uma ferramenta semelhante para propiciar uma articulação entre as partes. Ainda assim, pela baixa oferta, muitas vezes a empresa tem a necessidade de recorrer a empresas

especializadas em consultoria para encontrar o profissional desejado. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

A resposta da empresa nos remete à fala do gestor do Campus Belém/IFPA quando foi perguntado sobre qual a relação dos cursos com o mercado de trabalho. Inicialmente enfatizou que tipo de empresa requer os cursos técnicos: grandes empresas estabelecidas na região. São as necessidades das grandes indústrias que motivam a oferta de curso técnico. Ressalta que tais empresas exigem qualificação e qualidade no resultado da formação, e, muitas vezes investem na realização de cursos pela Instituição.

Dessa forma, existe a ausência de uma relação empresa-escola, de forma que os técnicos formados possam ser direcionados para as empresas locais, e não só para as grandes empresas. Observe que existe a necessidade dessa relação por parte da empresa, o que seria interessante principalmente pela falta do profissional desejado, quando existe a necessidade de contratar. Esse aspecto revela que existe consonância entre o perfil requerido pela empresa, e o construído no Campus Belém do IFPA.

E em relação ao PROEJA, o IFPA tem curso de Mecânica (PROEJA). Indagamos se havia no quadro de funcionários (da empresa) egressos do curso Proeja do IFPA e em caso de existência, se estes estão atuando na sua área de formação. Perguntamos ainda como os funcionários são capacitados na empresa.

Não há nos registros do Departamento de Recursos Humanos da empresa nenhum egresso vindo do IFPA. (Responsável pelo RH da EMPRESA).

A resposta da empresa, certa forma, reflete a realidade dos cursos do PROEJA do Campus Belém, pois, a turma que iniciou sua formação no ano de 2007, deveria ter saído em 2011. Devido a vários problemas, de falta de professor para completar as disciplinas, lançamento de notas em atraso, dentre vários outros, a certificação de alguns alunos só foi possível ser feita no primeiro semestre de 2012.

2.4. A relação das ocupações técnicas com os cursos do Campus Belém/IFPA.

Quando indagamos ao gestor¹⁹ responsável pelo setor que cuida da demanda dos cursos no Campus Belém/IFPA, qual a relação dos cursos com o mercado de trabalho, se há correspondência ou não, nos foi respondido que

¹⁹ Para preservar a identidade do informante nós o denominamos de Gestor.

Os cursos na grande maioria é oriundo de uma necessidade de grandes empresas estabelecidas na região que ainda é a principal característica, visto que 85% do PIB paraense é oriundo da mineração e esta atividade são realizadas por grandes empresas estabelecido em projetos por vezes bilionário. Estas empresas exigem mão-de-obra qualificada e de qualidade. Outra grande demanda determinística é a criação da infra-estrutura do estado e a demanda social com a população exigindo disponibilidade de serviço em maior quantidade e melhor qualidade. Também existe muitos casos de egressos trabalhando em outros estados da nação (Rondônia, Amapá, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo) e até mesmo em outros países (Angola na indústria de mineração de diamantes). (Gestor)

Podemos perceber que a demanda de cursos provêm das necessidades das empresas, afirmando o modelo do novo sistema capitalista. Mello (2009) ressalta que foi com o advento da microeletrônica e, conseqüentemente, de novas tecnologias, que se passou a exigir uma sólida formação para os trabalhadores e para aqueles que buscam na educação profissional um caminho para a empregabilidade. (MELLO, 2009, p. 102)

Afirma o gestor que as empresas exigem mão-de-obra qualificada e de qualidade. Isso se configura na responsabilidade da educação profissional como resposta ao novo modelo econômico, assumida na nova LDB, dentro do paradigma da reforma. SALES (2012), nesse sentido, considera que as mudanças inerentes ao paradigma de empresa integrada e flexível em escala mundial, inseridas num mercado extremamente competitivo, trouxeram desafios para a reprodução capitalista no que tange à necessidade de novos requisitos de formação profissional. Isso explica a atenção especial atribuída à educação do trabalhador. Assim, o capital viu-se na condição de exigir a elevação do patamar de qualificação geral do trabalhador, ainda que para poucos trabalhadores. (SALES, 2012, p. 109).

Essa perspectiva da qualidade foi inserida nos currículos da educação profissional a partir da noção de competência para a empregabilidade. O educando da educação profissional recebe formação geral e técnica, possibilitando maior deslocamento, facilidade para se adaptar às mudanças, as novas regras, aos novos locais: um trabalhador polivalente.

Dentro dessa perspectiva, o gestor revela que muitas vezes o egresso da educação profissional desenvolve atividades em outro estado. Mas, em que

setores/empresas os egressos do IFPA se localizam? Perguntamos ao gestor e este respondeu:

Como o PIB paraense em sua grande parte provém da atividade mineradora, estas são as empresas que tem absorvido em maior quantidade os profissionais formados no IFPA. Seja diretamente, no caso de egressos dos cursos da área da indústria, ou indiretamente devido o desenvolvimento que estas empresas provocam na região onde estabelecem as suas atividades. Neste caso, novamente os egressos de cursos da área da indústria, para trabalharem em empresas de infra-estrutura e os egressos dos cursos que caracteristicamente atendem a área de serviços (licenciaturas, por exemplo).

Também observamos que os egressos dos cursos que não são característicos do perfil histórico ou do *õskillö* (habilidade) em que o IFPA realmente é conhecido e reconhecido com status elevado no meio produtivo, tem ampla aceitação e oportunidade nas empresas de governo e serviços (perfil principal da região da capital e em municípios de baixo perfil sócio-econômico), como é o caso das licenciaturas, gestão pública, informática, etc. Mas estes têm uma demora de absorção maior, visto que apesar da demanda existir, estão sujeitos a dinâmica própria do setor público, que por vezes não consegue atender a necessidade da sociedade na quantidade e qualidade necessária, seja a nível municipal e estadual no momento adequado. E o setor de serviço muitas vezes ofereça salários e vantagens que não provocam aderência do profissional a empresa, havendo uma taxa de *õturnoverö* (volume de negócios) elevada, afetando a qualidade das atividades destas empresas. (Gestor)

Com efeito, o setor industrial que mais absorve mão-de-obra técnica é o de serviço, ficando a indústria em seguida. Mas é na indústria que os egressos da educação profissional do campus Belém do IFPA se localizam, como parte de um pacto econômico o quem investe tem o privilégio sobre aquilo que se forma.

Mas o mercado de trabalho no Pará não é diferente do mercado globalizado, flexível, marcado pela divisão internacional do trabalho, determinante da nova estrutura do sistema de produção capitalista que exige um perfil de trabalhador também flexível, e um nível quanti-qualitativos dos empregos.

Ianni (1994, p. 5) teoriza que o padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e as técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abre perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, acima e abaixo, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potenciando-a. O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria e excedente, lucro ou mais-valia.

Nesse aspecto, o trabalhador deve estar preparado para compor qualquer quadro de trabalho, podendo ser alocado em qualquer setor da empresa, ou do mercado. Os egressos do Campus Belém do IFPA, segundo o gestor, podem estar na indústria, no setor de serviço, executando a atividade que for exigida pela produção.

Como já foi ressaltado anteriormente, as atividades técnicas na mesorregião metropolitana de Belém empregam uma parcela ainda modesta da população, por conta do acesso limitado aos cursos técnicos, seja na Rede de Educação Profissional, seja no sistema *õSö*. Também percebemos que outro fator que serve de limite ao acesso é o baixo poder aquisitivo da grande maioria da população que não permite investimento em qualificação profissional.

Independente das condições de acesso ao emprego, a cada turma de técnicos formados, a Instituição amplia seu compromisso em fazer o acompanhamento da evolução individual, por egresso, no mercado de trabalho. Mas, há acompanhamento dos egressos pelo IFPA, sobre alocação ou não dos egressos no mercado de trabalho? Ao perguntar sobre isso, tivemos como resposta:

No âmbito do IFPA não existe nada sistematizado. O mais próximo existente está no campus Belém, que está em processo de atualização e adequação, visto que os alunos formados pela Instituição têm na sua grande maioria a empregabilidade de qualidade no interior do estado. Logo o sistema existente não atende a realidade, pois foi pensado e formado para uma realidade que não existe mais, visto que na estrutura *õoff lineö*, somente com informações de telefone e e-mail, exigiria uma estrutura de pessoal bem maior para manter o contato e desta forma manter o banco de dados atualizado. A implantação de um sistema *õon lineö*, seja para prospecção de dados, seja para que o egresso tenha o seu endereço de e-mail da própria instituição, seja para que se tenha uma rede social de um determinado curso e/ou turma, juntamente com ampla divulgação e incentivo de acesso, tanto por egressos, quanto por empresas que queiram selecionar profissionais formados. Ou seja, com este novo tipo de *õapproachö*, as possibilidades são bem maiores da instituição cumprir realmente com o seu dever e aumentar ainda mais a importância desta perante a sociedade. Além do que garantirá o acesso de informações que contribuirá em muito com o aprimoramento dos cursos ofertados e com o lançamento de novos cursos. (Gestor)

O acompanhamento de egressos antes de uma sistemática institucional, configura-se uma necessidade para o processo da avaliação institucional. Para além desse aspecto, o egresso não é apenas o indivíduo que concluiu os estudos, foi diplomado e está pronto para o mercado de trabalho. Ele constitui o portador das

características intrínsecas da própria instituição, uma vez que o tem como produto de sua dinâmica, logo podendo ser visualizada a partir dele.

O Campus Belém/IFPA não possui uma ferramenta eficaz de acompanhamento do egresso, segundo o gestor. Essa situação compromete os diagnósticos e o próprio planejamento institucional, uma vez que não se tem como visualizar a eficácia da formação profissional, que no atual contexto deve ser processo contínuo e permanente, com fundamento na competência teórica e prática.

Mas, se a Instituição perde o contato com o egresso, como saber se ele encontra-se no mercado trabalhando, ou se está desempregado, ou estudando? Quando foi perguntado ao gestor se os egressos estão encontrando emprego no mercado de trabalho, se eles estão atuando em suas áreas de formação, respondeu que:

Sim. Os que têm foco em trabalhar na área de formação conseguem realizar a empregabilidade, principalmente se não houver dificuldade de viver no interior do estado, onde há maior demanda por mão-de-obra qualificada. Mas muitas vezes falta infra-estrutura para atrair estes. Tem-se que observar que os egressos têm qualificação, mas querem continuar em progressão e apesar da oportunidade de trabalho, muitas vezes não é suficiente para atraí-los, visto a falta de perspectiva que um determinado interior oferece para o egresso em questão e para a família deste. Na atual conjuntura de desenvolvimento (...) Em alguns casos a demanda é maior que a oferta e as empresas estão procurando inclusive em outros estados. (Gestor).

Acreditamos que nossos formados saem da Instituição com condições e conhecimentos favoráveis para assumir funções no mercado de trabalho. Mas, muitos preferem dar continuidade aos estudos e cursar faculdade, para só depois trabalhar. Em relação se estão atuando na área de formação, os alunos que são encaminhados para estágio, muitos são contratados após conclusão, em torno de 60%. Esses, sabemos que estão atuando em suas áreas de formação. Os que optam por outra situação e perdem o contato com a Instituição não podem ser instrumento de avaliação institucional.

Mas, se não há acompanhamento, nem da situação comportamental do mercado como os cursos são definidos no Campus Belém do IFPA?

Dentre todas as modalidades de cursos ofertados pelo IFPA, as análises foram focalizadas nos cursos técnicos integrados de nível médio, seguindo a lógica do novo mercado. Isso se deve ao fato da integração da noção de competência na legislação da educação superior, demonstrado anteriormente.

Com o passar do tempo, observamos uma elevação notável na oferta de vagas para os cursos de nível técnico. Este acréscimo na oferta de vagas pode ser creditado a nova forma de oferta de curso técnicos, chamado subsequente²⁰, destinado aos portadores de certificados de conclusão do ensino médio, pulverizando a oferta de cursos técnicos com as mais diversas nomenclaturas, que mais tarde, em função das exigências do CREA-PA²¹ viriam a ser revisadas, retornando as nomenclaturas anteriores. Nos anos iniciais do século XXI, o quantitativo de oferta de vagas para os cursos técnicos voltou a crescer.

Atualmente esses cursos estão com suas nomenclaturas vinculadas ao Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, que os agrupa conforme suas características científicas e tecnológicas em doze eixos tecnológicos, com denominações que deverão ser adotadas nacionalmente para cada perfil de formação. Logo a denominação dos cursos são tirados do Catálogo Nacional.

Sobre a forma de como os cursos são definidos no Campus Belém/IFPA, segundo o gestor entrevistado, os critérios são:

- Demanda de mercado.
- Existência no catálogo nacional dos cursos.
- No caso em que a área tem conselho de classe estabelecido e oficial, tem que ser observado o catálogo do MEC e do referido conselho e também o projeto do curso tem que ser avaliado e aprovado pelas câmaras setoriais do conselho. Aprovado o curso, após o término os alunos poderão solicitar o registro no mesmo e a emissão da carteira que autoriza exercer a profissão prevista em lei.
- Disponibilidade de professores.
- Existência de laboratórios e projetos de novos, seja para adequação e/ou expansão.
- Formulação do Plano Pedagógico do Curso. (Gestor).

Sabemos que anualmente e/ou semestralmente a Comissão de Processo Seletivo solicita aos Coordenadores de Cursos o indicativo de número de vagas demandadas pelo respectivo curso para realização de processo seletivo. Atualmente, segundo o gestor, segue-se a demanda do mercado, atendendo o especificado no Catálogo Nacional de Cursos. O critério utilizado para definir os cursos a serem implantados, segundo o gestor, é muito relativo, desde a aprovação do projeto pelo coletivo do curso, a verificação do quadro de professores disponíveis, bem como a

²⁰ O decreto Federal 2208/97, Institui que a Educação Profissional Técnico de Nível Médio deverá ser articulada com o ensino médio nas formas concomitante e subsequente.

²¹ O CREA-PA, não aceitou registrar profissionalmente os portadores de diplomas de curso técnico, cujo o título não constasse na resolução do CONFEA/CREA.

exigência de laboratórios, e a elaboração do PPC do curso. Outro aspecto que importante ressaltar é o da disponibilidade de vagas para o curso pretendido, por parte do MEC. É aberto um processo a partir do projeto de criação do curso, que após tramitar por diversas instâncias verificando amparo jurídico, disponibilidade de quadro docente, disponibilidade orçamentária, é encaminhado para o MEC, solicitando aprovação.

Contudo, esse campo de definição carrega em si traços da normatização vigente que deve ser considerada, além de elementos ligados a noção de competência para o trabalho que, obrigatoriamente, devem ser levadas em consideração, tais como a organização de programas com conteúdos flexíveis, que possibilitem adaptações de acordo com as necessidades das empresas.

Logo, a própria ideia de educação profissional constante na LDB de 1996, e reafirmada nas Diretrizes Curriculares para a educação profissional (Parecer CNE nº 16/99), dá o norte da definição dos cursos a serem ofertados nas Instituições de Ensino Profissional.

Na definição das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico há que se enfatizar o que dispõe a LDB em seus artigos 39 a 42, quando concebe a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, a ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, na perspectiva do exercício pleno da cidadania. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO)

No que diz respeito a definição da forma como os currículos dos cursos devem ser organizados, a modularização é apresentada como opção pelas Diretrizes Curriculares, denotando flexibilização dos currículos da educação profissional, de forma que possam atender, principalmente, as necessidades das empresas, no que diz respeito ao perfil de trabalhador exigido para determinada ocasião.

A modularização dos cursos deverá proporcionar maior flexibilidade às instituições de educação profissional e contribuir para a ampliação e agilização do atendimento das necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade. Cursos, programas e currículos poderão ser permanentemente estruturados, renovados e atualizados, segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho. Possibilitarão o atendimento das necessidades dos trabalhadores na construção de seus itinerários individuais, que os conduzam a níveis mais elevados de competência para o trabalho. (CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO).

Por fim, para a definição dos cursos da Educação Profissional, devem ser considerado todo o processo de transformações ocorridas no mundo do trabalho que provocou alterações no perfil do técnico, passando a ser exigidas características flexíveis como a construção de itinerários profissionais com mobilidade, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, e capacidade de visualização e resolução de problemas.

O exercício profissional de atividades de nível técnico vem sofrendo grande mutação. Ao técnico formado com base nas diretrizes curriculares apoiadas no Parecer CFE nº 45/72 era exigida, predominantemente, formação específica. Em geral, um técnico não precisaria transitar por outra atividade ou setor diverso do de sua formação, mesmo que pertencesse à mesma área profissional. O mundo do trabalho está se alterando contínua e profundamente, pressupondo a superação das qualificações restritas às exigências de postos delimitados, o que determina a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado em competências por área. Torna-se cada vez mais essencial que o técnico tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir itinerários profissionais, com mobilidade, ao longo de sua vida produtiva. Um competente desempenho profissional exige domínio do seu "ofício" associado à sensibilidade e à prontidão para mudanças e uma disposição para aprender e contribuir para o seu aperfeiçoamento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, portanto, estão centradas no conceito de competências por área.

Do técnico será exigida tanto uma escolaridade básica sólida, quanto uma educação profissional mais ampla e polivalente. A revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da educação básica quanto da educação profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO)

A evidenciação de como os cursos são definidos, expressam o tipo de formação que pretende-se ofertar. Por isso, foi perguntado ao gestor como é definido o tipo de formação profissional a ser dada aos alunos do IFPA. Este assim nos informou:

Na formulação do PPC são observadas as matrizes de cursos análogos em outras regiões e fator determinante e mais importante são as características e demandas do arranjo regional do setor em que o profissional formado pelo curso irá atuar. (Gestor)

A resposta bem direcionada expressa a realidade da construção dos Planos Pedagógicos dos Cursos - PPCs, que são construídos com base nas normatizações da educação profissional, dos cursos, e da Instituição. Também vincula a definição dos cursos à demanda do mercado, apontando como fator mais importante pelo gestor.

Os cursos de educação profissional, na acepção mais atual da legislação pertinente, devem representar importante estratégia para proporcionar aos indivíduos educandos o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Deve garantir a compreensão do processo produtivo, valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. (PARECER CNE 16/99)

Devem realizar, na prática, um tipo de formação que garanta ao indivíduo a possibilidade de articular e mobilizar valores, conhecimentos e habilidades para a resolução de problemas, seja de que natureza for, em seu campo de atuação. Essas características foram introduzidas a partir da noção de competência, que para as Diretrizes Curriculares tem significado próprio.

O conceito de competência vem recebendo diferentes significados, às vezes contraditórios e nem sempre suficientemente claros para orientar a prática pedagógica das escolas. Para os efeitos deste Parecer, entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho. O conhecimento é entendido como o que muitos denominam simplesmente saber. A habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a prática do trabalho, transcendendo a mera ação motora. O valor se expressa no saber ser, na atitude relacionada com o julgamento da pertinência da ação, com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária e outros atributos humanos, tais como a iniciativa e a criatividade. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO).

Outra característica sugerida pelas Diretrizes Curriculares é a garantia da laborabilidade através do desenvolvimento de competências, que garanta o trabalhador no mercado em conjunturas adversas. Sabemos que na atual configuração da dinâmica do mercado essa garantia é frustrada pela insegurança, visto que não são as competências adquiridas, tampouco o número de diplomas que o trabalhador coleciona que o manterão empregados. A necessidade do mercado é que dita as normas, por isso, a permanência do trabalhador em uma empresa depende do comportamento do mercado.

Os cursos devem ser pensados a partir de uma perspectiva da flexibilidade. Segundo as Diretrizes Curriculares, flexibilidade é um princípio que se reflete na construção dos currículos em diferentes perspectivas: na oferta dos cursos, na organização de conteúdos por disciplinas, etapas ou módulos, atividades nucleadoras, projetos, metodologias e gestão dos currículos.

Dessa forma, podemos perceber que a definição dos cursos a serem ofertados à comunidade é muito mais complexo, passando pela necessidade de articulação de vários elementos conceituais, teóricos e práticos, com as demais variáveis levadas em conta para tal definição.

Outro aspecto levantado pelo gestor para a definição dos cursos no Campus Belém/IFPA, e considerado o mais importante, é a demanda do mercado. Essa discussão refere-se ao perfil do trabalhador requisitado pelo mercado. É com base nas necessidades e no perfil exigido pelo mundo do trabalho, principalmente, que se define o tipo de atendimento expresso nos cursos. Sobre essa questão as Diretrizes Curriculares entende que

A propriedade dos cursos de educação profissional de nível técnico depende primordialmente da aferição simultânea das demandas das pessoas, do mercado de trabalho e da sociedade. A partir daí, é traçado o perfil profissional de conclusão da habilitação ou qualificação prefigurada, o qual orientará a construção do currículo. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO)

O curso deve identificar-se com o perfil exigido, estabelecido levando-se em contas as competências profissionais gerais do técnico da área que se pretende formar, as diversidades locais e regionais, e direcionados para a laboralidade frente às mudanças. (PARECER CNE nº 16/99).

Com relação a definição da nomenclatura dos cursos técnicos, estão denominados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, no qual também está descrito o perfil da formação para os cursos (peculiaridades técnicas), além disso. Para ilustrar, o gestor citou, durante a entrevista, o Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, no qual constam os cursos técnicos em análise química, técnico em automação industrial, técnico em eletroeletrônica, técnico em eletromecânica, técnico em eletrônica, técnico em eletrotécnica, técnico em manutenção automotivas, técnico em máquinas navais, técnico em mecânica, técnico em mecatrônica, técnico em metalurgia,

técnico em petroquímica, técnico em química, técnico em refrigeração e climatização, e técnico em sistemas a gás.

Para melhor visualização, retiramos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos as especificações relativas ao Curso de Técnico em Mecânica.

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais

TÉCNICO EM MECÂNICA - 1.200 horas

Atua na elaboração de projetos de produtos, ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos conforme normas técnicas e normas relacionadas à segurança. Controla processos de fabricação. Aplica técnicas de medição e ensaios. Especifica materiais para construção mecânica.

POSSIBILIDADES DE TEMAS A SEREM ABORDADOS NA FORMAÇÃO	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	INFRAESTRUTURA RECOMENDADA
<ul style="list-style-type: none"> • Desenho técnico • Projetos mecânicos • Materiais • Medição • Processos de fabricação • Componentes de máquinas • Sistemas hidráulicos e pneumáticos • Comando numérico computadorizado (CNC) • Projeto e manufatura assistidos por computador (CAD/CAM) • Máquinas térmicas • Manutenção e instalação de equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Indústrias • Fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos • Laboratórios de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa • Prestadoras de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca com acervo específico e atualizado • Laboratório de hidráulica e pneumática • Laboratório de máquinas operatrizes • Laboratório de informática com programas específicos • Laboratório de máquinas térmicas e motores • Laboratório de metrologia • Laboratório de processos de fabricação • Laboratórios de ensaios mecânicos e metalográficos

Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, MEC, 2009.

Como pode ser observado, o Catálogo define o tipo de atuação do técnico, os temas que podem ser trabalhados no curso para a organização curricular, fazem um link

com o mercado, indicando os locais nos quais pode atuar, e qual a infra-estrutura necessária para a formação adequada do aluno.

No Campus Belém/IFPA, na prática, os cursos são agrupados por área profissional²², embora a lógica divulgada muitas vezes seja a determinada pelo Catálogo, em eixos tecnológicos.

Quadro XIII - Agrupamento dos cursos técnicos por área profissional, segundo a Resolução do CNE/CEB N° 04/99

ÁREA PROFISSIONAL	CURSOS	ÁREA PROFISSIONAL	CURSOS	
Recursos Pesseiros	Aquicultura	Informática	Desenvolvedor de Programas	
	Pesca		Informática	
Construção Civil	Edificações		Processamento de Dados	
	Estradas	Assessor de Planejamento Turístico		
Indústria	Eletrotécnica	Hospitalidade e Lazer	Planejamento e Realização de Eventos	
	Mecânica		Turismo	
	Metalurgia		Geomática	Agrimensura
	Técnico em Materiais	Fotogrametria		
	Eletrônica	Geodésia e Cartografia		
	Automação Industrial	Geoprocessamento		
Mineração	Mineração	Trânsito	Agente de Trânsito	
	Geologia (Pesquisa Mineral)		Examinador de Trânsito	
	Gemologia		Reciclagem de Condutor de Transporte Escolar	
Química	Química		Reciclagem - Instrutor de Trânsito	
Telecomunicações	Telecomunicações		Trânsito	
Artes	Produção Artística		Diretor de Ensino	
			Diretor Geral	
Design	Design		Meio Ambiente	Saneamento
	Design Industrial			Saúde
	Design de Jóias		Registro de Saúde	
	Design de Móveis e Interiores			

Fonte: SEAC/SCA/CAMPUS BELÉM/IFPA

A partir do quadro, e com base em levantamento estatístico na SEAC/SCA/CAMPUS BELÉM/IFPA, podemos sugerir que, das 14 áreas profissionais relacionadas, destacamos a Indústria, Construção Civil e Telecomunicações, com maiores ofertas de Técnicos de nível médio, concentrando 60,8% das ofertas.

²² O parecer CNE/CEB N° 04/1999 organiza os cursos técnicos por Áreas Profissionais.

2.4.1. Confronto entre oferta de vagas (campus Belém/IFPA) e demanda (pelo mercado) de profissionais de nível técnico

Conhecedores das principais ocupações demandadas pelos setores estratégicos, podemos confrontar com a existência de cursos correspondentes no campus Belém/IFPA, tomando como referência a oferta de vagas dos mesmos cursos técnicos, ou similares. Este cruzamento pode subsidiar decisões estratégicas para a política educacional profissionalizante, que não necessariamente deve se adequar ao mercado de trabalho, mas sim, tê-lo como referência importante.

Este comparativo apresenta uma das inúmeras possibilidades de associação entre as informações acerca da oferta de vagas do campus Belém/IFPA e a procura por técnicos de nível médio na área de influência desta unidade de ensino.

Inicialmente devemos esclarecer que as ocupações técnicas utilizadas são as que têm correspondência com os cursos ofertados no campus Belém/IFPA, ficando diferenciada em relação a tabela anteriormente informada com as ocupações técnicas da mesorregião metropolitana de Belém.

Dessa forma, organizamos as ocupações técnicas em grupos, de acordo com a correspondência no campus, ficando configurado conforme abaixo.

- Pelo entendimento do Catálogo Brasileiro de Ocupações ó CBO mais recente, a ocupação de técnico em Aquicultura, tem seu correspondente no campus Belém/IFPA no curso de Aquicultura. Pelas informações prestadas pelo Sistema de Controle Acadêmico, no ano de 2009, foram formados 58 técnicos, e no ano de 2011, apenas um.

- As ocupações de técnico de edifagrimensura, estradas e saneamento e trabalhos assemelhados, técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes, técnicos em construção civil (edificações), técnicos em construção civil (obras de infra-estrutura), possuem seu correspondente no campus nos cursos de Agrimensura, Edificações, Estradas, e Saneamento, que, segundo o SCA/CAMPUS BELÉM, formaram no ano de 2009, 56 técnicos, 207 técnicos, 24 técnicos, e 114 técnicos, respectivamente, e no ano de 2011, a área formou 20 técnicos.

- A ocupação de técnico em Geométrica, tem seu correspondente nos cursos de Fotogrametria, Geodesia e Cartografia, e Geoprocessamento, que no ano de 2009, segundo o SCA, formaram técnicos somente Geodesia e Cartografia, 21 técnicos, e no ano de 2011, a área formou 40 técnicos.

- As ocupações de técnicos de eletricidade e eletrônica e telecomunicações, técnicos em telecomunicações, técnicos em eletrônica, técnicos em eletricidade e

eletrotécnica, técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo, Técnicos de operação de emissoras de rádio, possuem seu correspondente no campus, os cursos de Automação Industrial, Telecomunicações, Eletrônica, Eletrotécnica, que formaram no ano de 2009, 06 técnicos, 42 técnicos, sem informação, e 26 técnicos, respectivamente, e no ano de 2011, por área, formaram: Eletrotécnica 19 técnicos, Telecomunicações 12 técnicos, e Eletrônica 24 técnicos.

- As ocupações de técnicos de mineração metalurgia e geologia, técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha, técnicos em metalurgia (estruturas metálicas), e técnicos em mineração, possuem seu correspondente no campus, os cursos de Materiais, Metalurgia e Mineração, que no ano de 2009 formaram, sem informação, 31 técnicos e 47 técnicos, respectivamente, e no ano de 2011, por área, formaram, mineração 25 técnicos e Metalurgia 11 técnicos.

- As ocupações de técnicos de mecânica, técnicos mecânicos na fabricação e montagem de sistemas e máquinas, técnicos mecânicos (ferramentas), técnicos em mecânica veicular, técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos, tem seu correspondente no campus, no curso de Mecânica, que formou no ano de 2009, 54 técnicos, e no ano de 2011, 20 técnicos.

- As ocupações de técnico de Química e Trabalhadores Assemelhados, e técnicos químicos, possuem seu correspondente no curso de Química, que no ano de 2009 formou 63 técnicos, e no ano de 2011, 15 técnicos.

- A ocupação de técnicos de mobiliário e afins, tem seu correspondente nos cursos de Design Industrial, Design de Móveis e Interiores, e Design de Jóias, que no ano de 2009, formaram 70 técnicos, e no ano de 2011, formaram 20 técnicos, segundo informações do Sistema de Controle Acadêmico do campus Belém/IFPA.

- As ocupações de técnicos de Desenvolvimento de Sistemas e aplicações, e técnicos em Operação e monitoração de computadores, possuem seu correspondente no Campus Belém/IFPA nos cursos de Desenvolvedor de Programas, Informática, e Processamento de Dados, que no ano de 2009, formaram 162 técnicos, e no ano de 2011, formaram 09 técnicos, segundo o SCA/Campus Belém/IFPA.

- A Ocupação de técnico de Turismo, possui seu correspondente no campus, nos cursos de Assessor de Planejamento Turístico, Planejamento e realização de Eventos, Turismo, e Guia Turístico, que em 2009 formaram, 49 técnicos, e no ano de 2011, formaram 13 técnicos.

O esforço acima de relacionar correspondência a correspondência, visa demonstrar que mesmo não havendo no Campus Belém/IFPA, uma cultura de estudo do mercado de trabalho para a oferta dos cursos, tampouco uma sistemática de acompanhamento de egressos, a demanda de cursos não fica de todo desconectado do mercado.

CONCLUSÃO

As transformações ocorridas nas economias capitalistas nas décadas finais do século XX, provocaram instabilidades e inseguranças nos mercados no que diz respeito ao emprego. As novas exigências do sistema capitalista, que possibilitaram a inserção da noção de competência nos meios produtivos, afirmando o discurso da empregabilidade, passaram a regular o perfil do trabalhador para as empresas.

Antunes (2006) diz que se trata de uma aguda destrutividade, que no fundo é expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana de trabalho; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ãsociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como ãembalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2006, p. 176)

A maior consequência, e a mais maléfica, é o desemprego estrutural, que coloca milhões de indivíduos à margem da sociedade do capital, revelando a face cruel do mercado, limitando as oportunidades, precarizando/informalizando parte significativa da mão-de-obra.

Na presente dissertação nosso objetivo foi desvelar as lógicas da formação do IFPA e a demanda de empregabilidade para os futuros egressos do curso de Mecânica do PROEJA. Para atingir esse objetivo, a pesquisa procurou evidenciar a relação ou não da formação técnica no campus Belém/IFPA, com o perfil de trabalhador exigido pelo mercado da mesorregião metropolitana de Belém. Constatamos, porém, no desenrolar dos fatos, que apesar de existir certa consonância entre tipo de formação ofertada e exigência do mercado, o tempo de formação do trabalhador não acompanha a urgência das necessidades do mercado. Esse aspecto acaba por provocar uma dissonância entre oferta e demanda, que justifica a falta de mão-de-obra qualificada no mercado da mesorregião metropolitana de Belém na atualidade.

Buscamos o entendimento das mudanças no mundo do trabalho nos últimos tempos e na educação brasileira em autores com concepções diversas sobre os temas. Observei que a concepção que mais se adequa a relação em questão é a marxista, que define melhor as categorias da relação trabalho e educação.

No desenvolvimento das atividades da pesquisa, entrevistamos o gestor do Campus Belém, responsável pela Diretoria de Extensão, Integração Instituto Empresa,

que no texto é tratado como gestor para resguardar a identidade do entrevistado. Entrevistamos também a responsável Gerente de Recursos Humanos de indústria multinacional na área de mecânica, que no trabalho é tratado como empresa, visando resguardar a identidade do informante.

Dessa forma, apresentamos, a seguir, a síntese dos resultados obtidos, enfatizando em especial, na relação formação profissional no campus Belém e mercado de trabalho, a dissonância na relação, apesar da consonância na formação.

Em relação a realidade do mercado, verificamos que o desenvolvimento da economia acompanha as tendências do mercado global e o índice de desemprego é elevado. Através dos dados coletados na RAIS/MTE, verificamos que o grande setor de serviço é o que mais se destaca em termos de absorção de mão-de-obra, em segundo lugar está o grande setor indústria. A dinâmica de abertura/fechamento de postos de trabalho, revela-se ora ascendente, ora descendente. Ainda com base nos dados da RAIS/TEM, a capacidade de absorção de mão-de-obra técnica na mesorregião metropolitana de Belém, revela que faltam técnicos no mercado. As políticas de contratação e demissão seguem a lógica do mercado globalizado, do atendimento às necessidades do capital, onde são priorizadas as competências requeridas do trabalhador.

Apesar do grande setor de serviço apresentar o melhor desempenho na absorção de mão-de-obra, é o grande setor indústria que acolhe os egressos do curso de mecânica do Campus Belém/IFPA.

O mercado de trabalho mais fértil para os egressos do curso de mecânica, é fora da capital. Entretanto, na visão do gestor do IFPA faltam incentivos para fixar o egresso e sua família no interior.

Podemos perceber melhor a localização dos egressos do Campus Belém no seguinte trecho da entrevista: "Como o PIB paraense em sua grande parte provém da atividade mineradora, estas são as empresas que tem absorvido em maior quantidade os profissionais formados no IFPA. Seja diretamente, no caso de egressos dos cursos da área da indústria [dentre eles os de mecânica], ou indiretamente devido o desenvolvimento que estas empresas provocam na região onde estabelecem as suas atividades". Logo, os egressos dos cursos de mecânica, em sua maioria, estão no grande setor indústria, nas empresas mineradoras, principalmente.

Outro setor que também absorve mão-de-obra técnica, segundo as declarações do gestor, é o grande setor de serviço. Um aspecto muito interessante destacado pelo

gestor do IFPA, é a dissonância existente entre a urgência das necessidades do mercado, e o tempo de formação de técnicos, que provoca o descompasso no atendimento da demanda. Diz o gestor que ãna atual conjuntura de desenvolvimento (...) em alguns casos a demanda é maior que a oferta [dissonância] e as empresas estão procurando [mão-de-obra técnica] inclusive em outros estados.

Mas esta relação que se estabelece através da lógica das õcompetências requeridas, competências adquiridasö (MELLO, 2009), entre formação de mão-de-obra no IFPA e a demanda dos grandes setores econômicos da mesorregião metropolitana de Belém, é percebida nos resultados das análises dos dados coletados na entrevista com o gestor, na entrevista com a empresa, nos dados coletados na base de dados do Cadastro Brasileiro de Ocupações ó CBO, e nos dados coletados na Secretaria Acadêmica do campus Belém/IFPA sobre os cursos técnicos.

Os dados coletados na entrevista com o Gestor revelam que õos cursos na grande maioria são oriundos de uma necessidade de grandes empresas estabelecidas na região que ainda é a principal característicaö. Percebemos que as necessidades do mercado capitalista é que determina o curso a ser ofertado, definindo também o perfil do profissional a ser formado (competências requeridas). õEstas empresas exigem mão-de-obra qualificada e de qualidadeö. Isto está expresso nos currículos dos cursos técnicos, construídos a partir das novas definições do sistema capitalista, da flexibilidade, da polivalência, que garanta ao profissional a sua empregabilidade (competências adquiridas). Concluimos então, que existe certa consonância estabelecida nessa relação, onde o perfil do profissional exigido pelo mercado está contemplado no perfil do profissional formado.

Podemos perceber ainda essa consonância nos dados coletados na Base de Dados, quando cruzamos as informações do Catálogo Brasileiro de Ocupações ó CBO, com as nomenclaturas de cursos ofertados no Campus Belém do IFPA. Como está descrito no Item 2.4, da presente Dissertação, os cursos ofertados no Campus Belém/IFPA, têm seu correspondente no mercado.

Contudo, existe certa dissonância entre a urgência do mercado de trabalho e o tempo de formação do técnico, como já foi indicado anteriormente. Na entrevista realizada com a empresa, esse aspecto está bem evidenciado quando declara: õAinda assim, pela baixa oferta [de técnicos], muitas vezes a empresa tem a necessidade de recorrer a empresas especializadas em consultoria para encontrar o profissional desejadoö.

Em relação ao tempo de formação, o técnico em mecânica formado no Campus Belém/IFPA, leva três anos e meio para concluir o curso, quando se trata de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio; e, até quatro módulos, na modalidade subsequente. A formação desses profissionais é definida no Projeto Pedagógico do Curso de Mecânica, segundo a declaração do gestor na entrevista: [a formação profissional dada aos alunos do curso de mecânica, é definida] na formulação do PPC [no qual] são observadas as matrizes de cursos análogos em outras regiões (...).

O Projeto Pedagógico de Curso é uma construção que passa pela discussão sobre o posicionamento estratégico do curso na região em que está inserido, o que o gestor considera como fator determinante e mais importante, e que classifica como características e demandas do arranjo regional do setor em que o profissional formado pelo curso irá atuar. Como construção, tem caráter coletivo, e a elaboração é competência de gestores da Instituição, que devem levar em consideração as demandas sociais, a lógica do mercado, e legislação pertinente, os padrões de sustentabilidade, bem como os princípios que norteiam o processo ensino-aprendizagem; cria as condições para a prática do tripé ensino, pesquisa e extensão, dotando o curso de valores e diferenças competitivas; define o perfil do aluno desejado para o curso, bem como as formas de avaliação permanente.

Estas são as respostas encontradas para nossas questões norteadoras, que revelaram um processo formativo em consonância com os interesses do capital, alinhado às noções de competências do novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES, 2010), no qual o jovem e adulto é preparado para a incerteza do emprego, para acumular conhecimento a fim de adquirir empregabilidade, e quando inserido no mercado, adquirir laboralidade.

Apesar do cenário de incertezas, de desesperança, podemos concordar com FRIGOTTO (2005) quando ensina que

considerando as contingências de milhares de jovens [e adultos também], que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-lo mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2005, P.77)

Ou seja, uma educação profissional integrada ao ensino médio, que possa garantir ao jovem e adulto trabalhador sua empregabilidade, inserção no mercado de trabalho, e sua laboralidade. Esse tipo de formação é proposta nos estatutos normativos do Campus Belém/IFPA, mas na prática, observamos certa dificuldade de aplicá-la à clientela do PROEJA, principalmente pela falta de um quadro de docentes direcionado para o trabalho com esses jovens e adultos ó não existe um quadro permanente para a formação no PROEJA.

Quanto ao mercado de trabalho na mesorregião metropolitana de Belém, no tocante ao grande setor da indústria, constatamos que é bem específico ó extrativismo mineral ô na fala do gestor. Também o grande setor de construção civil e de serviços, tem grande poder de absorção de mão-de-obra técnica. O curso de Mecânica Integrado ao Ensino Médio ó PROEJA, possibilita formação voltada para o setor de Indústria. A própria matriz curricular expressa essa formação mais direcionada. As disciplinas específicas, tais como, Desenho Técnico Mecânico (95H), Mecânica dos Fluidos (48H), Processo de Usinagem (I, II, III, IV, somando 192H), Hidráulica/Eletrohidráulica (48H), Pneumática/Eletropneumática (48H), Motores de Combustão Interna (63H), Refrigeração e Climatização (63H), Controle Lógico de Programação (32H), dentre outras, demonstram, pelo menos teoricamente, a direção da formação do indivíduo do PROEJA. Associando essas constatações com os dados do banco de dados da RAIS/TEM, podemos dizer que o potencial mercado da mesorregião metropolitana de Belém, é para os técnicos mecânicos na fabricação, e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos, que revela uma tendência positiva de absorção de mão-de-obra técnica; Outro ramo do grande setor indústria que apresenta evolução positiva na absorção de mão-de-obra técnica é o de Mecânica veicular, mas que só poderá ser acessado pelo técnico PROEJA caso ele faça um curso complementar de mecânica veicular.

Considerando então as dificuldades da formação dos técnicos em Mecânica PROEJA, do Campus Belém/IFPA, desde 2007, torna-se necessário, por parte dos setores envolvidos no processo ensino-aprendizagem do PROEJA no campus Belém, avaliar a experiência com as turmas que iniciaram, e que estão conseguindo diplomar somente agora (2012), visto que existe demanda de alunos para o curso e a perspectiva da oferta de novas turmas.

Ampliar as relações com as empresas existentes na mesorregião metropolitana de Belém que absorvem mão-de-obra técnica de mecânica facilitará a orientação dos técnicos do PROEJA, no mercado. Esta é uma estratégia fundamental, visto que

somente o setor industrial, não representa campo suficiente, a longo prazo, para absorção dos técnicos que serão formados em turmas futuras. Isso contempla o objetivo de criação dos cursos técnicos na Instituição, que, dentre outros, é formar para o mundo do trabalho, garantindo empregar adequadamente o indivíduo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Globalização: o Capital e suas contradições**. PRAXIS, Londrina, 2001.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. BOITEMPO. São Paulo, 2010.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de Sociologia do Trabalho**. PRAXIS, 2ª Edição. Londrina, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª edição. Cortez Editora: Editora da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2006.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e negação do Trabalho. Editora Boitempo. São Paulo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital**. Educação e Sociedade. V. 25, nº 87, p.335-351, maio/agosto. Campinas, 2004.

ARRAIS NETO, Enéas; et al. **Mundo do Trabalho: debates contemporâneos**. Fortaleza-Ce. Editora UFC, 2004.

BEKER, Gary S. **A Maneira Economica de Olhar a Vida** (The Economic Way of Looking at Life). Department of Economics University of Chicago. USA, 1992.

BRASIL. **Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1994.

_____. MEC/SEPT. **Documento Base do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2006.

_____. MEC. **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará**, 2011.

_____. MEC/SED. **EJA: Formação Técnica Integrada ao Ensino Médio**. Boletim 16, 2006.

_____. MEC. **Rede-CERTIFIC**, 2011

_____. MEC. **PRONATEC**, 2011

_____. MEC. **CATALOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS**, 2009.

_____. MEC. **Conselho Nacional de Educação**, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 2.080, de 13 de junho de 2005.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005.

_____. LEI nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. LEI nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

_____. LEI nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. **A Reforma do Ensino Médio e a Formação dos Estudantes: desvelando a ideologia das competências e da empregabilidade**. EDUFMA. São Luiz, 2009.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **A Reforma da Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado: Tendências e Riscos**. UNIOESTE, 2006.

CEFET-PA. *Edital Completo nº 032*. 1º Processo Seletivo PROEJA 2007/CEFET-PA. Belém-Pa.

CORREA, Arlindo Lopes. **Educação de Massa e Ação Comunitária**. AGGS/MOBRAI. Rio de Janeiro, 1983.

ESTEVIÃO, Carlos V. **Políticas e Valores em Educação: Repensar a Educação e a Escola Pública como um Direito**. Edições ÚMUS. Universidade do Minho. Portugal, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e Mudanças no Mundo do Trabalho e o Ensino Médio**. In Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições. CORTEZ. São Paulo, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Educação Popular: Políticas de Educação de Jovens e Adultos**. Conferência sobre Alfabetização de Adultos. Adult Literacy: An International Urban Perspective. UNESCO. New York, 1992.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. São Paulo, Cortez, 2006.

GENTILLI, P. **O Conceito de Empregabilidade**. In LODI, L H (org.). Avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate. Cadernos UNITRABALHO, nº 2. São Paulo, 1999.

HIRATA, Helena. **Da Polarização das Qualificações ao modelo da Competência**. In FERRETI, Celso João (org.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um debate multidisciplinar. VOZES. Petropolis, 1994.

HOBBSAWM, Eric. J. **Era dos Extremos: O Século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otavio. **O Mundo do Trabalho**. In São Paulo em Perspectiva, 8(1): 2-12, janeiro/março, 1994.

IRELAND, Timothy D.*et al.* **Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos: Vencer as Barreiras da Exclusão e da Inclusão Tutelada.** In. Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasil: Inep, 2005.

Jornal O LIBERAL. Caderno Dinheiro, p.8, 1º de maio de 2011

Jornal Diário do Pará. Caderno

KUENZER, Acacia (org). **Ensino Médio: Construindo uma Proposta para os que Vivem do Trabalho.** CORTEZ, 6ª edição. São Paulo, 2009.

_____. **Pedagogia de Fábrica.** Cortez. São Paulo, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Atlas, São Paulo, 2000.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo.** CORTEZ. São Paulo, 2007

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** Cortez, São Paulo, 2002.

MELLO, Simone Portella Teixeira de. **Tecnólogo: Competências e Mercado de Trabalho.** UFPel. Pelotas, 2009.

O.E.A. Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral. Projeto Multilateral, Educação e Trabalho no Mercosul, 2005.

PRIEB, Sergio Alfredo Massen. **O Trabalho a Beira do Abismo: Uma crítica marxista a tese do fim da centralidade do trabalho.** UNIJUI. RS, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** CORTEZ, 3ª edição. São Paulo, 2006.

SALES, Francisco. **PLANFOR: Política Compensatória para a Inclusão na Informalidade.** Edições UFC, Fortaleza, 2012.

SGROTT-RODRIGUES, Ana Maria. **O Sentido e os Significados do Ensino da Matemática em Processo de Exclusão e de Inclusão Escolar e Social na Educação de Jovens e Adultos.** UFPA. Belém-Pa, 2006.

UNESCO. **Relatório Cultura e Desenvolvimento.** 1997.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo Competência: Por uma nova lógica.** Atlas. São Paulo, 2001.

_____. *Relatório Delors*, 1997.